

# ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS



REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ABRIL -- JUNHO — 1972 — NÚMERO 2

# ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

---

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

(Anteriormente publicada sob o nome:  
Estudos Universitários. Revista de Cultura  
da Universidade | do | Recife)

Editada, trimestralmente, pelo Departamento de Extensão

Cultural da Universidade Federal de Pernambuco

Impressa nas Oficinas Gráficas da Editora Universitária

Capa de Wilton de Souza

Número avulso: Cr\$ 1,50; atrasado: Cr\$ 2,00

Assinatura anual (quatro números): Cr\$ 4,00

Estrangeiro: número avulso: US\$ 1.00;

atrasado US\$ 2.00

assinatura anual US\$ 6.00

---

ENDEREÇO: Rua Moraes Rêgo — Cidade Universitária

RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe., Recife, 12 (2):  $\frac{5-136}{1-44}$  abr.-jun. 1972

# ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

---

Revista de Cultura

*Diretoria Executiva*

Diretor: Reitor *Prof. Marcionilo de Barros Lins*

Diretor-Assistente: *Prof. Luiz Delgado*

Secretário: *Prof. César Leal*

## CONSELHO DIRETOR

Prof. Aluísio Bezerra Coutinho

Prof. Arlindo Pontual

Prof. Ariano Suassuna

Prof.<sup>a</sup> Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio

Prof. Lourival Vilanova

Prof. Nilo Pereira

Prof. Ruy João Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe.	Recife	Vol. 12	n. 2	p. $\frac{5-136}{1-44}$	abr. / jun. 1972
--------------------------------------	--------	---------	------	-------------------------	------------------

---

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. v. 1 — jul./set.— , 1962  
— Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1962  
— trimestral.

De jul. 1962 até agô. 1964 foi publicado sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do Recife.  
Diretor: 1962-agô. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. 1971, Murilo Humberto de Barros Guimarães. 1971-agô. Marcionilo de Barros Lins.

1. Educação Superior — Periódicos. I. Título.

378.4 (CDD, 16. ed.)  
378.5 (813.41) (05) (CDU)

Pe-UF  
BC-71-1754

*Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:*  
**ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS**  
— Av. Prof. Moraes Rêgo —  
Cidade Universitária — Recife  
— Pernambuco — Brasil

# ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

---

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

## S U M Á R I O

### ENSAIOS

Editorial . . . . .	5
Educação nos Estados Unidos e no Brasil — <i>Carlos Frederico Maciel</i> . . . . .	7
O comércio inglês em Pernambuco no século XVI: três exemplos — <i>José Antonio Gonsalves de Mello</i> . . . . .	25
Uma notícia sobre música no Brasil dos séculos XVI e XVII — <i>Pe. Jaime Diniz</i> . . . . .	41
As imagens cósmicas na poesia de Castro Alves — <i>César Leal</i> . . . . .	59
Evolução e situação dos estudos filosóficos no Brasil — <i>Luiz Delgado</i> . . . . .	71
Homenagem a Camões . . . . .	83
IV Centenário de Os Lusíadas . . . . .	85
Os Lusíadas como epopéia marítima: sua estrofe mais portuguesa com certeza... — <i>Nilo Pereira</i> . . . . .	87
Camões e a Língua — <i>José Lourenço de Lima</i> . . . . .	97
Camões e o povo em Os Lusíadas — <i>Joel Pontes</i> . . . . .	113
Resenhas . . . . .	131
Necrológios . . . . .	133

### POESIA

O Círculo do Tempo — <i>José Rodrigues de Paiva</i> . . . . .	5
---------------------------------------------------------------	---

## COLABORAM NESTE NÚMERO

### CARLOS FREDERICO MACIEL

Professor da Faculdade de Educação da UFPe. — Diretor do Centro Regional de Pesquisas Pedagógicas.

### JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO

Professor titular de História da UFPe. — Historiador, autor de uma biografia, em dois volumes, de João Fernandes Vieira, além de muitos outros livros sobre sua especialidade.

### PE. JAIME DINIZ

Professor titular do Curso de Música da Escola de Arte, autor de numerosos ensaios sobre música erudita no Brasil dos séculos XVII e XVIII.

### CÉSAR LEAL

Professor de Teoria da Literatura da Universidade Federal de Pernambuco — Laureado com o Grande Prêmio de Poesia da Fundação Cultural do Distrito Federal, em 1970. Crítico de Poesia.

### LUIZ DELGADO

Catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Autor do livro *Gestos e Vozes de Pernambuco*. É também poeta e crítico de idéias.

### NILO PEREIRA

Historiador, professor titular de História da Universidade Federal de Pernambuco, escritor, autor de numerosos livros: *D. Vital e a Questão Religiosa*, *Ensaio de História Regional*, etc.

### JOSÉ LOURENÇO DE LIMA

Professor titular de Filologia Românica da Universidade Federal de Pernambuco, autor de ensaios sobre temas de sua especialidade, sobretudo no campo da lingüística e da Filologia Latina Medieval e Românica.

### JOEL PONTES

Professor de Literatura Portuguesa, da Universidade Federal de Pernambuco, presidente do Centro Jordão Emerenciano de Estudos Portugueses, crítico literário.

### JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

Poeta, contista e ensaísta da nova geração de escritores pernambucanos.

## EDITORIAL

Por uma portaria de 6 de janeiro deste ano, o Magnífico Reitor Prof. Marcionilo de Barros Lins deu nova estrutura à direção desta revista, mantendo, no entanto, os objetivos fundamentais que lhe haviam sido atribuídos na Reitoria anterior, sobretudo em 1969. Tratava-se principalmente de fundir os Conselhos de Direção e de Redação, ao mesmo tempo em que se facilitavam as deliberações mediante a redução de número de Conselheiros. Ficou mantida, deste modo, a finalidade da revista, de servir à “expressão e difusão do pensamento científico, literário e filosófico da Universidade Federal de Pernambuco”, veiculando estudos que versem temas ligados à realidade brasileira e possuam conteúdo humanístico, sem caráter acentuadamente técnico (Portaria n.º 3, de março de 1969).

Poucos dias depois, no dia 19 do mesmo mês de janeiro, pela portaria n.º 61 foram nomeados Diretor-Assistente e Secretário, respectivamente, os Profs. Luiz Delgado e César Leal e, pela portaria 62, para membros do Conselho Diretor, os Profs. Ariano Suassuna, Aluísio Bezerra Coutinho, Arlindo Pontual, Cecília Maria Domenica Sanioto di Lascio, Lourival Vilanova, Nilo Pereira e Ruy João Marques. Empossaram-se todos no dia 9 de fevereiro.

Já se encontrando, então, encaminhado à impressora o material constitutivo da edição correspondente ao primeiro trimestre deste ano, é com o presente número que se inicia propriamente o trabalho dos novos responsáveis por ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS.

Como se verá, não foram alterados os traços que se vêm fazendo característicos da revista nem a sua ordenação geral, nem mesmo seu aspecto gráfico. Apenas será conferida uma atenção maior a algum noticiário que, em certo plano, adequado aos ambientes em que circulamos, reflita a atividade cultural da nossa

*Universidade. É que, como foi dito na solenidade de posse dos novos dirigentes, “esta Universidade chegou a uma posição histórica em que não conjuga apenas verbos como criar, inaugurar, começar; nela já não se iniciam jornadas, apenas. Atingimos um estágio em que podemos falar também de continuar e prosseguir, afirmando, com o simples emprego de tais palavras, que possuímos a riqueza da experiência e da tradição”.*

*O Reitor Marcionilo de Barros Lins continua pessoalmente na direção superior de ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, o que indica a atenção que lhe merece este órgão.*

## Educação nos Estados Unidos e no Brasil

(IMPRESSÕES DE UMA VIAGEM)

CARLOS FREDERICO MACIEL

Em outubro do ano passado, eu tive que dar uma porção de aulas extras e antecipar alguns exercícios escolares, porque iria à California, em novembro. Na volta, minhas alunas me faziam as perguntas costumeiras: se eu gostei, o que vi, se tem o que aprender, etc. Como já não havia mais aulas, deixei de fazer-lhes, então, um relato a que elas tinham direito. Tenho, agora, um pretexto para fazer o convencional relatório de viagem que, por sua vez, me permite desincumbir-me do agradável dever de agradecer e dar testemunho da perfeita cortezia com que nos cumularam os patrocinadores de nossa estada em San Diego e na California em geral, muitos deles bons amigos do Brasil onde já estiveram servindo.

Devo começar pela pergunta mais preliminar e banal que, ao mesmo tempo, me dá oportunidade para uma explicação de ordem pessoal. Se gostei? Gostei e muito. Alguns amigos surpreenderam-se com isso porque sabiam que eu recusara oportunidades de ir aos Estados Unidos e interpretaram que durara pouco minha possível idiossincrasia contra o país. Acontece que eu não a tinha. O que me fazia resistir à viagem era antes, além de questão temperamental, alguma dose de quixotesco protesto contra o que eventualmente constitui, como subproduto, um processo de compra de consciência, da parte do governo americano, através dessa sistemática e cuidadosa persistência em levar tudo quanto é brasileiro que esteja em algum posto-chave, para importar alguma influência cultural. Acabei cedendo também (1).

---

(1) Eu tenho medo de engrossar a lista, na área da educação, das pessoas que dizem: “eu vi nos Estados Unidos...”

Por outro lado, a gente tem a impressão de que é um perigo mandar certas pessoas ao Estados Unidos. Elas vão, passam três meses, na volta introduzem uma reforma do ensino.

Acho que não se pode deixar de gostar da Califórnia, já por sua beleza natural e seu céu "cor de maio", já por seu muito alto padrão de civilização, sendo, como é, talvez o Estado maios rico do país mais rico do mundo. Além do mais, a Califórnia é hoje um dos focos de uma possível revolução social

que está começando, segundo Galbraith, Brzezinski (2), e que também enxerga o polemista francês J. Revel, quando vê na contestação que se desenvolve na Califórnia e em New York, mais gravidade do que nos "ismos" franceses. O protesto, a crítica, a revisão que se desenvolve, hoje, em certos grupos americanos, entre eles os estudantes da Califórnia, nos dispensam, aliás, da preocupação que parece necessária a certas pessoas de apontar traços negativos da civilização que os americanos criaram e estão exportando.

A propósito, essa preocupação de exorcismo parecia-me, por vezes, estar presente em certa pressurosidade com que alguns brasileiros aproveitavam oportunidades de ratificar algum ponto de vista acerca de algum traço negativo americano ou, ao contrário, de lembrar que aqui no Brasil também tem isso ou aquilo. Por exemplo, é pacífico que o Brasil tem uma extraordinária superioridade sobre os Estados Unidos no que diz respeito ao problema racial. Mas o que me parece é que o ponto que parecia importante tentar observar, (nós estávamos lá como observadores), não era que lá existe ainda a segregação, ou a discriminação, por vezes o ódio. A nós brasileiros, em função do Brasil, parece-me que era mais importante meditar que no Brasil ainda existe preconceito racial, por vezes forte: em São Paulo, por exemplo. Parece-me que mais honesto do que a propaganda, tranquilizadora de nossa consciência, à custa da crise de consciência americana, era tentar explicar, como tentei fazê-lo a alguns estudantes, o grau da diferença entre nós e eles. É fácil ficar "de cima", no caso, mas eu creio que aos brasilei-

(2) Brzezinski é entusiástico: "o mundo está em véspera de uma transformação mais dramática... do que a causada pela revolução francesa... ou bolchevista" e lá pelo ano 2.000, diz ele, Robespierre e Lenine parecerão reformistas moderados.

Cf. Brzezinski — América, Laboratório do Mundo; Editora Artenova, Rio, 71.

ros não faria mal pensar um pouco sobre a lentidão da ascensão social dos pretos no Brasil, sobre os nossos modismos lingüísticos que refletem preconceito e um pouco sobre o que nos aconteceria se os pretos comessem a nos incomodar com sua ascensão e ofensiva como já incomodam lá.

Não aceito a tese, que ouvi certa vez, sustentada por Bob Kennedy, para proveito deles, de que o negro no Brasil está como nos Estados Unidos porque eles só brilham em alguns setores marginais como o futebol (e lá o box). Não. É muito diferente. Mas o que eu também não julgo satisfatório é que o brasileiro, em viagem de observação, apenas aproveita para "tirar uma lasquinha".

Demorei-me nesse assunto, que está fora de meu objeto, apenas para dar um exemplo do tipo de controvérsia (réplicas e tréplicas) a que a gente pode se entregar, como vou fazê-lo algumas vezes, a propósito dos estereótipos dos brasileiros nos Estados Unidos.

Voltando às perguntas costumeiras. O que vi? se tem o que aprender? São perguntas que merecem uma resposta nuançada. É claro que, em uma viagem de curta duração, não se vê muita coisa, se não aquilo que de certa maneira já se sabia. Esse é mesmo um dos problemas que se tem numa caravana: quem vai com muito pouco "background" de leitura, de informação sobre o sistema de educação americano, não vai lucrar muito de uma viagem rápida, nem vai contribuir muito para que o grupo possa aprofundar um pouco mais. De modo que eu não tenho a menor ilusão de que tenha podido ver muita coisa além do que, de certo modo, nós procuramos saber aqui mesmo (3). Há, entretanto, aquela diferença inefável e misteriosa, resultante da presença pessoal.

É evidente que a gente tem o que aprender e que traz alguma coisa. Mas não de uma maneira direta e literal. Creio

(3) Assisti certa vez a dois intelectuais da terra, discutindo sobre política de Portugal. No fim um fulminou o outro com o argumento de que estivera em Portugal quinze dias atrás e o outro lá estivera há mais de um ano.

que é esse o segundo aspecto — ao lado do já apontado da razão direta entre a riqueza das respostas que se obtém e a riqueza das perguntas que se leva — a observar sobre o que a gente pode aproveitar. O que eu quero dizer é que há uma tendência, que é uma ingenuidade crítica, para algumas pessoas quererem obter respostas diretas para perguntas diretamente formuladas em termos brasileiros. E daí por vezes uma impressão de que os americanos não sabiam ou não queriam responder à questão. Simplesmente, eles não podiam. Porque talvez a pergunta, literalmente, não cabia no quadro de referência deles. Não se pode perguntar a um inglês, por exemplo, qual a regra do uso do pronome mesoclítico em inglês, porque simplesmente não existe pronome mesoclítico em inglês. E assim é a própria pergunta que não tem sentido, ou pelo menos não tem sentido unívoco.

Por trás do problema da tradução do idioma, no sentido imediato do termo idioma, havia o problema de uma tradução do idioma mental ou do contexto subjacente à pergunta. Nesse sentido às vezes parecia-me que teria sido necessário que alguém fizesse a tradução das perguntas (essa segunda tradução) para os americanos e alguém fizesse uma tradução das respostas, que há o perigo de serem transplantada gerando falácias (4).

Tomemos o caso do planejamento para começar a sequenciar algumas observações. Eu quase diria que, tomado no sen-

(4) Para dar um exemplo irônico daquilo, me refiro quando falo de uma segunda tradução, estou a lembrar-me de que, segundo o professor Agnelo Viana, a orientação educacional, no Brasil, nasceu de um erro de tradução, aliás muito comum: traduziu-se "education" que, em americano, frequentemente, significa "ensino", por "educação" que é algo mais multívoco e indecيدido.

Observando a dificuldade que às vezes tinham alguns brasileiros em fazer essa transposição e em libertar-se das conotações típicas do contexto brasileiro, compreendi — foi uma coisa que aprendi — melhor a dificuldade de alguns americanos de saírem de suas perguntinhas irritantes, o que nos libertaria da impressão de estarmos dialogando com uma porta. Frequentemente me inclinei a pensar que os peritos internacionais — e não só americanos — que aqui vêm, pertencem ao 5.º time. O 1.º time fica lá mesmo, o 2.º está na Europa, o 3.º na Ásia conflituosa e o 4.º e o 5.º infiltram alguns elementos aqui na América Latina e pelos quintais da América Central.

tido literal e no nível em que se pode penetrar numa curta visita, é um dos setores onde "não se tem muito o que ver". Os americanos não têm planejamento no sentido em que aqui no Brasil esse termo vinha sendo trabalhado nas assessorias do Ministério ou das Secretarias de Educação. O "planning" deles é algo diferente: é mais microsocial, a nível local e individual de uma escola e, ao mesmo tempo, algo muito mais refinado, mais pormenorizado, enquanto o nosso é algo mais no sentido macrosocial, relacionado à expansão do sistema sob um "pathos" de emergência. Esse tipo, conceito e uso do termo planejamento, nós o encontramos muito mais nos trabalhos da UNESCO, justamente porque relacionados com a problemática dos países subdesenvolvidos (5).

A razão é justamente esta: que eles, nos Estados Unidos, estão além das metas de escolarização. Não têm problemas de "expansão de escolaridade", pois que "agora que conseguimos educação para todos, a tarefa é buscar a educação para cada um" (6).

Os problemas de chão ou de "pés na terra" que, para nós, são básicos (ter as escolas, ter professores titulados; ter dinheiro para o custeio, etc.) não o são para eles. Os problemas que os animam são problemas especiais e até mesmo de detalhe (que não significa irrelevância: são os detalhes que definem um padrão de acabamento (7) e de refinamento) e, enfim, tudo quanto é aspecto *qualitativo*.

De modo geral, já tendo a escola, o professor e o livro (por vezes tem-se a impressão de que há um esbanjamento tipo

(5) Por isso, do tempo em que participei da EPEM (Equipe de Planejamento de Ensino Médio) guardei a impressão de que alguns dos que nos vinham dar assistência em "planning of education" acabavam, por sua vez, aprendendo conosco alguma coisa de planejamento.

(6) Cf. John Pfeiffer — New look at education, Odissey Press, 1968, prefácio.

(7) Às vezes um brasileiro defendia-se: "tudo que eles têm, nós temos". É claro. Mas a questão é que o telefone "sempre" toca, da torneira de água quente sai água quente, e assim por diante. Esses detalhes é que dão o grau do conforto.

“sociedade de consumo”), o americano entra numa fase crítica: quer saber qual é a eficácia interna e externa da escola, quer o controle de qualidade do que a escola produz, quer medir a escola. Daí o sucesso que parece estar encontrando o “approach” da “accountability”, a idéia de um contrato entre o aluno e a escola, em que a escola tem que vender um serviço, com rendimento comprovado (8).

Quer-se medir a “performance” do sistema escolar, seus níveis de desempenho, em função do seu maior ou menor custo, e outros fatores e alternativas, em vez de continuar simplesmente a dar dinheiro para a educação, na base da confiança, da generosidade. Exemplo disso é o “Jardstick Project” (projeto padrão de medida), que se desenvolve em Cleveland.

Por isso, parece que as respostas que eles davam aos brasileiros que indagavam sobre a clássica questão dos “planos de aplicação de recursos do PNE” acerca dos “critérios de localização e construção de Escolas”, parecia, a estes, insatisfatórias. É que a construção de escolas (para nós um problema fundamental, relacionado com recursos globais), lá é menos relevante.

Primeiramente, o problema lá é sempre de construir uma escola maior ou melhor, ou de redistribuir a população escolar, e nunca propriamente o problema de construir uma escola onde não existe escola. Porque, por definição, todo distrito sempre tem uma escola, construída e mantida, para a população do distrito, com os recursos do distrito.

Por outro lado, é uma questão local, que se resolve para cada escola individual, no âmbito de um distrito. Totalmente descentralizado.

(8) Até certo ponto isso nos faz lembrar nos nossos “cursinhos” pré-vestibulares. Eles queriam vender e os alunos comprar sua “habilitação”. Embora talvez fosse mais exato, como descrição do comercialismo, falar de comprar e vender adestramento no teste para ingresso na universidade, o ponto aqui, que representa uma das explicações do fenômeno, é que há algo concreto e palpável em jogo, o que permite competitividade e confere “testabilidade” prática ao que é oferecido pela escola.

Os Estados Unidos foram originalmente e tradicionalmente muito mais uma federação do que o Brasil. As nações anglo-germânicas têm, é um lugar-comum, essa marca de localismo e de grupos, o estilo de baixo para cima, do singular para o geral, correlato com a propensão ao empirismo e ao indutivismo. Enquanto as nações latinas, tipicamente a França, são organizações cartesianamente, ideológico-dedutivamente, centralisticamente. Os Estados Unidos sempre foram muito mais o que o nome diz (9), do que o Brasil terá sido em qualquer tempo e sobretudo agora, em que não é mais nem no nome, “estados unidos” do Brasil. E, de acordo com um princípio clássico que se tentou incorporar ao Brasil, mas nunca aqui deitou raízes profundas, aquilo que a Constituição não atribuiu expressamente à Federação, cabe, por si mesmo, aos Estados. E como a Constituição nada disse sobre educação, a educação ficou definida, nos Estados Unidos, como competência e prerrogativa dos Estados. E, por sua vez, os Estados delegaram essa competência aos “counties”.

Por isso que eles não desenvolveram o “planning” na direção do nosso “planejamento” (que seria um equacionamento macroscópico do problema da escolarização, racionalizador do processo executivo da administração superior, com enfoque sócio-econômico e político), e sim muito mais as técnicas de gerência de programas e projetos, para vender coisas específicas, encomendar coisas determinadas e oferecer ajudas particulares. O que também já chegou aqui ao Brasil; mas nem sempre se ajusta completamente bem ou é o melhor expediente para con-

(9) Há quem ache que só recentemente o americano superou o seu provincianismo. É o que sugere, embora de um outro ponto de vista, Daniel Bell, quando diz: “contudo mais estranho talvez é o fato de que somente em décadas recentes os Estados Unidos passaram de ser nação para tornar-se uma sociedade nacional”.

Cf. D. Bell — The Reforming of general education, Anchor Books, N. Y., 1968, p. 70.

tribuir para o planejamento naquele outro sentido. Na verdade talvez fosse um modelo alternativo (10).

Seja como for, é o poder local, com o dinheiro local, quem decide da educação. Com efeito, como é sabido, o sistema americano é ou era basicamente localista e a unidade de tudo é o distrito escolar, uma subdivisão do "county" (11). Disse "era" porque o caso dos distritos nos conduz a uma possível radical revolução que estará a ocorrer na administração escolar americana.

Com efeito, em 1940, quando o sistema ainda estava estável, o número de distritos era de 117.108, número que logo depois começou a cair de maneira impressionante.

(10) Muito interessante, sob esse aspecto, é o que observa Kerr:

"Uma agência federal oferece um projeto. Uma universidade não precisa aceitar. Mas, na prática, acaba aceitando"... E prossegue extraindo a ilusão de que daí "seguem-se certas consequências" da ajuda federal à universidade: "o fato de que são sutis, lentamente cumulativas e suaves, só faz torná-las mais poderosas". Inclusive, alguns professores "tendem a transferir sua identidade e sua lealdade da Universidade para a agência em Washington". Cf. Clarr Kerr — *The uses of University*, Harvard University Press, 1964, p. 57.

Tive a impressão de que o autor estava se referindo ao que se passa quando chega uma comissão do BID, do BIRD ... ou da USAID. Esta é uma das razões por que nunca me convenci bastante do proveito da ajuda externa, inclusive da USAID que sempre me pareceu mais US do que AID: às vezes uma ajuda específica, uma quantia particular, acaba perturbando um plano mais geral, criando um quisto, produzindo um cruzamento.

É nisto que o comportamento de projetos, gerências, experiências, soluções peculiares e "estímulos indiretos" me parece, em parte, um modelo alternativo contra a idéia de uma matriz global, um programa definido, uma ação articulada.

Um método que parece ter sido gerado e é muito adequado para a orientação indireta da economia privada ou do setor de produção, não necessariamente precisa ser transposto para o setor socializado dos serviços diretamente fornecidos pelo Estado.

11) O entendimento do que seja um "county" é básico e é um dos pontos difíceis para os brasileiros. O "county" não se assimila adequadamente ao nosso conceito de "município" e creio que seria bom para ambas as partes, nos casos de equipe mista, que se gastasse um pouco de tempo em fazer a tradução entre as duas coisas, em vez de convenção de traduzirmos as duas palavras.

## Distritos Escolares

Ano	Número
1940	117.108
1945	101.382
1950	83.718
1955	54.859
1960	40.520
1965	26.983
1968	21.704

FONTE: Anotações de uma conferência.

Hoje o número deve ter caído para cerca de 15.000 distritos apenas. Isso indica a queda da importância do distrito e a perda relativa da fé localista. Não é apenas a queda de número de distritos (através de fusões ou "consolidações" que indicam a virada. É que, praticamente, todos os programas especiais ("career education", "compensatory education", "advanced placement"... são inúmeros) são impulsionados por iniciativas federais e estaduais (12).

O ponto mais fantástico é o seguinte:

Todo mundo sabe, de modo geral, que a escola americana é financiada por um sistema de taxas locais de propriedade. Compreender como é isso precisamente e como isso funciona é outro ponto que me parece fundamental. De qualquer maneira, esse tem sido o sistema básico tradicional. De modo sumário, para descrição de um perfil médio, admite-se que o orçamento escolar é composto de uma parcela de apenas 7% de recursos federais, outra de 30% estadual e finalmente de 63% de re-

(12) A multiplicação desses fundos e "grants", dentro de um sistema que é granulado até ao nível do pequeno domínio local e diversificado por mil linhas de ação e para mil objetos, pois não é o americano o estilo de organização por algumas linhas setoriais cartesianamente classificadas, é enorme e desnortenate. Crucker (citado por Brzezinski, op. cit., pág. 219) fala, só para New York, de 170 programas, com mais de 400 verbas distintas, e diz que há dez vezes mais repartições ocupadas com problemas municipais e mil vezes mais relatórios agora do que em 1939.

1  
cursos locais. É evidente que esta infra-estrutura financeira localista é a base para a estrutura pedagógica e administrativa localista. É óbvio, também, que um tal sistema vai permitir uma grande variedade de custos do ensino oferecido, de distrito para distrito. Como ultimamente vem crescendo cada vez mais o impulso para a equalização e a compensação, o sistema, até há pouco tempo inabalável, está agora sendo objeto de ataques.

O surpreendente — para notar até onde a coisa caminhou — é que já se chegou a obter da Suprema Corte Estadual da Califórnia um pronunciamento no sentido de que o sistema da taxa local de propriedade não satisfaz ao princípio da igualdade de oportunidades (o per capita para com a educação dos meninos varia). É meridiano que se as coisas caminharem no sentido da transferência da taxa local para o Estado (ou, quem sabe? para a União) isso representará uma transformação “de fond en comble” na educação americana.

Foi aí que eu comecei a matutar — considerando a força da tradição, do contexto americanos, que aqui inexistem — no pouco realismo sociológico, na pouca viabilidade de ocorrer o que prescreve a nossa nova Lei de Educação, quando, ecoando ou importando uma direção americana, prescreve:

“Art. 58

parágrafo único — As providências... visarão à progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e encargos e serviços de educação, especialmente de 1.º grau...”

O fato, voltando ao caso, é que aqueles projetos e programas vão minando a zelosa autonomia local (13). Não só no que diz respeito ao número e dimensão das unidades, como ao seu

(13) Diversas forças combinadas e que se recobrem — o esforço pela maior equalização, a preocupação de atender a tudo quanto é “minority”, a multiplicação de programas especiais em função do objetivo de dar a educação de cada um ou de promover avanços, a nova exigência de medir a eficácia interna e externa da escola e, finalmente, o progresso do planejamento que anda de par com uma dose de centralização —, tudo converge para abalar tal autonomia.

Desde o Elementary and Secondary Education Act de 1965, da Lyndon Johnson, a competência federal tornou-se reconhecida de fato, se não de direito. Foi a vitória definitiva do governo federal e significou o fim do velho tabu localista.

poder financeiro e até em aspectos pedagógicos e didáticos. O que não quer dizer, nem de longe, que o sistema como tal já tenha sido transfigurado. Não; a estrutura fundamental, o ponto de partida, o sistema de referência implícito ainda é descentralizado.

Assim é que a elaboração do currículo está radicada na escola e no distrito. A competência é do Estado e este a delegou ao distrito. O Conselho Federal de Educação, por consequência, não faz currículo. Ele apenas elabora uma política geral de currículo estabelecendo certos mínimos e procurando harmonizar a variedade de iniciativas para atingir uma certa semelhança, determinando certos núcleos. Nesse sentido, o Conselho Federal (ou na sua escala, o Estadual) pode exigir que o currículo contenha tais coisas, ele pode dizer “o que”, que assunto ou área deve entrar, de um modo ou de outro, no currículo. Mas não elabora currículo, no sentido de que não pode dizer onde (em que séries), quanto (que carga programática), como aquele assunto geral (saúde, ciência, etc.) deve entrar.

Parece-nos que estamos a ouvir que esses conteúdos “não constituem propriamente o currículo, e sim a matéria-prima a ser trabalhada” no currículo de cada estabelecimento, tal como está dito no relatório Grupo de Trabalho que apresentou o projeto da nova Lei 5692.

Nos Estados Unidos, eles têm como ponto de partida, note-se bem, uma situação em que os currículos pertencem à variedade do espontaneísmo local e têm que respeitar essa tradição. Nem sempre parece que eles estão muito satisfeitos. Às vezes dava a impressão que há grupos que querem pressionar por uma maior interferência visando a uma maior homogeneização dos currículos.

Aliás, a propósito de currículo, bem vale um comentário sobre um dos estereótipos dos brasileiros sobre a educação nos Estados Unidos, a que tenho me referido. O estereótipo é que o nosso currículo é rígido e o deles flexível. Como todo estereótipo, este contém um tanto de verdadeiro. Com efeito, lá o currículo varia de distrito para distrito, de Estado para Estado e não

está organizado segundo o nosso sistema de matérias sequenciadas. Mas, também como todo estereótipo, ele tem uma contrapartida de falsa simplificação. Aqui, com efeito, o currículo está fixado num diploma de legislação, teoricamente. Mas quando se desce para a prática, ninguém é capaz de assegurar o que está sendo dado ou como está sendo. Ao contrário, na Califórnia, o currículo desce à sua pormenorização num "syllabus" que prevê, semana por semana, o que vai ser dado, com exemplificação do material didático a ser utilizado, etc. Quando se pensa também que há uma bateria de livros obrigatórios e que há testes padronizados que são aplicados a todos os alunos, para aferir sobre o que deve estar sendo dado, então fica-se a pensar se, sob um outro aspecto, não será o currículo deles que, na prática da cobrança da execução, não acaba sendo rígido e o nosso frouxo.

Também não sei, se aqui ou ali, o professor brasileiro não terá, dentro do nosso jeito "négligé" de fazer as coisas, mais liberdade de sair da regra do que seu colega americano. Tenho a impressão, por exemplo, que aqui no Brasil muita professora primária, quando quis, introduziu, por conta própria, elementos de educação sexual em sua classe e "não deu nenhum bode" por causa disso. Não estou seguro sobre se lá, a introdução de uma coisa assim não necessitaria de um monte de reuniões de pais e mestres e "boards" e da elaboração do material a ser utilizado, etc. etc.

Talvez pudéssemos dizer que em abstrato e em geral nosso currículo é rígido e uniforme e o deles flexível e diversificado. Mas que, no concreto, o nosso é plástico e o deles minuciosamente executado.

Uma palavra agora sobre o padrão de organização escolar. Como já sabemos, o condado é dividido em distritos. Cada distrito se autodetermina quanto ao padrão que vai adotar. Se é um "elementary district", por exemplo, ele poderá ser um K-8, ou um K-6 ou 1-8, conforme ele mantém Kindergarten ou não, e mantém um padrão de escola elementar de 6 ou de 8 "grades".

Assim, lá, em cada distrito, há, efetivamente, um "nível da série realmente alcançada pela organização escolar em cada sistema" (Art. 76, alínea "a" da Lei 5692 — substituímos a palavra gratuidade pela palavra organização).

Superpostos a estes distritos elementares, há outros distritos que mantêm o High School ou somente o Senior High School. A fusão de distritos elementares com esses outros, dá origem a um "unified district" que mantêm não somente várias escolas elementares (inclusive pelo fato de que resultam da fusão de vários distritos elementares) mas também até o final do "senior high". Essa é a razão da diminuição do número de distritos. Caminha-se rapidamente para a existência apenas de "unified districts", todos indo "K through 12" isto é, do jardim até o 12º ano.

Como sabemos, o padrão básico de organização escolar americana foi o 8-4, que se consolidou entre 1890 e 1910. Havia uma escola primária (ou antes "elementar") de 8 anos, compreendendo, sem divisão expressa, dois ciclos, um "primário" (as primeiras séries) e outro até as últimas séries. Em seguida, vinha a escola secundária de 4 séries.

Dá um total de 12 séries, aparentemente uma a mais do que o sistema 8-3 que a Lei 5692 estabeleceu agora. Os professores de educação comparada e teóricos da organização do ensino no Brasil nem sempre se advertem, quando elaboram quadros comparativos, de que o primeiro grau americano, como o primeiro ano francês, inglês ou alemão, corresponde ao nosso *preliminar* (crianças de 6 anos).

Por volta de 1920, esse sistema de 8 anos fundamentais estava sendo substituído. Tornou-se comum o sistema 6-6 ou melhor 6-3-3. Seis anos de "elementary" que corresponderiam mais ou menos ao nosso preliminar até o quinto ano, e depois 3 anos de Junior High e, depois, mais 3 anos de Senior High School. O Junior High ficou assim constituído dos dois últimos anos da primitiva escola elementar e do primeiro ano da escola secundária.

A razão dessa transformação, segundo está em livros como o de Kandel e outros, é que a escola elementar não dava satisfação aos meninos maiores, das duas últimas séries (14).

Por sua vez, esse padrão está agora sendo contestado, com o aparecimento de "The emergent middle school" (15). "O desenvolvimento da "Middle School é um dos eventos mais significativos da década dos 60". Diz-nos um autor (16).

O esquema onde aparece a "Middle School" é o esquema 4-4-4 ou mais comumente 5-3-4. Novamente alega-se que a "elementary", com seu teor primário, não está mais satisfazendo ao menino da sexta série (corresponderia à nossa primeira ginásial), que precisa ser acelerada, por exemplo, com a introdução do estudo de língua estrangeira. Diríamos, utilizando a expressão de Reguzzoni, que há uma "secundarização" da última série do primeiro (17). E, por outro lado, note-se, há um retorno da primeira série da antiga escola secundária à "senior high". A razão é a seguinte: a preparação "acadêmica" ou pré-universitária começa no nono grau. E assim é porque a antiga escola secundária (que ia do nono ao décimo segundo) preparava para o College. De modo que, até hoje, de alguma maneira os pré-requisitos que o "college" impõe aos seus futuros candidatos recuam tão longe quanto ao nono grau.

(14) De fato, tive oportunidade de visitar uma escola, eu diria arcaica, desse tipo. Uma escola rural, multi-seriada, com os alunos sentados em filas os "forms" correspondentes aos seus respectivos graus, tal como descreve, por exemplo, Goodlad.

Cf. The Nongraded elementary school — Hautcourt Brace, N. Y. 1963.

A impressão que se tem é que a escola não oferecia nada a uns 4 adolescentes que estavam na sala, dois deles namorando-se com os olhos.

(15) Cf. Alexander e outros — The emergent middle school. Edition Holt, N. Y. 1963.

(16) De Vita, Pumerantz, Wilklow — The effective middle school, Parker, New York, 1970 p. 25.

Segundo esses autores em 1965-66 havia cerca de 500 middle schools e em 1968 o número subiu para 1.100.

Não sei se o movimento é tão importante assim. Nem o considero de significação tão acentuada ou substancial.

(17) Cf. Mario Reguzzoni — La reforme de L'enseignement — Aubier, Paris, 1966. Segundo esse autor, na Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e França "o nível geral da instrução tende a elevar-se e todo ensino tende a tomar a fisionomia e os métodos característicos da instrução do tipo secundário. Mesmo o ensino do primeiro grau secundariza-se.

Por isso, pensam alguns que o nono grau fica melhor no "senior" que no "junior", e que haveria mais proximidade entre o 6.º e o 8.º graus. A "middle school", dessa forma, destina-se aos "early and pre adolescents", expressamente aos meninos de 11 a 14 anos. Como o nosso ginásio (18).

Seja como for, todos vão até o "senior high", pois na Califórnia a obrigatoriedade escolar vai até 16 anos. Nessa altura diversificam-se os que aí encontram sua educação terminal e os que vão continuar em nível superior.

É interessante observar que, apesar do rápido índice de expansão do ensino superior, e não obstante a notória e famosa capacidade da escola americana (mesmo quando não se denomina "comprehensive") de ministrar ensino de matérias práticas e/ou técnicas, valendo-se de equipamentos deslumbrantes, encontramos também a mesma preocupação com uma teoria a respeito do desencontro entre a orientação do sistema educacional e o mundo do trabalho. Segundo essa explicação, apenas cerca de 12% dos empregos, são empregos que exigem formação universitária. Entretanto, nas escolas, cerca de 75% a 80% dos alunos seguem currículos com orientação acadêmica e de "general education", e apenas 20 a 25% seguem uma orientação vocacional. O resultado é que, ao terminarem a escola, 80% iriam disputar acesso ao curso superior e àqueles 12% de ocu-

(18) Reconheço que a reforma se inspirou também no modelo soviético e escandinavo, mas é inegável a sensação de que estamos adotando uma coisa que eles estão abandonando.

E é o caso: um conferencista me explicava, em Sacramento, que há uma tendência, a partir ao menos do 5.º grau, para substituir, a "self contained class", isto é, a classe que tem um só professor para um ensino "globalizado", por professores mais especializados (o "team teaching" é um desses mecanismos). E quando eu lhe objetava que, no Brasil, muitos defendem a formação de um professor polivalente para evitar que no antigo ginásio os meninos tivessem 7 professores, respondeu-me: "Nós às vezes pensamos por que é que na Europa e Sul América estão adotando algumas coisas que estamos abandonando".

A propósito, De Vita, Pumerantz e Wilklow, comentando que na "middle school" os alunos têm 9 professores, em vez dos 2 ou 3 da "elementary" sugerem que, de acordo com um dado levantamento, os meninos se sentiam tão bem relacionados com seus professores da "middle" quanto com os da quinta série.

O que parece que há de certo, em coisas desse tipo, é que há muito pouca coisa certa. Há muita coisa ainda que pertence à credence ou ao "folklore" pedagógico, mais matéria de fé que de comprovação.

pações, enquanto muitos e muitos deles não vão seguir esse caminho e, por outro lado, acham-se despreparados para as ocupações.

Daí programas, como o "career education" (19) e outros destinados a incrementar e a melhorar a formação para empregos. E, concomitantemente, uma certa tendência para criticar os programas de "general education", talvez mesmo eliminá-los, deixando apenas ou bem, de um lado, os créditos acadêmicos, ou bem, de outro, as disciplinas vocacionais.

Surpreendeu-me encontrar lá onde não há essa separação, como no Brasil (e em países da Europa), entre uma escola secundária e escolas técnicas, essa mesma indagação e até certa coincidência de números. Também aqui a escola secundária representa ou representou, em anos recentes, cerca de 75% do ensino médio.

Não entrarei nesse difícil assunto. Prefiro caminhar para o término dessas notas (20), anotando o fato já conhecido da extraordinária expansão do terceiro grau nos Estados Unidos, e na Califórnia, em particular.

Na Califórnia temos, em primeiro lugar, a famosa Universidade da Califórnia, mencionada na própria Constituição do Estado e, por isso, dotada de uma autonomia quase soberana, espalhada em nove *campi*, o mais famoso dos quais é o de Berkeley e que é, hoje, provavelmente, a maior universidade do mundo (21). A política estabelecida para a universidade é

(19) O "career education" é um programa que tem um aspecto semelhante ao nosso PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra): procurar levar o aluno a experiências de preparação para o trabalho, fora de escola, diretamente no emprego, fora dos quadros, horários e regras convencionais. É um programa ainda muito incipiente, ao que nos foi dado perceber.

(20) Não pretendi fazer um relato do que tive oportunidade de ver. Recomendando o artigo do professor Itamar Vasconcelos, que fez o mesmo estágio de dois anos antes de mim e que, como sempre, ordena suas anotações precisas Cf. Itamar Vasconcelos — Alguns Aspectos da Educação na Califórnia, in Estudos Universitários, vol. 10, n.º 2, 1970, pp. 95-115.

(21) Ao aluno de Educação Comparada é absolutamente indispensável ler o livro de Clar Kerr — The uses of university, onde ele forjou o conceito já tornado clássico de "multiversitas".

de receber os 12,5% dos melhores alunos das escolas secundárias. É em parte para atender à necessidade de ter critérios seletivos para execução dessa política que é tão desenvolvido o sistema de pesquisas que permitem comparar o rendimento escolar de aluno por aluno, por assim dizer, de escola por escola, na Califórnia.

Já a política dos State Colleges (entre os quais o San Diego State College, por uma coincidência agradável, transformado em San Diego State University, quando nós estávamos lá) é mais branda. Aceitam os 33% de melhores alunos (22).

Há que mencionar, ainda, universidades particulares e sobretudo os 30 "junior colleges", domínio em que a Califórnia é pioneira e líder. A disseminação do "junior college" visa a dar uma oportunidade de educação de 3.º grau aos que não conseguem vencer a barreira seletiva da Universidade e, ao mesmo tempo, dar formação profissional superior curta. Embora este não seja o pressuposto inicial, é possível passar do "Junior College" para o "College", razão pela qual já se nota que o maior afluxo de ingresso nas Universidades não ocorre mais no "freshman", mas no "junior" (23).

Sem referir números, que viriam sobrecarregar essas linhas finais, podemos assinalar que, nos Estados Unidos, o acesso ao ensino superior já venceu a barreira dos 50%, em relação ao grupo etário 18-21 anos. Antes da guerra, cerca de 14%; em 1964, cerca de 40%; em 1970, seguramente mais de 47%, se as previsões não tiverem sido ultrapassadas. Ou seja o crescimento da escolaridade "engole" o "deficit" a uma razão de

(22) Circula, no Brasil, o lugar comum que o nosso sistema é seletivo. Se com isso se quer dizer que, como toda e qualquer oferta escassa, o sistema é precedido de uma seleção sócio-econômica de seus usuários, isso é inegável. E até óbvio. Mas, se, ao mesmo tempo, a palavra ambigualmente insinua que o sistema é seletivo pedagogicamente, isto é, tem mecanismos meritocráticos internos ao ensino, então creio que, no Brasil, não há uma mecânica seletiva como esse exemplo da política universitária mencionada.

(23) Os quatro anos do "college" denominam-se tradicionalmente: "freshman" (calouro), "sophomore" (o nosso caído em desuso "pé de banca") "junior" e "senior" (bacharelado).

1% ao ano. É aproximadamente o mesmo ritmo em que, no Brasil, nós estávamos, nos últimos anos, vencendo o "deficit" de "ensino médio", em relação ao grupo 11-17 anos.

Dessa forma, apesar da opinião de um Conant que julgou que há provavelmente mais excesso de estudantes superiores do que falta, os Estados Unidos, a Califórnia, em particular, estão atingindo o estágio em que, nos números, e, por consequência, logo depois transpassará para a ideologia, ao menos no nível de "junior college", haverá "ensino superior para todos" (24).

Os Estados Unidos aproximam-se de uma saturação das escolas. É, então, curioso que, eles por saturação e nós, por carência, estejamos convergindo em uma abertura para re-examinarmos o papel, o funcionamento, a importância e mesmo a necessidade da escola (25). Mas é outro assunto muito importante e muito complexo para ser tratado aqui.

Fiz essas duas últimas observações sobre a dialética dos fatos e das idéias, porque o fio de minha palestra, como todos perceberam, foi assinalar o vai-e-vem de certos estereótipos e de certos transplantes anacrônicos, e as dificuldades e algumas inconveniências de um regime de importações.

Por outro lado, espero que, tendo relatado algumas de minhas reações de viagem, tenha acabado conseguindo dizer alguma coisa útil sobre a educação no Brasil.

(24) Um estudo de 1968 prevê para a cidade de New York, em 1975, cem por cento de escolaridade até 22 anos, com um mínimo de 14 anos de curso.

(25) Cf. os artigos importantes e um tanto demagógicos e "ideológicos" de Illich sobre a futilidade das escolas. E também Everet Reimer — *School is dead*. Ooubleday — N. Y. 1971.

## O comércio inglês com Pernambuco no século XVI: Três exemplos

JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO

O interesse inglês pelo Brasil revela-se pouco depois da descoberta do país. São, porém, muito insuficientes as informações acerca das primeiras viagens de ingleses à terra recém-revelada. William Hawkins, de Plymouth, é apontado como o pioneiro nesse intercurso, tendo viajado no seu navio *Paul*, em 1530 e 1532, para local no Brasil não identificado. A essas duas viagens outras se seguiram, de iniciativa de comerciantes daquela cidade, de Southampton e de Londres. Assim foram sendo estabelecidos os primeiros contactos, quer com os ameríndios — Hawkins leva um chefe índio à Inglaterra — que com portugueses que aqui e ali se tinham fixado em pontos vantajosos do litoral. (1)

Notícias pormenorizadas acerca das relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra datam da década de 1570, quando a indústria açucareira já se desenvolvera a ponto de despertar o interesse dos comerciantes ingleses. Estes incluíam não apenas os burgueses, mas a pequena nobreza (a *gentry*, palavra de difícil tradução), a qual, quebrando a tradição de sua classe, como ocorria na Europa Ocidental, lançou-se aos negócios, inclusive os ultramarinos. Estudos recentes têm posto em relevo a importância dos capitais da *gentry* em investimentos aplicados na expansão das atividades comerciais da Inglaterra. (2)

(1) A fonte principal sobre as primeiras viagens inglesas ao Brasil é a *Hakluyt's Collection of the Early Voyages, Travels and Discoveries of the English Nation*, 5 vls. (Londres, 1809-12). V. Shillington e A. B. W. Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* (Londres, s. d.) pouco acrescentam de novo (e nem sempre com segurança) aos textos de Hakluyt.

(2) Theodore K. Rabb, *Enterprise & Empire. Merchant and Gentry investment in the expansion of England, 1575-1630* (Cambridge, Massa., 1967).

Assim, quando um inglês estabelecido em São Vicente, no atual Estado de São Paulo, escreveu a um compatriota seu, residente na pátria, Richard Staper, solicitando que lhe fosse enviado um navio com carga que ele minuciosamente especificou, o pedido foi prontamente atendido. Chamava-se o inglês John Whithall, mas — ele próprio o diz — era conhecido entre portugueses do lugar pelo nome de John Leitão. Prometia que os gêneros enviados ali seriam vendidos com lucro equivalente a 300% do valor original e que o navio levaria de volta um carregamento de açúcar branco adquirido à razão de 400 réis a arroba. E para animar o correspondente afirmava: “this voyage is as good as any Peru voyage”. A referência à terra fabulosa da prata era, por si só, a garantia, que ele prometia, de “great gains”.

As mercadorias a serem enviadas deviam incluir tecidos diversos — holandas, baetas, tafetás, sedas, etc. — tesouras, facas, fechaduras para portas e arcas, anzóis, papéis de vários tipos, vidros variados inclusive venezianas, sabão, pregos, aço e outros muitos gêneros enumerados por Whithall com as respectivas quantidades. Relação muito curiosa, pois é um dos novos documentos do século XVI onde se relacionam os artigos de que necessitavam os colonos do Brasil. (3) Não esquece ele de solicitar, para seu uso pessoal, uma dúzia de camisas e também mantos para uso das mulheres, “which is the most necessary thing that can be sent”. A carta está datada de 26 de junho de 1578. (4)

A proposta de Whithall foi aceita pelo correspondente, que se associou a comerciantes de Londres e fizeram partir com destino a São Vicente o navio *Minion of London*, o qual chegou ali

(3) “A somewhat similar list appears in a ‘Note of all such wares as are good and necessary for the parts of Brazil’ in the *Dom. St. P.* for 1582 (vol. 153 so forth”: L. de Alberti e A. B. W. Chapman, *English Merchants and the Spanish Inquisition in the Canaries* (Londres, 1912) p. 153.

(4) *Hakluyt's Collection* cit., IV p. 199; Robert Southey também publicou a carta e a lista dos gêneros, *History of Brazil* 3 vls. (Londres, 1810-19) I pp. 649-651.

em fevereiro de 1584. Esta é a evidência mais antiga do interesse dos negociantes ingleses pela distante colônia portuguesa e um elemento esclarecedor do espírito de aventura daqueles capitalistas.

O que se passou em São Vicente — que Whithall dizia estar “bordering upon the borders of Peru” — repetiu-se em Pernambuco. Documentos referem que em 1583 Thomas Cordell, William Garraway e outros enviaram o navio *Merchant Royal* com um carregamento de gêneros alimentícios a Pernambuco que naquele ano “estava sofrendo fome”. (5) Realmente, aquele ano foi marcado por uma seca terrível, referida pelo Padre Fernão Cardim: “no ano 83 houve tão grande seca e esterilidade nesta Província (coisa rara e desacostumada, pois é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios. Porém, passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos, ou por sua ou sem sua vontade”. (6)

Cordell e Garraway eram poderosos capitalistas de Londres, proprietários de várias embarcações e financiadores de expedições de ataque às linhas de navegação espanhola na área do Caribe. Entre aquelas estava incluído o *Merchant Royal*, de 350 toneladas, do qual Cordell era o proprietário principal. O interesse deste por Pernambuco fica esclarecido graças a uma informação do historiador K. R. Andrews: “ele era comerciante

(5) K. R. Andrews, *Elizabethan Privateering during the Spanish War*, 1585-1063 (Cambridge, 1964) p. 205. Este livro, excelente, é resultado de cuidadosa pesquisa em arquivos ingleses e o utilizamos com freqüência neste nosso artigo. Sobre a presença desse navio em Pernambuco ver também os Regimentos dados a Baltazar Rodrigues Sosa, e Baltazar Ferraz (Lisboa 12 de março de 1588 e 12 de fevereiro de 1591) publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* vol. 67, 1a. parte (Rio, 1906) pp. 219 e 240.

(6) Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Rio, 1925) p. 331.

de açúcar e dirigia uma refinaria". (7) Garraway era de menor categoria que Cordell, porém ativo e empreendedor.

O *Merchant Royal* veio a Pernambuco, provavelmente, por insinuação de mercadores aqui residentes ou de correspondentes destes em Portugal, pois só assim as dificuldades decorrentes da seca de 1583 seriam conhecidas em Londres. O navio estava sob o comando de Robert Flick, o qual depois de ter vivido em Bruges (1572-75), transferiu-se para Portugal na qualidade de correspondente de comerciantes de sua nação, além de negociar por conta própria. Viveu em Portugal até 1586. Era, portanto, um conhecedor do tráfico brasileiro e, por esse motivo, foi escolhido para o comando do navio. Tendo vendido parte da carga em Olinda — dizem documentos oficiais portugueses que sem pagar os direitos da alfândega, mediante suborno dos que nela serviam — deixou aqui, ao partir, três ingleses para concluir a negociação dos gêneros. Um deles parece ter morrido, pois apenas dois ainda aqui estavam quando da chegada ao Recife da esquadra espanhola chefiada por Diogo Flores Valdez. Este, acusando os dois de estarem a serviço de Eduardo Fenton, que havia causado baixas em um encontro com navios daquela esquadra no sul do Brasil, prendeu-os, confiscou-lhes o restante da carga e os enviou presos a Sevilha, sendo dali levados a Lisboa, onde foram soltos em consideração pela ajuda que haviam prestado em Pernambuco por ocasião da seca. (8)

Neste caso um navio inglês vem ao Recife, com mercadorias inglesas, a negociar. Mas há a considerar que em navios portugueses vinham também, ao mesmo porto, mercadorias de idêntica procedência por conta de mercadores ingleses. É o que ocorre com o navio *São João Batista* de propriedade de Francisco da Rocha, de Viana do Castelo.

Um dos clássicos portugueses mais conhecidos é a *Vida de Dom Frei Bartholomeu dos Mártires* que Frei Luís de Sousa

(7) Andrews, liv. cit., p. 111.

(8) Todas as indicações no liv. cit., pp. 205-206.

acabou de escrever em 1619: aí se diz, com relação aos fins do século anterior, da atração que "as terras novas do Brasil" exerciam sobre os minhotos, trazendo, somente os naturais de Viana do Castelo, "setenta navios de toda sorte" no comércio com elas, "com que a terra está mocissa de riqueza", tendo aqueles mesmos que mourejavam na pesca, em oitenta barcas, abandonado "animosamente a pobreza das redes e a segurança das praias pelas esperanças e perigos do alto". (9) Toda esta riqueza originava-se do comércio do açúcar do Brasil, especialmente de Pernambuco e da Bahia; graças a ele Viana do Castelo e outras cidades-portos da metrópole renascem para a prosperidade. (10)

O caso da nau *São João Batista* é um exemplo a ilustrar a iniciativa de um aventureiro vianês em seus negócios com o Brasil. É de fins do século XVI um extrato do livro de contas de Francisco da Rocha em relação com Richard May e outros capitalistas ingleses. O documento está redigido em inglês, mas não está datado; paleograficamente pode ser atribuído aos fins daquele século. O local referido no texto como sendo o da transação é "Brazilia", mas quando se faz referência à carga de açúcar e pau-brasil feita por Rocha, está mencionado que a negociação ocorreu em Olinda em 1585. Do documento colhe-se que Francisco da Rocha recebeu em Londres, de diversos comerciantes, mercadorias e dinheiro no montante de 562 libras esterlinas e 14 xelins, das quais devia dispor no Brasil e, com o resultado do negócio, devia reembolsar os seus credores quando do seu regresso a Londres. (11)

(9) *Vida de D. Frei Bertolomeu dos Martyres* 2 vls. (Lisboa, 1850-53) I pp. 164-165.

(10) Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio* 3 vls. (Lisboa, 1968-71) II p. 203. Aí se recorda que Viana do Castelo teve um extraordinário desenvolvimento urbano e econômico graças ao comércio com o Brasil: em 1527 a cidade contava 962 fogos e em 1619 eram 2.500; o número de naus e caravelas sobe de 19 em 1586 para 70 em 1619.

(11) O documento em questão está no British Museum, Add. MSS 14027 fls. 123/126. Sobre a procedência deste documento ver M. de Oliveira Lima, "Manuscritos do Museu Britânico", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* vol. 65, 2a. parte (Rio, 1903) p. 63. C. R. Boxer cita o manuscrito, mas não estabeleceu a conexão com os papéis da primeira visita do Santo Ofício: "English shipping in the Brazil trade, 1640-65", *Mariners's Mirror* vol. 37 n.º 3 (julho de 1951) p. 197.

O texto é claro ao indicar que as anotações se faziam como memórias da dívida contraída: “A Remembrance what I owe in London and to what persons to whom I doo owe uppon bonde to paye in London in retorne of my voyage, our Lord brynginge me in good savettye to the said cittie of London”. Em seguida especificam-se os credores: a Richard May, da cidade de Londres, devia £ 234 e 4 xelins, tanto por dinheiro quanto por gêneros recebidos, dos quais passara uma letra que ficava em poder do comerciante. A este cabia o risco da viagem e da negociação: “he is to bear the adventur therof to the Brazill and from the Brazill to London wythe all the ports wher I shall towche as in the charter partye and God brynginge me in safetye I will pay him as above is said and he is to paye for the assurance therof owtle warde and home warde”. A Mr. Bechar devia £ 175, a Thomas Cordell e John Williams £ 112 e 10 xelins, a Randall Syme £ 39. Há referência a outros credores, cujos créditos não estão especificados: James Fynche e Richard Kinge e um irmão. (12)

Não temos pormenores da negociação das mercadorias inglesas em Pernambuco, mas somente que a carga de retorno consistia em açúcar e pau brasil e que a bordo tinha vindo pelo menos um inglês a serviço dos capitalistas de Londres. A *São João Batista* regressou à Inglaterra em 1585, mas a viagem de volta foi acidentada, pois com o confisco dos navios ingleses em portos espanhóis, ordenado por Filipe II em maio de 1585, começaram da parte da Inglaterra ações de represália (embora sem declaração formal de guerra) contra domínios e navegação da Espanha. Um depoimento prestado perante o Visitador da Inquisição, em Olinda, em 27 de maio de 1594, por João da Rocha Paris, sobrinho de Francisco da Rocha Paris, então residente no engenho deste em Jaboatão, em Pernambuco, refere o que ocorreu: “haverá nove anos, pouco mais ou menos [portanto, 1585], que indo ele com o dito seu tio Francisco da

(12) As grafias dos nomes próprios são as do MS acima citado. Acerca de Richard May, John Williams e James Finch não conseguimos informação. Mr. Bechar é Henry Beecher, comerciante em grosso de açúcar em Londres, Thomas Cordall é Cordell, Symes e Richard King eram comerciantes em Londres e o irmão deste era Thomas King de Ipswich: Andrews, liv. cit., p. 206.

Rocha Paris, que ora está casado com Maria Fernandes Peixoto e morador em Viana, em uma nau do mesmo ano foram publicadas as guerras e indo assim com mercadorias de açúcar e pau do Brasil para venderem em Inglaterra, foram tomados no mar pelos ingleses piratas, e, depois de roubados, os lançaram na Ilha Terceira; e porquanto muita da dita fazenda que levaram ia dirigida a outros mercadores ingleses da Inglaterra, o dito seu tio com ele testemunha se foram à Inglaterra negociar a restituição da dita fazenda e, depois de negociarem na cidade de Londres, o dito seu tio comprou uma nau e aparelhou uma zabra que lhe deram em satisfação do que lhe roubaram, e carregou a dita nau de fazenda para Portugal, para onde se tornaram, levando consigo nas ditas nau e zabra alguns vinte e cinco ingleses por oficiais delas, de bombardeiros, trombetas, cirurgiões, médicos, marinheiros etc., e foram ter à dita Viana, onde descarregaram e daí se tornaram muitos dos ditos ingleses para suas terras, porquanto Sua Majestade lhes deu licença para isso”. (13)

Documentos ingleses confirmam a narrativa acima: neles está referido que a nau *São João Batista* foi capturada por George Raymond comerciante de Chichester, o qual combinava a empresa privada com o serviço no mar, e Bernard Drake. Como a carga de açúcar pertencia a comerciantes de Londres — e aqui ocorre a referência a que um empregado inglês de um dos capitalistas, Richard King, tinha participado da viagem para superintender os negócios, bem como Edward Stephens ou Stevens a que adiante faremos referência — o desfecho foi o indicado por João da Rocha Paris. (14)

Francisco da Rocha, que fretara a *São João Batista* aos homens de negócio de Londres, estava agora de posse de uma nau e de uma zabra — navio, este último, cuja descrição não encontramos em dicionários especializados, mas que era de pe-

(13) Rodolfo Garcia (ed.), *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Denúncias de Pernambuco* (São Paulo, 1929) p. 276.

(14) Andrews, *Elizabethan Privateering* p. 206 e Alberti e Chapman, *English Merchants* p. 21.

queno porte, de 60 a 70 toneladas. Com ambas veio a realizar nova viagem a Pernambuco, associado, ainda uma vez, a capitalistas ingleses. Os acontecimentos dessa nova viagem estão narrados em várias fontes. Teve ela início em 1587 — e não por volta de 1588, como a ela se reporta Bastião Pires da Abrigueira. Este, em uma denúncia perante o Visitador do Santo Ofício em Pernambuco em 7 de fevereiro de 1594, narrou o seguinte: “haverá seis anos, pouco mais ou menos, que ele embarcou em Viana em uma nau que diziam ser de Francisco da Rocha, na qual vinha o dito Francisco da Rocha, que a trouxera da Inglaterra, e vinham, afora outra gente, alguns ingleses e escoceses e outros estrangeiros, e sua direita viagem era para Angola, na qual tomaram a Ilha da Palma [nas Canárias], onde, depois de desembarcados, veio o vigário da cidade da Laguna e prendeu, da parte da Santa Inquisição, ao dito Francisco da Rocha como capitão e senhorio da dita nau inglesa e a todos mais ingleses e estrangeiros que nela vinham e mandou tomar as velas e aparelhos da nau e a fazenda que nela vinha, e depois destas diligências feitas mandou o dito vigário e por sua ordem encaminhou o dito Francisco da Rocha à Inquisição da Grã Canária, o qual Francisco da Rocha levou consigo dois dos ingleses, um se chamava mestre Richarte, e outro não se lembrara como se chamava, e ele denunciante foi em companhia do dito Francisco da Rocha, servindo-o, e chegaram todos quatro à Grã Canária e foram a casa dos Inquisidores e o dito Francisco da Rocha, com os dois ingleses, foi, por espaço de alguns quinze dias, todos os dias, à Inquisição falar com os Inquisidores, e ele denunciante ficava guardando-lhe a espada na parte da rua. E, depois de passados os ditos dias, o dito Francisco da Rocha se tornou com ele denunciante para a dita Ilha da Palma, dizendo que os ditos dois ingleses ficavam presos na dita Grã Canária, tendo a dita cidade por prisão, e que trazia despacho da dita Inquisição para lhe desembarcarem a dita nau e fazenda e outra zabra mais que com ela trazia e para ele tornar à mesma Grã Canária e levar consigo os dois ingleses e que para isto dera na mesma Grã Canária fiança e ficara por seu fiador João Cortes dos Rios. E assim se vieram ambos à dita Ilha da Palma, onde se tornou a embarcar o dito Francisco da Rocha e embarcou consigo aos ditos

dois ingleses, que dizia lhe ser mandado na dita Inquisição que os levasse lá sob a dita fiança, os quais eram Alberto Carlos e Mestre Goneiro e na dita nau se embarcou ele denunciante também com ele e foram a Angola e de Angola à Bahia e da Bahia vieram a este Pernambuco, e não quis o dito Francisco da Rocha levar os ditos dois ingleses à Inquisição da Grã Canária, como ficava obrigado, e na dita navegação da Palma para Angola morreu um dos ditos dois ingleses, chamado Mestre Goneiro, e a este Pernambuco veio ter o outro chamado Alberto Carlos, o qual inda ora é morador nesta vila [de Olinda] e usa de mercancia na rua de Janafonso, por detrás de São Pedro”. (15)

O Visitador do Santo Ofício pediu ao denunciante que apontasse outras testemunhas dos fatos narrados e ele respondeu que “disso devem também saber João da Rocha [Paris] e um mancebo chamado Domingos . . . e um criado do dito Francisco da Rocha chamado André, . . . e Gaspar da Rocha [Paris, pai de João], irmão do mesmo Francisco da Rocha que andava por capitão da zabra, [o qual] é mercador e ora estante nesta vila [de Olinda] na rua da Serralheira”. Esclareceu o denunciante, ainda, que Francisco da Rocha Paris era senhor de um engenho de açúcar em Jaboatão e era natural de Viana do Castelo e ali casado, “e para lá se foi na mesma nau, haverá ora cinco anos, pouco mais ou menos” [cerca de 1589]. (16).

Gaspar da Rocha Paris, testemunha referida, em data de 9 de junho de 1595, “jurou que haverá sete ou oito anos [1587 ou 1588] que com seu irmão foi à Ilha da Palma e que os Inquisidores da Grã Canária mandaram lá ir ao dito seu irmão, o qual levou consigo dois ingleses dos que trazia nas naus, os quais ficaram na Grã Canária, donde o dito seu irmão tornou para a Palma, deixando lá fiança de tornar lá, não sabe para que, com a nau, na qual estavam muitos estrangeiros, um dos

(15) *Denúncias de Pernambuco* cit. pp. 223-224. A ortografia foi atualizada, bem como a pontuação.

(16) Liv. cit., pp. 225-226.

quais era Alberto Carlos, inglês, que nesta vila anda. E que o dito seu irmão não tornou nem levou à dita Grã Canária, pelo que inda haverá três anos andava o dito seu irmão em Lisboa com o Cardeal em requerimento sobre lhe desobrigarem a dita fiança que deu, da qual não sabe se é já desobrigado”. (17)

João da Rocha Paris em depoimento já citado, de 27 de maio de 1594, referiu que com o tio veio na nau e zabra “buscar vinhos à Ilha da Palma, trazendo nelas consigo dez ou doze ingleses, e estando na Palma veio um clérigo chamado Torres e levou consigo ao dito seu tio e a dois dos ditos ingleses, chamados Duarte um, que era seu criado, e outro Richarte Níomane, marinheiro e mestre de bombardeiros, os quais o dito seu tio levou consigo para o servirem à Ilha da Canária à Santa Inquisição, por o mandarem chamar os Inquisidores pelo dito clérigo; e assim foi o dito seu tio, levando mais para o servirem um Bastião Pires Abrigueira e outro Belchior da Noia; enquanto o dito seu tio foi, ele testemunha ficou na nau e depois do dito seu tio tornar lhe contou que os inquisidores da Grã Canária lhe mandaram deixar na mesma Canária os ditos dois ingleses e lhe mandaram que lhes levasse lá mais os que lhe ficaram na nau que tinha na Palma, onde ele testemunha ficou, e que para lhos levar deixara fiança. Pelo que se tornaram a embarcar na Palma, com determinação de levarem à Grã Canária os ditos ingleses, os quais eram Alberto Carlos, que também trazia mercadoria sua própria, e João Richarte, que ora está casado em Viana e outro Richarte trombeta que se foi já para Inglaterra e Thomas que também para lá se foi, e outros que morreram; e indo assim para a Grã Canária o dito seu tio com os ditos ingleses na zabra achou um ladrão [isto é, um corsário], pelo que lhe foi necessário fugir para o Cabo Branco, para onde ele testemunha ia esperá-lo e porque nisto se lhes passou a conjunção deixaram a navegação da Grã Canária e se foram ao Cabo Verde, donde se tornaram a Angola e de Angola a este Brasil, trazendo consigo os ditos ingleses que nomeado tem; e porquanto o dito seu tio mandou depois à Grã Canária requerer desobrigação da dita fiança na Santa Inqui-

(17) Liv.. cit. pp. 225-226 nota.

sicão, lhe escreveu há pouco que estava remetido isto à Santa Inquisição de Sevilha”. (18)

Outra testemunha dos acontecimentos da viagem, André Paris, em depoimento datado de 15 de julho de 1595 contou “que haverá dez anos, pouco mais ou menos [1585], foi ele ter à Ilha da Palma em companhia de seu tio Francisco da Rocha Paris, morador em Viana, primo co-irmão de sua mãe, onde viu que um Comissário do Santo Ofício, chamado Torres, deu recado ao dito seu tio, da Santa Inquisição da Grã Canária, que fosse lá, o qual foi, ficando ele testemunha na Palma. E depois que veio o dito seu tio, disse, perante ele testemunha, que ele deixara fiança na Inquisição da Grã Canária para tornar lá e levar consigo uns ingleses que em sua companhia trouxera da Inglaterra, os quais ingleses eram Alberto Carlos, que ora está nesta vila [de Olinda] e nela era mercador, e Richarte Esteves, trombeta, que já fugiu para Inglaterra, e Nicolas francês que já morreu, e outros já defuntos, os quais ingleses o dito seu tio não levou à Inquisição da Grã Canária nem tornou lá mais, porque embarcando-se com eles em uma sua zabra para a dita Grã Canária não seguiu viagem e voltou para este Brasil. E a causa dele não seguir a viagem para a Grã Canária na dita zabra, ouviu ele testemunha dizer ao mesmo seu tio, que fora porque vira velas de inimigos defronte da barra da Grã Canária e que mais não sabe”. (19)

Da passagem de Francisco da Rocha Paris pela Inquisição das Canárias nos dá notícia o livro de L. de Alberti e A. B. W. Chapman, *English Merchants and the Spanish Inquisition in the Canaries*, publicado em Londres em 1912. Dele apresentaremos alguns elementos relacionados com o tema deste artigo. As informações prestadas pelos autores foram recolhidas de transcrições de processos da Inquisição daquelas Ilhas. Segundo esses papéis, a nau e a zabra chegadas à Ilha da Palma haviam partido da Inglaterra com uma patente expedida em nome da Rainha Elizabeth, datada de Londres 20 de maio de 1586 (es-

(18) Liv. cit., pp. 276-277.

(19) Liv. cit., p. 458.

tilo velho), que lhe servia de garantia contra possíveis ataques de corsários ingleses. De Londres as duas embarcações propunham-se a ir a Angola, onde deveriam dispor do carregamento de vinho e mercadorias diversas e, dali, com negros escravos, rumar ao Brasil, onde seria feita carga de açúcar e pau-brasil; do Brasil seguiriam para Lisboa, de onde, depois de pagos os direitos da alfândega, voltariam ao ponto de partida. A tripulação incluía inicialmente, além de portugueses, três espanhóis estantes na Inglaterra como prisioneiros dos corsários, quinze ingleses, um escocês, um flamengo e um francês.

Os navios partiram de Londres, em junho de 1586, e permaneceram em Viana do Castelo de julho do mesmo ano a janeiro de 1587; aí alguns dos estrangeiros foram obrigados a desembarcar. Foi feito novo manifesto da carga, com o que se pretendia fazer crer que toda ela fora embarcada em Viana. Em janeiro aportaram em Lisboa, onde carregaram as quinilharias necessárias ao comércio de escravos negros. Na Ilha da Madeira adquiriram vinhos, mas não em quantidade suficiente, pelo que foram completar a carga desse gênero na Ilha da Palma, nas Canárias (março de 1587). Aí estiveram sob ameaça de confisco, dado que, em consequência da guerra declarada entre a Inglaterra e a Espanha, a presença a bordo de tripulantes ingleses tornou os navios suspeitos de pirataria e os portugueses de cúmplices dos inimigos políticos. Essa suspeita parecia tanto mais fundada quanto as duas embarcações poderosamente artilhadas.

Embora as autoridades civis tenham finalmente liberado os dois navios, o mesmo não aconteceu com os representantes da Inquisição. Alonso de Torres, em nome do Santo Ofício, embargou-os, até que fosse comprovada a crença religiosa dos tripulantes estrangeiros. Examinados na fé dois deles, Richard Newman (o Richarte Níomane da referência de João da Rocha Paris) e Edward Stephens ou Stevens (o Duarte pelo mesmo mencionado), verificou a Inquisição que eles não só haviam abjurado o Catolicismo, como tinham dúvidas sobre a doutrina da Igreja. Convocados os demais, Francisco da Rocha Paris burlou a Inquisição e seguiu com os navios para Angola e de lá

para o Brasil, tendo chegado a Pernambuco ainda no decorrer de 1587. (20).

Entre os ingleses que tinham escapado assim ao Santo Ofício e desembarcaram no Recife, estava um de nome Alberto Carlos. Em conversa com os moradores de Olinda, logo evidenciou-se como herege. Um conterrâneo descreve-o como "alto de corpo, ruivo"; a maioria limita-se a mencionar as suas afirmações eivadas de heresia. Dizia, por exemplo, que não havia santos que em vida fizessem milagres, a não ser os doze Apóstolos; que os seus conterrâneos, embora não obedecessem ao Papa, eram bons cristãos; que na Inglaterra a confissão fazia-se a Deus, não a confessores, etc. (21)

Alberto Carlos esteve em Pernambuco a negociar as fazendas de Francisco da Rocha e a cobrar suas dívidas até que chegou em 1593 a Olinda o Visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça. Nas denúncias de suspeitos de heterodoxias e de heresias que então foram apresentadas ao Visitador, o inglês aparece com frequência. Com receio de suas próprias afirmações heréticas, Alberto Carlos, em data de 5 de novembro de 1593, apresentou-se ao Visitador e confessou ter levantado a dúvida, a propósito do Bispo Dom Frei Bartholomeu dos Mártires, que qualquer homem em sua vida, mesmo vivendo santamente, não era santo e que só o poderia ser depois de morto e canonizado; disse ainda que em perigo de morte recorreria apenas a Cristo e não a nenhum santo nem à Virgem Maria — o que afirmou ter dito sem má tenção. (22)

O Inquisidor perguntou-lhe acerca de sua origem e da razão de sua presença em Pernambuco. Respondeu que era inglês, filho de um homônimo, escocês, que vivia de sua fazenda, mas desconhecia a própria mãe e nem mesmo lhe sabia o nome, sendo ambos Católicos. Tinha 41 anos de idade e era casado

(20) *English Merchants* cit., pp. 15-27.

(21) *Denúncias de Pernambuco* cit., *passim*.

(22) Arquivo Nacional da Torre de Tombo (Lisboa), cartório da Inquisição de Lisboa, processo 6633. Infelizmente desaparecido o livro 1.º das Confissões de Pernambuco da primeira visitação do Santo Ofício, o texto da confissão de Alberto Carlos está transcrito no processo citado.

com Ana Escarlota, que ele supunha Católica por ser filha de Católicos e morava em Londres, onde a deixara há nove ou dez anos, "que tantos há que de lá se veio", e era mercador estabelecido em Olinda. Confessou que fora casado por um ministro luterano, aos 28 anos de idade, e vivera quatro anos com a mulher. "E perguntado para que se veio da Inglaterra disse que a buscar a vida, enfadado da terra estar trabalhosa com os luteranos e hereges de outras seitas . . . e que sua determinação ora é ganhar cá nestes Reinos sua vida, para que em havendo em algum tempo paz vá habitar com sua mulher".

Consideradas as denúncias contra Alberto Carlos e a sua confissão, e ouvido o parecer de um teólogo, foi este de opinião que "parece ser ele luterano formado e cismático, que por necessidade vive nesta terra, porque consta ser inglês de nação . . . e no progresso de sua vida declarou por vezes a peçonha do luteranismo que professa", concluindo por propor: "portanto deve ser preso e castigado asperamente conforme aos sagrados cânones". Em acórdão firmado pelo Bispo do Brasil e por outros religiosos convidados, datado de Olinda 31 de julho de 1595, "pareceu a todos os votos serem bastantes as culpas para ele ser preso e lhe ser escrita e sequestrada sua fazenda, porquanto na confissão que fez não contesta no essencial com as testemunhas que contra ele depõem". Em 29 de agosto de 1595 o Visitador assinou a ordem de prisão, que foi cumprida. (23)

Embarcado o preso em uma nau com destino aos cárceres da Inquisição de Lisboa, teve a sorte de ser ela tomada por corsários ingleses nas Berlengas, sendo levada para a Inglaterra; assim Alberto Carlos ficou livre da prisão. (24)

Do processo que a seu respeito se conserva no cartório da Inquisição de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, consta que Francisco da Rocha Paris, depondo a respeito do antigo preso, em Lisboa, em data de 13 de agosto de 1615,

(23) Documento citado.

(24) Depoimento de Francisco da Rocha Paris perante a Inquisição, Lisboa 13 de agosto de 1615, no processo citado.

referiu que lhe constava que o mesmo morrera nas Antilhas. A afirmativa provavelmente visava ao levantamento do sequestro da fazenda apreendida em poder de Alberto Carlos, porquanto fez prova perante a Inquisição de que tudo quanto se encontrava em poder do inglês não era de propriedade deste, mas dele Francisco da Rocha. E que tendo sido vendida a fazenda em Pernambuco, do procedido dela se enviaram duzentos e tantos mil réis que se encontravam ainda em poder do fisco em Portugal. E solicitava que lhe fosse entregue a aludida quantia, tendo opinado favoravelmente o Juiz do Fisco em Lisboa, Joaquim Álvares Sanches (16 de abril de 1617), resolvendo a Inquisição que, não obstante não haver notícia certa da morte de Alberto Carlos, nem serem decorridos cem anos para se ter presunção dela, fosse o fisco autorizado a devolver o dinheiro a Francisco da Rocha Paris, mediante fiança até que o processo fosse julgado em definitivo pelo Santo Ofício (16 de julho de 1617). (25)

A presença inglesa no Nordeste do Brasil e especialmente em Pernambuco, no século XVI, não teve o vulto nem o volume do comércio hanseático e holandês. Entretanto, os ingleses não estavam menos interessados do que os seus concorrentes do norte da Europa no açúcar do Brasil; ao contrário destes, porém, preferiam à viagem direta às terras do Novo Mundo o ataque às linhas de navegação que demandavam o porto de Lisboa. A documentação contemporânea revela a presença constante desses corsários à espreita dos navios procedentes do Brasil.

O Padre Francisco Soares, S. J., que, ao regressar do Brasil em 1589 em companhia do Padre Cristovão de Gouveia, foi tomado no mar pelos piratas, conta que "este ano passado de [15]89 em nove meses tomaram [os ingleses e franceses] à ida como à vinda 73 navios carregados e o em que tomaram o mesmo ano de 89 valia de açúcar até quinze mil cruzados por ser pequeno, que outro nosso companheiro que também tomaram importava quarenta e seis mil cruzados, afora o navio e arti-

(25) Todos os documentos no processo citado.

lharia e por aqui se pode julgar os mais". (26) O Padre Fernão Cardim S. J. refere também que "o mar andava infestado de franceses e ingleses". (27)

Fontes inglesas utilizadas pelo historiador K. R. Andrews revelam que nos anos de 1589-91 foram tomados pelos ingleses no mar 34 navios procedentes do Brasil, com carga de açúcar e pau brasil. E acrescenta ele: "these ships came regularly from Pernambuco and frequently fell into English hands". (28) Um desses navios corsários, de propriedade de Roberto Auldworth, de Bristol, era chamado significativamente de *Sugar*. (29) A riqueza que o açúcar trazia para a Inglaterra aumentou o apetite dos comerciantes do país, e assim resolveram nove capitalistas de Londres organizar-se em sociedade e financiar uma expedição para atacar a principal área produtora de açúcar do mundo ocidental: Pernambuco: (30) Para chefiar tal empresa contrataram James Lancaster, que partiu de Tâmisia em outubro de 1594. Em caminho teve notícia de que o seu objetivo ganhara um interesse extra: a arribada forçada que fizera ao porto do Recife de uma nau portuguesa vinda do oriente: a *São Pedro*. Mas esse episódio já é uma outra história: de pirataria e não de comércio.

(26) *Coisas notáveis do Brasil* vol. I (Rio, 1966) p. 11.

(27) *Tratados* cit., p. 365.

(28) *Elizabethan Privateering* pp. 130 e 133.

(29) *Liv. cit.*, p. 209.

(30) Convém recordar a afirmativa de Ruth Pike a propósito do século XVI: "as the century wore on, sugar, because of its important resale value, stimulated by growing demand, became the second most important New World export, that is, after precious metals": *Enterprise and Adventure* (Ithaca, 1966) p. 67).

## Uma notícia sobre a Música no Brasil dos séculos XVI e XVII

PE. JAIME DINIZ

A presença da Música na terra de Santa Cruz daquele primeiro de maio de 1500 — presença feita de organista, cantores e, mui provavelmente, instrumentistas tocando os seus tambores, as suas flautas verticais, as suas trombetas, porque os bravos portugueses, "para livrar a tristeza do mar", nunca os esqueceriam em suas armadas, esses e outros instrumentos músicos — mais do que um simples episódio, constituiu-se numa espécie de *ouverture*, ou de primeira clarinada da vida musical do Brasil.

Naquela "solene missa, com muita festa", de que nos fala Gabriel Soares de Sousa, sabe-se que havia uma figura de organista — Frei Mafeo (ou Masseur) — um artista que toca órgão pela primeira vez no Brasil. No altar "mui bem corrigido", celebrou a santa missa Frei Henrique, "em voz entoada e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que ali todos eram". Pero Vaz de Caminha lembra, ainda, que os índios dançaram e tocaram os seus instrumentos, ao fim da celebração religiosa: "alevantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço"; e mais na frente da famosa *Carta*, esta outra passagem: "Enquanto ali este dia andaram, sempre ao som de um tamborim nosso, dançaram e bailaram com os nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus".

Pela Carta de Caminha, ficou claro que havia na armada um "tamborim nosso". Além do órgão e do tamborim, outros instrumentos certamente trouxeram os portugueses. João de Barros (*Decada, I*, Lisboa, 1552) regista outros instrumentos: "trombetas, os atabaques, sestros, tambores, flautas, pandeiros e até gaitas", nas armadas portuguesas.



Francisco trinta e dous mil reis de cinco choros de Muzica da Procissão de Cinza e para clareza passei o prezente. Rio 28 de Março de 1760 — Thomaz da Costa Per.a” (7).

Voltemos à Bahia do século XVI. Desde 1550, pelo menos, estava no Brasil um “muito grande músico e cantor”, chamado Francisco de Vacas, que vinha exercendo, nas novas terras conquistadas, uma atividade um tanto estranha à sua vocação. Era então provedor da fazenda da Capitania do Espírito Santo, onde residiu até 1552, data em que se apresenta, na cidade da Bahia, ao recém-chegado D. Pero Fernandes, oferecendo-se “que ensinaria nesta cidade a cantar e seria mestre de capela”. O sujeito conseguiu tudo que desejava: fez-se padre, teve uma prebenda (Chantre), foi mestre de capela e chegou, até, a brigar com o bispo... Faleceu provavelmente em 1559, ano em que é nomeado para o mesmo cargo de mestre de capela o músico Bartholomeu Pires (8).

Não se deve entender, por *mestre de capela*, uma simples atividade de regente ou diretor de coro, ou de coro e orquestra, como foi norma nos tempos coloniais. Afasta-se também a tese de que mestres de capela só existiram, no Brasil colonial, nas Catedrais, como deseja o musicólogo Francisco Curt Lange, pois há documentos sobrejos contrários à cambaliente tese, documentos *oficiais*, acrescente-se de passagem, desde o século XVI, para igrejas brasileiras que eram simples *matrizes*. Seria o mestre de capela algo bem mais significativo: além de compositor e regente — requisitos fundamentais — devia ser bom cantor, instrumentista de um ou mais instrumentos musicais, como o órgão, a harpa, o cravo, o “rabecão pequeno” (Violoncelo), a trompa, o violino. O repertório que ele e os seus músicos executavam ninguém via. Vivia guardado debaixo de sete chaves. Não se dava, nem se emprestava a ninguém. A respeito do prestígio, ou poder, desses mestres de capela, nos tempos coloniais, nem é bom falar... Na área, que lhes era entregue

7 — *Ibidem*, fls. 21v.

8 — *Documentos Históricas*, v. XXXVI, Rio de Janeiro, 1937, pp. 46-47.

por um alvará, reinavam soberanamente, ou melhor, despoticamente. E ninguém podia “levantar compasso” (reger qualquer música), a não ser o mestre de capela, ou com sua expressa licença. Esse sistema de “impedir, estagnar, monopolizar” dos mestres de capela coloniais, foi objeto de estudo de Nise Poggi Orbino e Régis Duprat, sob o título de “O Estanco da Música no Brasil Colonial” (*Anuário do Inst. Inter-Americano de Pesquisa Musical*, Tulane University, New Orleans, 1968).

Importante é notar que, em 1559, El-Rei duplicava o número dos “Moços do Coro”, que passaram a ser quatro na Sé do Salvador. E, por Alvará de 9 de setembro do mesmo ano, mandava “haja daqui em diante um tangedor dos Órgãos”, com ordenado de doze mil réis anuais, para a mesma Catedral. Graças ao referido documento, o cônego Pedro da Fonseca começou a “tanger os Órgãos da dita Sé dia de Natal de 25 de dezembro de 1560” (9). O referido “Clérigo de Missa”, já vinha, possivelmente, atendendo às necessidades do culto religioso, em relação ao exercício do órgão, para o qual tinha lá os seus penhores, além de suas atribuições específicas como cônego. Beneficiava-se do cargo criado pelo alvará de 1559, começando a tanger o órgão, certamente enviado por El-Rei, naquela data acima referida, de modo *oficial*.

Dois documentos há, pouco conhecidos, que dão prova de que Pedro da Fonseca efetivamente se encontrava em atividade, no seu “ofício de tangedor dos órgãos” da Sé da Bahia, no ano de 1560:

1) “Houve pagamento Pedro da Fonseca Cônego do 1.º de Maio até 6 de Agosto do ano de 1560 do Ofício de Tangedor dos Órgãos em Heitor Antunes Rendeiro dos assúcares de ... 3\$200 réis, que se lhe montavam no dito tempo de Tangedor. E portanto puz aqui esta Verba hoje 8 de Agosto do dito ano de 1560”.

2) “Houve mais pagamento Pedro da Fonseca Cônego de 4\$ réis de Tangedor dos Órgãos do 1.º de Setembro de 1560

9 — *Documentos Históricas*, v. cit., p. 90.

até o derradeiro dêle a razão de 200\$ réis por ano, e por que os recebeu no Tesoureiro Fernão Vaz da Costa puz esta Verba hoje 8 de Janeiro de 1561 anos, digo que os recebeu em Gaspar de Barros Tesoureiro. [Manoel de] Oliva” (10).

Desde pelo menos 1556, o jesuíta Antônio Rodrigues, cantor e flautista, já andava formando meninos flautistas da Bahia (11). Um outro organista da Sé da Bahia, aparece em 1561. Trata-se do padre Francisco da Luz, que passa por ser o sucessor imediato de Pedro da Fonseca, depois vigário da Paróquia de Villa Velha, onde começou a servir em fevereiro de 1562, permanecendo no posto até inícios de abril de 1565. Já o sucessor de Bartholomeu Pires, mestre de capela da Sé da Bahia e senhor de engenho, segundo se depreende de Gabriel Soares, pois tinha “um engenho de açúcar”, deve ter sido Francisco Borges da Cunha, “cavaleiro fidalgo da casa real”. Permaneceu mestrando, provavelmente, desde 1608 até 1660. Joaquim Correia, “natural da Bahia”, assumiria o mesmo cargo em 1661, trabalhando até cerca de 1665. Depois de Joaquim Correia, surge o capitão Antônio de Lima regendo o coro da Sé até, presumivelmente, o aparecimento de um ilustre músico pernambucano — padre João de Lima — cuja fama o arrastou até a Bahia. Tocou, o pernambucano, mil e um instrumentos de sopro e corda, além de sua grande fama de compositor. Voltando à sua terra, foi-lhe entregue o cargo de mestre de capela da Sé de Olinda.

#### *Músicos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*

A Santa Casa sempre contou com mestres de capela e organista, além dos clérigos cantores da colegiada e dos moços do coro. Todos eles, principalmente mestres de capela, com os seus músicos, e organista, dos melhores que havia na Bahia. Não é de esquecer, ainda, a presença obrigatória da “música

da porta”, nos festivos dias, feita pelos chameleiros ou pelos “barbeiros”, todos eles negros.

Já em 1647 — é a data mais antiga que possuo — regia as festas da Santa Casa, o irmão João Batista de Mattos, que permanecerá como mestre de capela até, pelo menos, 1665, embora, por uma vez, apareça a figura do padre Manoel Dias, regendo a música da Santa Casa em novembro de 1648. Em novembro de 1669, anda pela Misericórdia da Bahia, o mestre de capela da Sé, o Capitão Antônio de Lima. Em 1670, quem rege a música das festas da Santa Casa é Antônio de Távora. O mestre de capela padre Francisco Rodrigues de Carvalho inicia-se na Santa Casa em 1672, permanecendo até 1674, data em que falece. Dirigiram a música da Santa Casa, ainda no século XVII, padre Francisco Luiz (ou Rodrigues?), Francisco da Costa Cerqueira, padre Pascoal Durão, padre Antônio de Veloso de Vasconcelos e padre Manoel Ribeiro Barros que irá trabalhando até inícios do século XVIII.

Os moços de coro da Santa Casa, além do serviço do culto divino, eram obrigados a estudar a língua latina, com mestres especialistas, contratados para lhes ensinar, pela mesma instituição. O Latim chegou a ser atrativo para alguns candidatos a moços de coro, que não tinham outros meios para o aprender. Lembra-me o caso, por exemplo, do jovem Joaquim José de Santana que foi admitido como “supra-numerário” (sem ônus para a instituição), pois apenas queria servir “para aprender Latim pois nesta S. Casa se ensina aos moços do Coro”, como reza o texto de sua admissão, datado de 15 de novembro de 1765. Essa circunstância explica, talvez, a presença de um bom número de clérigos *in minoribus*, entre os moços de coro que passaram pela Misericórdia da Bahia, nos tempos coloniais. Para ilustrar, poder-se-ia citar o caso de Vicente Luiz de Faria, que se tornou moço de coro, sendo “clérigo *in minoribus*”, em novembro de 1757. Em outubro de 1760, já é capelão cantor da Santa Casa, como sacerdote, muito provavelmente. Outro caso que poderia ser mencionado é o de Anselmo da Silva, admitido em agosto de 1768. Muitos outros, todavia, saíram da Misericórdia da Bahia vocacionados para o sacerdó-

10 — *Ibidem*, pp. 98-99. Os duzentos mil réis, mencionados no segundo lançamento, eram o *dote* anual que El-Rei concedia ao bispado, pago pela Fazenda.

11 — Leite, Serafim — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. II, pp. 49, 53 e 105.

cio ou para a vida religiosa. Assim, João da Silva que, nos fins do ano seiscentos, “saiu para recolher-se Religioso de S. Francisco desta Cidade”; assim, Nazário Pereira Teles que, em 1730, dá conhecimento à Santa Casa que “pretende prover-se a ordens”; assim, Pedro Ribeiro de Lima que, em agosto de 1734, “saiu para ir tomar o hábito do Patriarca S. Francisco; ou, ainda, o caso de Alexandre Francisco Ribeiro, admitido como moço de coro em dezembro de 1749, estando, já em 1754, na condição de “clérigo in minoribus”.

Moços de coro houve que se destacaram como organistas, ao tempo em que serviam à Misericórdia, como um Manoel de tal que, em fins de 1675, aparece “como moço do Coro, e mestre do Órgão”, recebendo em “o último de Janeiro de 676 que o despediram” a soma de 8\$100, correspondente a um pouco mais de um quartel, razão por que falei em 1675. Esse Manoel de tal deve ser Manoel da Fonseca, moço de coro, já metido em música, desde pelo menos 1674, data em que a Santa Casa “despendeu trezentos e vinte, que deu ao moço de Coro Manoel da Fonseca para cordas de viola a noite de natal” (12). Três outros moços que foram organistas no século XVII: Estevão Moreira, Lourenço de Souza Álvares e Antônio da Gama (?). De julho de 1687 até 9 de maio de 1688, Estevão Moreira atua na Santa Casa, sendo “lançado fora da casa” por motivos inteiramente ignorados. Lourenço de Souza Álvares (ou Alves), admitido na Santa Casa, como moço de coro, em 1692, passa a ser organista, na ausência do artista Nicolau de Miranda, durante o período que vai de junho de 1694 até setembro de 1696, ou seja um pouco mais de dois anos. O terceiro organista mencionado, mais antigo que os dois primeiros, cujo nome não está bem identificado, Antônio da Gama, ou Gavia, ou Gaia, conforme as variantes apresentadas pelos manuscritos, tocou o órgão da Santa Casa durante o período de 1676 a 1678.

Pouco tempo depois de iniciadas as obras da nova Igreja da Misericórdia (1654), nascia — provavelmente na Bahia —

Nicolau de Miranda em c. 1661, um homem e um artista que, parece, não soube fazer outra coisa na vida que tocar órgão. Foi certamente um dos mais ilustres ocupantes do cargo de organista da Santa Casa. Exerceu a função durante um período extenso, de 1684 até 1745, é verdade que com algumas ausências ou afastamentos.

A Santa Casa, quando chamava músicos para o seu serviço, escolhia criteriosamente entre os mais peritos que havia na cidade da Bahia. O *Mestre do Coro* havia de ser, pelos seus estatutos, “dextro no Canto, e de tal ciência nas matérias pertencentes à Música, que se possa fiar dele o governo da Estante, e a ordem das cousas que se houverem de cantar”. Os capelães cantores só eram admitidos após um exame. No contrato do padre Antônio de Almeida Jordão, datado de 1749, vê-se uma exigência a respeito dos “músicos” (cantores e instrumentistas) que devessem ser recrutados pelo padre-mestre para as funções da Santa Casa, os quais “serão sempre os mais peritos”. Em papéis de 1744, fala-se de “muzicos da melhor nota”, ou “de boa muzica”, ou ainda que o Mestre “este anno convocou a melhor muzica desta Cidade”. Em documento de 1745, vêem-se as seguintes expressões, eloquentes por si mesmas: “além de serem os muzicos escolhidos por serem dos milhores”; música “cuja se não podia fazer melhor”; e os músicos “por serem dos milhores”.

#### *Músicos do Mosteiro de S. Bento da Bahia*

Do *Dietário das vidas e mortes dos Monges da Bahia*, códice ainda manuscrito, são as notícias que logo darei.

Tudo indica que o Mosteiro de S. Sebastião da Bahia — conhecido hoje simplesmente como Mosteiro de S. Bento — foi um celeiro de músicos, alguns de projeção fora do ambiente monástico. Além do Canto Gregoriano — do Canto-Chão, como então era conhecido — os monges se dedicaram a outras façanhas, como à composição musical, ao manejo hábil de instrumentos, como o órgão, o baixão, a harpa, etc.

12 — Livro da Despesa (1672-1681), Códice n.º 848 do Arquivo da S. Casa da Bahia, fls. 60v.

Padre Frei João do Deserto é apresentado, pelo *Dietário*, como sendo “socorrido de uma perfeita voz”, exercendo “por muitos anos o emprego de Cantor-mór”. Padre Frei Mauro das Chagas era “bem instruído na arte de Música, e compositor de solfa”... “Empregou-se por alguns anos no exercício de Mestre de Capela, empenhando-se em que todas as funções da Igreja, e coro, se fizessem com edificação dos Religiosos, e seculares. Instruiu com grande desvelo aos Monges juniores no Cantochão, desejando que todos o soubessem na última perfeição”. Padre Frei Antônio da Encarnação sabia “tocar baixão e outros instrumentos, de que nesse tempo se usava” (sic). Faleceu em 1638. Padre Frei Manoel de Mesquita aprendeu “solfa”, ele que era “ajudado de uma perfeita voz”, e exerceu “ordinariamente o emprego de Cantor-mor”. Faleceu em 1639. Padre Frei Plácido da Cruz, monge beneditino, nascido em Pernambuco, professou na Bahia. “Tocava órgão com destreza, e na música era perfeito”. Faleceu em 1642. Padre Frei Antônio de S. Paulo, natural do Rio de Janeiro. “No tempo de estudante applicou-se com grande desvelo à música, e a vários instrumentos, principalmente à Harpa, que tocava com dextreza”. Faleceu em 1652. Padre Frei Manoel do Desterro, nascido no Rio de Janeiro, “dotado de prendas naturais e morais; com elas serviu à Religião principalmente a êste Mosteiro, no qual foi a sua maior assistência, tanto no Coro por ser bom Músico, e socorrido de uma perfeita Voz, como no púlpito”. Faleceu em 1668. Frei Martinho de Jesus “era bom Músico, e socorrido de uma perfeita voz”. Faleceu em 1683. Frei Romualdo de Santa Catarina, baiano de nascimento, supria no coro “a falta dos cantores por ser dotado de uma voz perfeita, e bastantemente instruído no Cantochão”. Secularizado, durante “muitos anos exerceu o emprego de cantor mór na Sé Arquiepiscopal satisfazendo a sua obrigação com agrado do Ilmo. Cabido”. Voltou depois ao Mosteiro, onde veio a falecer em 1693. Padre Frei Matias de S. Bento, português de Braga, cujo “intento era buscar a Deus por outro caminho porque era bom organista e melhor músico... Foi muitos anos Mestre de capela, e Cantor-mor acudindo a todas as suas obrigações com muita prontidão, e com muito gosto”. Faleceu provavelmente em 1695. Padre Frei João de Santa Maria, baiano de nascimento, “era o Músico mais destro

daqueles tempos, no tocar, e cantar principalmente no órgão”. Faleceu em 1699. Padre Frei Agostinho de Santa Maria era “bom músico e socorrido de uma voz admirável. Tocava vários instrumentos”. Faleceu em 1715. Padre Frei João do Sacramento, português do Porto, “era um dos melhores músicos, e organistas daquele tempo”. Faleceu em 1720. Padre Frei Gonzalo da Conceição, natural de Pernambuco, “serviu à Religião com as partes que tinha de bom músico e tocar alguns instrumentos de que se usava com destreza”. Faleceu em 1721.

### *A Música no Rio de Janeiro do século XVII*

Quase nada se sabe a respeito da Música no Rio de Janeiro do século XVII, ou mesmo do setecentos. Muita coisa tem vindo à luz, de José Maurício Nunes Garcia, figura extraordinária da música do Brasil, para frente. Nada, ou quase nada, do período que antecede ao aparecimento do grande mulato carioca. E é uma pena. Pena que favorece um mito, não uma verdade; que endeusa, mas não explica. Urge, pois, uma investigação séria, vertical, sobre o passado musical do Rio de Janeiro, antes, pelo menos, de José Maurício, o dotadíssimo compositor e mestre de capela, que deve ser fruto de um ambiente desenvolvido, e não um início de uma vida musical.

Alguns músicos beneditinos podem ser apontados no Mosteiro do Rio de Janeiro, bastando consultar o seu *Dietário*, já publicado em 1927, na obra intitulada *Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro*. Dessa transcrição valho-me para as notícias biográficas que a seguir darei.

Frei Francisco da Cruz, certamente português de origem, “ensinou aos Monges juniores a música, e a tanger órgão em que era destro, e perfeito”. Faleceu antes de 1636.

Padre Frei Plácido Barboza, nascido em Pernambuco, depois de passar pela Bahia, fixou-se, ao que parece, no Rio de Janeiro. “Tinha excelente voz de contralto, e cantava com gala o canto de Órgão, e o tangeria perfeitamente”. Deve ter falecido entre 1638 e 1639.

Padre Frei Plácido da Cruz, natural do Rio de Janeiro, “era músico, e sabia tanger baixão”. Faleceu em 1661.

Frei Plácido das Chagas, natural de S. Paulo, tinha “boa voz, e no Coro acompanhava no Órgão os divinos ofícios”. Faleceu em 1666.

Frei Domingos do Rosário, irmão corista, natural de Pernambuco, havendo professado no Mosteiro de Olinda, seguiu para o Rio de Janeiro a fim de estudar Filosofia. “Era músico, e cantava muito bem contralto”. Faleceu em 1666.

Padre Frei Leandro de S. Bento, nascido no Rio de Janeiro, esteve em Santos, como Presidente da Casa. “Era muito bom músico, e Organista”. Faleceu no Rio em setembro de 1673.

Frei Antônio de Santa Maria, irmão corista, natural da Bahia. “Era músico, organista, e tocava Harpa”. Não chegou a completar o seu curso de Filosofia, no Rio de Janeiro. Faleceu em fevereiro de 1686.

Padre Frei Agostinho de Santa Maria, natural do Rio de Janeiro, professou na Bahia. Possuía “boa voz” e tocava “os instrumentos de baixão e fagote. No púlpito foi um dos melhores pregadores do seu tempo”. Faleceu no Rio de Janeiro, em março de 1707.

Sousa Viterbo, em “A ordem de Christo e a musica religiosa nos dominios ultramarinos”, traz a documentação referente a dois mestres de capela do Rio de Janeiro do século XVII: Padre Cosme Ramos de Moraes e Padre Manoel da Fonseca. O primeiro é nomeado, em 7 de junho de 1645, mestre de capela da matriz de S. Sebastião, por documento, segundo o qual o cargo se achava sem “proprietário” há muitos anos. Padre Ramos de Moraes era “clérigo do hábito de S. Pedro”. Passou oito anos no cargo, sendo substituído pelo Padre Manoel da Fonseca, por carta de 1653, que o nomeia “mestre da capela da igreja matriz dessa cidade e suas anexas e de todo seu distrito e recôncavo”. Já vem de longe o poder monopolizante dos mestres de capela coloniais. . . O Padre Manoel da Fonseca não era pessoa desconhecida. Já havia mostrado, suficientemente,

seus méritos e suas virtudes, na igreja de Nossa Senhora da Candelária, para onde foi provido mestre de capela, em novembro de 1645.

#### *Alguns músicos de S. Paulo no século XVII*

Na *História Antiga da Abadia de S. Paulo*, de autoria Affonso de E. Taunay (S. Paulo, Typ. Idela, 1927), encontra-se uma notícia de um músico, de origem baiana, que viveu em S. Paulo. Trata-se do Padre Frei Lourenço da Assunção que era “grande músico e bom Pregador”, e que foi Prelado durante o espaço compreendido entre 1682 até 1685.

Por S. Paulo, andou um músico pernambucano de nome Francisco Rodrigues Penteado, sobre quem uma palavra a mais será dada quando se falar nos músicos de Pernambuco.

Sabe-se, por meio de Sousa Viterbo, que, em 1669, havia na vila de Santos um mestre de capela nomeado: João de Roxas Moreira. Sabe-se, também, que Francisco de Fontes residia em S. Vicente e já exercia o mestrado na igreja matriz da vila de Nossa Senhora da Conceição da Capitania de S. Vicente, quando, em maio de 1643, é confirmado no cargo, por carta régia que o nomeou definitivamente.

Regis Duprat tem revelado alguns músicos, principalmente os que atuaram na Matriz de S. Paulo (13). A “mais remota notícia musical” ele a encontrou com data de 1649, época em que já exerce o ofício de mestre de capela Manoel Pais Linhares. De abril de 1657, é a provisão do mestre Manuel Vieira de Barros, para a “igreja matriz da vila de São Paulo e suas anexas”, onde devia “fazer o compasso e exercitar o dito ofício de mestre da capela por tempo de um ano somente”. E o jovem musicólogo explica: “Mestre da música de toda a vila e comarca, com atribuições técnicas, pedagógicas e fiscais”. Outros músicos são citados, como José da Costa, Manuel Lopes de Siqueira, etc.

13 — Duprat, Regis — “Música na Matriz de São Paulo Colonial”, *Revista de História*, n.º 75, S. Paulo, 1968.

*Músicos do Maranhão e do Pará*

A mais antiga notícia de um mestre de capela, no Maranhão, data de 1629. Pelo menos, é a que se conhece até agora. Na verdade, Manuel da Mota Botelho é nomeado, por carta de 14 de dezembro de 1629, para o cargo de mestre de capela em S. Luis, com amplos poderes porque “ninguém poderá fazer compasso nem capela em todos os termos da dita conquista sem sua ordem”. . . . Sabe-se que, pela provisão régia de 15 de novembro de 1648, João Ribeiro Lobo ocupou o mesmo cargo de mestre de capela, ficando autorizado a fazer uma “escola para ensinar as pessoas que com ele quiserem aprender na dita cidade e sua comarca” (14).

Vicente Salles lembra, em trabalho recente, três figuras do Pará do século XVII (15). São eles: João Maria Gorzoni, Jacobo Eggers e Manuel Pereira. O primeiro, padre jesuíta, era italiano e tocava com habilidade a *gaita*, ensinando-a aos índios a tocá-la também. O segundo, de provável origem judaico-holandesa, foi hábil tocador de *viola*, tendo “organizado a música que se tocava no palácio dos governadores. Manuel Pereira, natural de Cametá, ficou conhecido como “hábil rabequista”.

Além desses três músicos, inicialmente lembrados por Vicente Salles, não se deve esquecer o nome de Diogo da Costa, natural de Alcântara, no Maranhão, que missionou no Pará, onde “ensinou os rapazes a cantarem e tocarem, suspendia os ouvintes quando se cantavam as Ladainhas e Salve Rainha à honra da Virgem Senhora Nossa da Luz”, segundo o testemunho do cronista João Felipe Betendorf, cuja obra é datada de 1698.

*Músicos da Paraíba e do Espírito Santo*

No século XVII, dois mestres de capela podem ser citados em relação à Paraíba: Jorge Tavares que faleceu nos inícios

14 — Viterbo, Francisco Marques de Sousa — “A ordem de Christo e a musica religiosa nos nossos dominios ultramarinos”, já citado.

15 — Salles, Vicente — *Música e músicos do Pará*, Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1970. Ou “Quatro Séculos de Música no Pará”, Revista Brasileira de Cultura, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 2, 1969.

da segunda metade do referido século, e Domingos Alves Filgueiras, seu sucessor imediato no cargo de mestre de capela da igreja matriz de Nossa Senhora das Neves. Domingos já trabalhava na dita matriz, por indicação do Cabido da Bahia, quando foi provisionado a 4 de setembro de 1655.

Para a matriz da vila de Nossa Senhora da Vitória, na Capitania do Espírito Santo, em junho de 1643 é nomeado mestre de capela o capitão Bento Ferreira de Queiroz, pelo Rei de Portugal, através de carta a Pedro Homem Albernás. Também Bento Ferreira já se encontrava em exercício, quando chegou a carta datada de primeiro de junho de 1643.

*Músicos de Pernambuco*

A notícia mais antiga de um mestre de capela, em Pernambuco, data de 1564. Segundo se depreende de uma carta de sesmaria, escrita em novembro de 1569, efetivamente Gomes Correia já exercia, desde aquele ano, o mestrado da Matriz de Olinda, morador que era da mesma vila (16). No fim do século XVI, surge um outro nome de mestre de capela da mesma matriz: Paulo Serrão “que na Bahia foi condiscípulo de Bento Teixeira”, o autor da *Prosopopéia*.

Falando de Olinda, por volta do fim do século XVI, o autor da célebre crônica *Novo Orbe Seráfico Brasilico* lembra a habilidade dos nossos índios em relação à música, dizendo que “houve entre elles muitos, e muy destros no Canto de Orgão, e hum chamado Francisco, era bastantemente contrapontista, e punhão as letras à solfa em a nossa lingua, que aprendiam com facilidade, e tambem na sua” . . .

Já foram músicos beneditinos nascidos em Pernambuco, que atuaram fora da terra natal, como Plácido da Cruz, organista e músico (o que me parece ser sinônimo de compositor); como Gonçalo da Conceição, professor de música, bom músico e instrumentista, além de organista, professor que foi de um músico carioca, chamado padre frei Marçal de S. José (falecido

16 — Diniz, Jaime C. — *Músicos Pernambucanos do Passado*, I, p. 14; II, 1971, p. 106.

em 1729). Padre Frei Gonçalo, que faleceu em 1721, andou pelas Minas, provavelmente na primeira década do século XVIII. Ainda, de Pernambuco, são os seguintes beneditinos, falecidos no Rio de Janeiro: Plácido Barboza, contralto e organista, e Domingos do Rosário, contralto e músico, falecido em 1666.

Do século XVII, é o pernambucano Rodrigues Penteado, filho de português, talvez lisboeta, Manoel Correia, que em Pernambuco teve "negócio grande". Francisco foi "bem instruído em artes liberais, sendo excelente e com muito mimo na de tanger viola, e destro na arte da música, seu pai o mandou a Lisboa sobre dependência de uma herança que ali tinha". De volta de Portugal, "embarcou na frota do Rio de Janeiro com Salvador Correa de Sá e Benevides em 1648". Salvador Correa "o deixou na cidade do Rio muito recomendado pelo interesse de instruir nos instrumentos músicos a suas filhas e ao filho mais velho Martim Correa com quem estava unido pela igualdade de anos". Do Rio, foi Francisco Rodrigues para a vila de Santos, subindo depois até S. Paulo, "contratado para casar com uma sobrinha de Fernando Dias Paes". Casado, viveu dos frutos de uma "fazenda de cultura no termo da vila de Paraíba". Morreu ele em 1673, deixando testamento em Paraíba, e sua mulher, Clara de Miranda, em 1682 (17).

O bom Sousa Viterbo propicia duas outras importantes informações sobre mestres de capela de Pernambuco. O primeiro, Simão Furtado de Mendonça, que foi nomeado para o referido cargo da igreja da vila Igaragu, em 10 de abril de 1629, cujo teor do documento dava-lhe "todos os privilégios, liberdades, priminências e tudo o mais que lhe pertencer, assim a da maneira que gosavam os mestres que hão sido da dita capela e mais não por que assim é minha mercê". O segundo mestre, nomeado por alvará régio, é Antônio Correa, "Mestre da Capella da freguesia de Santo Antonio do Cabo na capitania de Pernambuco", que passa, pelo mesmo alvará, em atendimento a um pedido seu, a "mestre da capela da igreja matriz da vila de Olinda para que o exercite tanto que estiver debaixo

17 — Silva Leme, Luiz Gonzaga — *Genealogia Paulistana*, v. 3.º, S. Paulo, Duprat & Comp. (1904), p. 368.

de minha obediência em a qual nenhuma outra pessoa poderá levantar compasso senão ele e este valerá como carta posto"... O documento vem datado de 30 de julho de 1653.

Aproximadamente entre 1650 e 1660, nasce um artista de Pernambuco, Manoel da Cunha, cujo estudo biográfico já foi divulgado (18). Foi destacado mestre de capela no Recife do século XVII. Desmembrou sua atividade, principalmente na Capela do Bom Jesus das Portas, pelos fins do terceiro quartel do século, e o mesmo acontecendo, na Igreja do Rosário dos Pretos. Foi artista letrado e, ao que parece, de bons recursos. Talvez o seu sucessor imediato, no dirigir a música das festas da Irmandade do Rosário dos Pretos do Recife, seja o mestre de capela Manoel Borges, atuante nos inícios do século XVII, pois o mestre Pedro Lobato só aparecerá mais tarde, à frente da parte musical das ditas festas.

A maior figura de músico pernambucano do século XVII deve ser o padre João de Lima, "insigne músico do seu tempo, ou Cantando, ou Compondo". Foi mestre de capela da Sé da Bahia e, depois, da Sé de Olinda. "Sendo peritíssimo na música — informa Loreto Couto — foi insigne tangedor de todos os instrumentos, de cuja destreza e Ciência deu manifestos argumentos com assombro de quantos o ouviram". João de Lima "sabia tanger com perfeição os instrumentos de assopro, como orgão, pífaro, baixão, trombetas, etc. e os de cordas como Viola, Rebecão, Cithara, Theorba, Harpa, Bandurrilha, e Rebeca... As suas Obras musicais são merecedoras de se dar ao prelo pela instrução dos professores desta Arte".

Nasceu em Pernambuco, no ano de 1688, a grande figura de sacerdote e mestre de capela, Inácio Ribeiro Nóia, compositor, cantor, poeta e moralista, de quem já tracei um estudo biográfico. Nos mesmos fins do século XVII, devem ter nascido o padre Jerônimo de Souza Pereira, renomado mestre, compositor e regente da então vila do Recife, e o organeiro Inácio Valtor, que fazia "excellentíssimos órgãos, e todo gênero de instrumentos de assopro, ou de cordas", como informa o cronista setecentista Loreto Couto.

18 — Diniz, Jaime C. — *Op. cit.*, v. II, pp. 19-36.

# As imagens cósmicas na Poesia de Castro Alves

CÉSAR LEAL

O primeiro centenário de morte de Castro Alves abre aos estudiosos da literatura — críticos, professores e poetas — amplas possibilidades de generalizações acerca da importância da língua poética do romantismo no Brasil e suas manifestações mais antecipadas e tardias, além da análise de outros temas de crescente interesse para os que se dedicam aos estudos teóricos de literatura. A ausência de uma crítica de poesia dotada de equipamentos especiais para o estudo da obra poética tem contribuído muito para a criação de um clima apropriado a nossa crônica desatualização no plano teórico. Costumamos dar uma excessiva valorização aos elementos constituintes dos temas, conteúdos e argumentos da poesia, mas é muito pouca a atenção que se dedica aos elementos formais, ou melhor, estruturais, mas diretamente vinculados com o sistema da língua na sua organização interna e que vão formar o mundo das imagens, as configurações simbólicas e alegóricas, a concretização do espiritual do meramente sensível.

Daí, o receio do choque com grande parte dos leitores, quando se escreve sobre poetas como Castro Alves. Geralmente, o gosto do público em matéria poética, é um gosto condicionado por padrões que não correspondem aos preceitos da teoria e da filosofia da arte, ou até mesmo ao gosto da maioria dos poetas portadores de instrumentos intelectuais sofisticados, entendendo-se o termo em sua melhor acepção.

## 1. *O Problema do Método*

A linguagem poética de Castro Alves, dentro dessa perspectiva, pode ser considerada de três ângulos: o formal, o so-

cial e o estrutural. O primeiro, levando em conta apenas os elementos de composição do verso, sua distribuição na estrofe, os valores constituintes da camada sonora, o sistema das imagens, os mitos, as alegorias, símbolos e outros elementos estritamente poéticos, convidaria o analista a uma investigação no plano do estilo, do uso pelo poeta dos valores estéticos do idioma. O segundo, concentraria sua atenção na eficácia dos recursos expressivos centrados nos temas, nos argumentos, nos conteúdos, nas condições sociais e políticas da época, vendo o autor da "ODE AO DOIS DE JULHO" como um poeta bardo, um condoreiro ansioso por uma participação efetiva na luta contra os poderosos e sempre a favor dos humildes e dos oprimidos.

No terceiro caso, — o estrutural — Castro Alves teria de ser encarado sob os dois aspectos mencionados, ou melhor, sob um ponto de vista que eliminasse a dicotomia "forma-conteúdo" em favor de uma visão estrutural. Sendo a estrutura um todo interdependente, a redução formal ou a redução sociológica pura — uma ou outra — não resolve o problema da compreensibilidade de determinado autor, ou melhor de sua arte, em todos os níveis de complexidade.

Como todo o meu trabalho em relação à crítica e ao ensino da literatura se prende ao plano do poético, ou melhor dos valores especificamente expressivos da linguagem — mais expressivos do que comunicativos — preferi, ao comentar, ainda que sumariamente, um autor de tão larga produção quanto Castro Alves, abordar apenas alguns aspectos de sua poesia lírica, concentrando-me, pois, na análise daqueles elementos, que fizeram dele um poeta, um artista capaz de colocar em metro uma série de ritmos transportadores de imagens que, cuidadosamente analisadas, não pertenceriam tanto ao âmbito da oratória, como têm pretendido fazê-lo alguns críticos, mas ao da verdadeira e da grande poesia.

## 2. *Imagens Cósmicas*

Acredito que uma das maiores forças da poesia de Castro Alves está em sua capacidade de criar imagens que eu venho

procurando definir como "cósmicas". São numerosas as passagens em que tais imagens aparecem:

São eles — os dois gigantes  
no século de pigmeus.  
São eles — que a majestade  
arrancam da mão de Deus  
— Este concentra na fronte  
mais astros — que o horizonte,  
mais luz do que o sol lançou!...  
— Aquele — na destra alçada  
traz segura sua espada  
— Cometa que ao céu roubou.

Observem que nesta décima, Castro Alves procura aproximar o leitor da experiência que lhe é familiar. Astros, sol, luz, espada, cometa, pigmeus, gigantes. São palavras chaves. Com essas palavras ele cria as grandiosas imagens que liga o homem ao cosmos, ao mistério, ao domínio dos horóscopos, dos oráculos. Essa estrofe é do poema intitulado "Duas Ilhas" — as ilhas de Santa Helena e Jersey, onde viveram aprisionados ou exilados Napoleão e Victor Hugo. Leitores mais requintados, habituados ao mundo da grande poesia, poderão não ficar impressionados com imagens que comparam Napoleão a um gigante, que tem na mão direita uma espada, formada de um cometa que ele roubou aos céus. Tampouco acreditariam que Victor Hugo concentrasse na fronte mais luz do que lançou o sol ao espaço, desde a criação. Não há dúvida, porém, de que tais imagens são populares. E daí o segredo da penetração profunda de Castro Alves na grande massa de leitores apenas alfabetizados.

Outro segredo, não muito comum entre os românticos, é o emprego que ele faz das imagens intensificadoras da classificação de Henry Wells. Esse tipo de imagem é característica da poesia do medievo e podemos encontrá-la, com frequência, na obra dos poetas medievais. Dante é o supremo criador desse tipo de imagem, classificada por T. S. Eliot de imagem visual. Tal imagem nos põe diretamente diante do objeto que ela des-

creve, ainda que tal objeto seja uma criação pura da linguagem. A alegoria, por exemplo, é um tipo altamente representativo. Escutemos a "Ode ao Dois de Julho":

Era no Dois de Julho. A pugna imensa  
travara-se nos cerros da Bahia  
o anjo da morte pálido cosia  
uma vasta mortalha em Pirajá.  
Neste lençol tão largo, tão extenso,  
como se fora uma dobra do infinito  
o mundo perguntava erguendo um grito  
"Qual dos Gigantes morto rolará?"

Debruçados do céu... a noite e astros  
seguiram da peleja o incerto fado...  
era tocha — o fuzil avermelhado  
era o Circo de Roma — o vasto chão  
por palmas — o troar da artilharia  
por feras — os canhões negros rugiam  
por atletas — dois povos se batiam  
enorme anfiteatro — era a amplidão.

Não, não eram dois povos que abalavam  
naquele instante o solo ensanguentado  
era o porvir em frente do passado  
a Liberdade — em frente à Escravidão.  
Era a luta da águia e do abutre  
a revolta dos pulsos contra os ferros  
o pugilato da razão — com os erros  
o duelo da treva e do clarão.

No entanto a luta recrescia indômita  
as bandeiras — como águias eriçadas  
se abismavam com as asas desdobradas  
na selva escura da fumaça atroz.  
Tonto de espanto cego de metralha  
o arcanjo do triunfo vacilava  
e a glória desgrenhada acalentava  
o cadáver sangrento dos heróis.

Mas quando a branca estrela matutina  
surgiu no espaço... e as brisas forasteiras  
no verde leque das gentis palmeiras  
foram cantar os hinos do arrebol.  
Lá do campo deserto da batalha  
uma voz se ergueu clara e divina:  
Eras tu — liberdade peregrina  
Esposa do porvir — noiva do sol!

Eras tu que, com os dedos ensoados  
no sangue dos avós mortos na guerra  
livre sagravas a Colúmbia terra,  
sagravas livre a nova geração!  
Tu que erguias, subida na Pirâmide  
formada pelos mortos do Cabrito,  
um pedaço de gládio — no infinito  
um trapo de bandeira — na amplidão!...

Na primeira estrofe desta Ode, surge logo a imagem do anjo costurando uma mortalha. A visão cósmica da imagem está presente na comparação desse enorme lençol com um pedaço roto do infinito. Na segunda estrofe, observa-se a humanização, por via metafórica, de elementos cósmicos como a noite e os astros. Não são deuses nem anjos os que se debruçam nos céus para acompanhar os lances da batalha. São as estrelas e a noite. A seguir, faz-se uma pergunta entre elementos da natureza e da cultura: "Era tocha — o fuzil avermelhado". Agora se inverte a ordem: surge primeiro o elemento da cultura: "Era o Circo de Roma — o vasto chão". As palmas nessa terrível batalha são formadas pelo troar da artilharia e, novamente, as feras, elementos da natureza, são substituídas no seu rugido pelo rugir dos negros canhões. Agora, pergunta-se: "E o anfiteatro dessa luta?" Ele responde: "a amplidão". Mas a seguir, desdobra a imagem dos dois povos, e dando a metáfora um impulso de natureza cinética, diz que a luta era entre o passado e porvir, a Liberdade e a escravidão. Continuando essa operação dinâmica, desdobra o sentido em novas imagens, imagens em série:

Era a luta das águas e do abutre  
a revolta do pulso — contra os ferros  
o pugilato da razão — com os erros  
o duelo da treva e do clarão.

Na quarta estrofe, ele nos põe diante de imagens intensificadoras típicas, as quais correspondem ao aguçamento e dureza da batalha. Então surgem as bandeiras como “águas ericadas”, que se abismam, desdobrando as asas pela selva escura da fumaça. Observem que a fumaça passa a ser considerada uma selva, uma selva onde entre as águias vacila o anjo do triunfo, cego e tonto de espanto e metralha. Ainda nessa décima, aparece uma figura alegórica: a Glória. É ela que surge, em forma de mulher com os cabelos desgrenhados, para acalentar o cadáver dos heróis. Em outros momentos, a liberdade é visualizada na forma de uma pessoa assentada no lombo das cordilheiras. Até mesmo as chamadas metáforas lingüísticas, isto é, metáfora que pelo seu uso muito antigo e cediço, perderam a condição de figuras expressivas próprias da linguagem idiomática, são renovadas. Por exemplo quando ele escreve:

Livre, como o tufão, corre o vaqueiro  
pelos morros e várzeas e tabuleiro do intrincado cipó  
Que importa os dedos da jurema aduncos?  
A anta, ao vê-lo, oculta-se nos juncos,  
voa a nuvem de pó.

Nessa estrofe, os dedos aduncos da jurema são uma metáfora literária, mas a “nuvem de pó” que voa é uma metáfora lingüística. Contudo, não fatiga o leitor e até o comove pela evocação da vida sertaneja, a luta do homem no trópico. Sob esse aspecto, Castro Alves é um poeta essencialmente americano, ou melhor, latino-americano, cheio de admiração pelas terras, pelos vales, pelas florestas, pássaros, regatos, plantas, frutas. Entre esses elementos ele encontra a matéria prima para a formulação de imagens de uma força emocional impressionante. Por exemplo, considera a escravidão “um nojento crocodilo”, que expulso da onda turva do Nilo veio abrigar-se em nossas terras. Admira-se de que Deus “não ouça um som dis-

corde e vil” que paira nos céus, carregado pelos ventos. Este som é o retinir dos ferros que prendem pelas mãos, pelos pés, pelo pescoço o negro cativo. A seguir, este brado cheio de revolta, que destaco precisamente pelo valor poético, e não oratório, como querem alguns:

Senhor, não deixes que se manche a tela  
onde traçaste e ação mais bela  
de tua inspiração  
O sol de tua glória foi toldado...  
Teu poema da América manchado,  
Manchou-o a escravidão.

Aqui, a América foi considerada com uma pintura divina, uma pintura em que o sublime pintor foi o próprio Deus. Mas, subitamente, essa pintura foi manchada pelo homem. Prantos de sangue, vagas escarlates toldam agora os nossos rios — que passam a ser para ele “Eufrates lúbricos — dos servos do Sião”. As palmeiras se torcem, torturadas, quando escutam os gritos dos aflitos sofredores:

Oh! Ver não posso este labéu maldito  
Quando dos livres ouvireis o grito?  
Sim... Talvez amanhã  
Galopa, meu cavalo, serra acima...  
Arranca-me a este solo. Ela te anima  
aos bafos da manhã.

Quando falo de imagens cósmicas na poesia de Castro Alves, busco apenas lembrar a relação que ele estabelece entre a experiência do leitor e a sua própria experiência, escolhendo com grande sabedoria, ainda que não expressa com muita arte, a figuração apropriada ao choque ou fascínio que a imagem criada desperta em nosso espírito. Eis um exemplo:

O inglês — marinheiro frio,  
que ao nascer, no mar se achou —  
Porque a Inglaterra é um navio  
que Deus no Mancha ancorou.

Nas oitavas reais dedicadas à Napoleão, a terra, o mar, o céu — tudo reunido — forma um espaço estreito para os pés do gigante enjaulado em Santa Helena:

A terra, o mar, os céus — espaço estreito  
eram pra tua planta de gigante,  
para tecto dos paços teus foi feito  
o firmamento colossal, flutuante  
como diadema — os Sóis . . . E como leito  
o antártico polo de diamante . . .  
Teu féretro qual foi? Titão do Sena,  
O penhasco fatal de Santa Helena.

### 3. *Imagens Luminosas*

Às vezes, sua grande poesia reflete, em imagens simples e toscas, a força de uma imaginação e fantasia poderosas. Nessas ocasiões, são freqüentes as imagens luminosas, as metáforas solares, um alegorismo que se aproxima da experiência mística. A suavidade expressiva demonstra que, por muito pouco, ele não chega ao núcleo mais interno da grande poesia, ainda que as asas passem tocando a fímbria do fogo sagrado. “Sub tegmine Fagi” é um exemplo que eu gostaria de mencionar aqui. Há nesse poema um verso que considero como dos mais belos da língua portuguesa. Refiro-me ao oitavo do poema, ou seja o segundo da segunda estrofe. Ei-lo:

A poesia — é uma luz . . . e a alma — uma ave . . .

Como geralmente os opostos são atraídos, uma quer as trevas e outra quer o ar:

A andorinha, que é a alma — pede o campo  
a poesia quer sombra — é o pirilampo  
Pra voar . . . p'ra brilhar . . .

Nesse mesmo poema, o pensamento é comparado a um cavalo feroso, turbulento, cujas crinas solta ao tufão, o sol é

comparado a um condor sangrento que sonolento se aninha no poente como a abelha na flor.

Como se vê, as imagens luminosas povoam quase todos os poemas de Castro Alves. Em *O Vôo do Gênio*, poema dedicado à atriz Eugênia Câmara, tudo se encontra densamente tocado pela luz. Nesse poema ele empreende uma fuga ao mundo das realidades cotidianas, mundo do qual ele raramente se afasta, para situar-se numa esfera mais elevada, no campo do enigmático, do mistério, da fantasia. Em tais ocasiões, suas forças artísticas e espirituais não podem ser contidas pelo positivismo dominante nas intenções teóricas que fizeram dele um poeta social pouco preocupado em “beber o fogo claro que enche os espaços limpos”, como diria Baudelaire. Eis uma estrofe desta composição:

“Onde me levas, pois?” — Longe te levo  
ao país do ideal, terra das flores,  
onde a brisa do céu tem mais amores  
e a fantasia lagos mais azuis.  
E fui . . . e fui — ergui-me ao infinito,  
La onde o vôo da águia não se eleva . . .  
Abaixo — via a Terra — abismo em treva!  
Acima — o firmamento — abismo em luz!

### 4. *Conclusão*

Mas, apesar de toda a importância histórica de Castro Alves, da obra poética que ele criou durante uma vida tão curta e cheia de fadigas, não se pode dizer, como às vezes se ouve ou se lê em conferências, ensaios, estudos, livros, etc., que ele é um poeta maior. Como artista, ele está muito longe de um Gonçalves Dias e até mesmo de um Álvares de Azevedo, para ficarmos apenas entre estes dois poetas também do Romantismo.

Outra indagação: teria ele se situado exatamente na posição em que costumam situar-se todos os grandes poetas? Creio que a resposta deve ser negativa. Ele sugiu no crepúsculo do Romantismo, quando o movimento na Europa já havia arrefe-

cido o impulso de força teórica desde a primeira metade do século, ainda assim em relação à França. Por que nos países anglo-saxões, na Alemanha e na Inglaterra, por exemplo, o romantismo constituía apenas um capítulo da história literária, uma vez que as melhores vozes já haviam silenciado desde o início do século XIX, e algumas ainda no século XVIII, Castro Alves aplicava teorias românticas, mas não naquilo que havia nelas de mais válido para os que se dedicam à poesia. As teorias de Novalis, que advogava para a forma romântica de expressão a "indeterminação e o distanciamento", a neutralidade do sujeito lírico, a fusão do heterogêneo, a magia de linguagem, a união da fantasia com o vigor da mente, o cultivo de uma fantasia ditatorial, que desse à linguagem uma completa autonomia, em relação aos temas, tudo isso foi ignorado por Castro Alves. E justamente em uma época em que se operava a mais radical transformação da poesia através da prática poética de Baudelaire e seus seguidores. Também não se impressionou Castro Alves com as teorias dos irmãos Schlegel, do jovem Goethe do *Werther*. Os ingleses pouco influenciaram sua expressão, a não ser, em poucos momentos, as contraditórias ondas de pessimismo e entusiasmo de Lord Byron. Nenhum dos grandes poetas românticos escapara a essas influências transnacionais.

As obscuridades, as sutilezas, a ambiguidade de autores como Coleridge, Wordsworth, Shelley, Keats teriam contribuído muito para fazer de Castro Alves um poeta mais competente do que ele foi. Na expressão romântica de Álvares de Azevedo, esses valores da língua poética são refletidos com maior vigor. Aqui se nota a presença daquelas forças visionárias e universais que começavam a entender a poesia não como a expressão de uma linguagem do sentimento, mas como uma operação da inteligência atuando sobre a linguagem.

Tais considerações buscam demonstrar que a poesia de Castro Alves refletia em primeiro plano não idéias próprias, mas as idéias do romantismo francês. Mas o romantismo chegou à França como produto de importação. Retirando-se o prefácio do "Cromwell", de Victor Hugo, é muito pobre a teori-

zação dos autores franceses até o aparecimento de Baudelaire, Rimbaud, o Conde Lautremont e Mallarmé.

Contudo, os versos de Castro Alves ficarão como um monumento de nossa cultura, a cultura brasileira, a quem ele tanto serviu em um determinado momento histórico, sacrificando o seu enorme talento expressivo a favor de uma causa que ele considerava justa e pela qual se bateu com sinceridade, entusiasmo e ardor. Mas não terminarei com minhas próprias palavras. É a Castro Alves a quem tomo emprestado as palavras finais desta nota sobre o primeiro centenário de sua morte, em que ele, de um modo um tanto bombástico, nos dá bem a medida de seu temperamento poético:

Bravo! a quem salva o futuro  
fecundando a multidão!  
Num poema amortalhada  
nunca morre uma nação.  
Como Goethe Moribundo  
brada "luz" o Novo Mundo  
num brado de Briaréu...  
Luz! pois, no vale e na serra  
que, se a luz rola na terra  
Deus colhe gênios no céu.

## Evolução e situação dos Estudos Filosóficos no Brasil

LUIZ DELGADO

A dificuldade de estudar esse tema é dupla: trata-se, em primeiro lugar, de perflustrar a quantidade crescente e já avultada dos escritos de natureza filosófica que no país se editam; e trata-se, depois, quando não de estabelecer hierarquias, ao menos de assentar algumas classificações e sistematizações que evitem ao curioso perder-se no emaranhado da florida vegetação.

Além disso, já existem hoje, realizados por bons especialistas, diversos ensaios fornecendo uma visão de conjunto do nosso esforço filosófico: desde Leonel Franca, atualizado por Lima Vaz, até Cruz Costa, Washington Vita, Arruda Campos ou Geraldo Pinheiro Machado.

De um desses autores, Luis Washington Vita, impõem-se as palavras que figuram no seu ensaio *Panorama da Filosofia Brasileira*: “a multiplicidade de formas, de sugestões e de perspectivas, senão novas ao menos renovadas, do pensamento filosófico contemporâneo, surge quase como caos, sendo difícil, para não dizer impossível, traçar o seu perfil multimodo, acentuando ora o dinâmico, ora o fenomênico, ora o biológico, ora o histórico, ora o existencial, ora o temporal (...) Essa multiplicidade das tendências filosóficas vigentes, hoje em dia, também ocorre no Brasil” (p. 107). E acentua, a seguir, “o polimorfismo e a complexidade da fisionomia filosófica brasileira convivendo no seu regaço as mais desencontradas correntes do especular hodierno”.

Diante disso, invento uma vereda para penetrar nesse mundo. Deixo de lado as doutrinas e as épocas que são os critérios habituais, relativamente seguros, para se expor o quadro das

elocubrações que correm sob a designação de Filosofia: ponho-me a pensar na atitude pessoal dos indivíduos que metem ombros à tarefa de identificar e conceituar certo quinhão ou certo tipo de verdades que não são nem religiosas, nem artísticas, nem econômicas ou utilitárias — que são filosóficas.

Mas, já aqui reponta a necessidade de um esclarecimento preliminar, porquanto um dos motivos principais das discordâncias que entre tais investigadores imemorialmente se registam, é a definição do objeto que se propõem: pensar o pensamento, para uns; coordenar os saberes científicos, para outros; analisar o fato puro da existência, para terceiros; e assim por diante. Deixemos novamente de parte essas infindas discussões e usemos o pensamento antigo a que se deu o nome novo de “cosmovisão”: o que a Filosofia pretende é fornecer uma visão total do universo, abrangendo tudo que nele se contém, principalmente o homem com as suas curiosidades e as suas angústias. Há, com efeito, indivíduos a cuja inteligência não basta criar indústrias, renovar sociedades, descobrir relações entre fenômenos: interessa-lhes primordialmente saber o que são em si mesmos e o que o mundo em que foram postos com uma consciência a arder em constante vigília entre duas sombras, os dois mistérios do nascimento e da morte. Responder a isso é o principal; o resto é especialização, detalhe, minúcia.

Pois bem: os que assim fazem, creio que o fazem por um de três grandes motivos.

Primeiro, por vocação. Não lhes resta outra saída, porque o coração não lhes pede outra coisa. É o caso longínquo e exemplar de Sócrates. Absorve-os a necessidade de saber para que vieram ao mundo, e por que sairão dele, e o que são nele. Vivem a repetir para si mesmos a pergunta da esfinge, conhecendo de antemão que a resposta banal consignada na lenda jamais conseguirá que o monstro desista e, muito menos, que morra.

Depois destes, surgem outros para quem a Filosofia é, sobretudo, justificação. Os seus objetivos, os seus cuidados verdadeiros não serão menos exigentes, mas estarão, com certeza,

voltados para outros horizontes. Ocupam-se diretamente de outras questões, questões particulares, mas as inevitáveis lógicas do conhecimento, exigindo explicações cada vez mais seguras e firmes, levam-nos a considerar questões mais largas ou mais fundas em que as primeiras estão envolvidas ou repousam. Nessa faixa, vamos encontrar físicos ou médicos — para citar dois exemplos muito freqüentes — às voltas com os problemas relativos à natureza da matéria ou da vida. E ocorre então, facilmente, uma de duas hipóteses: ou transpõem eles, sem sentir, os limites que separam uma coisa da outra, passando a confundí-las, ou vão conscientemente procurar no outro campo as respostas de que sentem falta. Esta é, a meu ver, a segunda categoria de filósofos a que me reporto: a dos intelectuais e pensadores que fazem Filosofia como justificação, explicação, fundamentação de estudos e doutrinas de outra índole.

Por fim, visualizo aqueles para quem a Filosofia é, antes de mais nada, uma profissão.

Impõe-se esclarecer que não coloco em tal vocábulo o mínimo significado depreciativo. Talvez não fosse mesmo muito difícil ajustar o seu alcance ao da palavra que anteriormente empreguei falando em uma filosofia de justificação; bastaria levar-se em conta uma nuance: a justificação é mais pessoal, ao passo que a profissão seria mais social. Num caso, é o indivíduo — digamos: o sábio, que procura estabelecer as suas concepções recorrendo a análises de natureza filosófica; no outro, é a sociedade que, para consolidar a sua cultura ou alicerçar o seu pensamento, suscita atividades que vão ser carreiras, empregos, profissões para os indivíduos. Bem pode ser que isso venha a ser apoio e estímulo para autênticas vocações, do mesmo modo que, por outro lado, não seria custoso apontar em nossa história vários nomes que chegaram a ser famosos em outras áreas culturais que se lhes abriram, afastando-se da área filosófica para que se sentiam atraídos, porque nela não lhes foram oferecidas quaisquer oportunidades.

Suponho que a Filosofia que se praticou no Brasil coincidindo com o período em que fomos colônia e que os compêndios não deixam de recensear, estava marcada por esse caráter:

era uma Filosofia ensinada nos conventos e nos colégios por sacerdotes que exerciam o ofício, a profissão de mestres. Tinham sido nomeados ou convidados para isso talvez porque fossem competentes, talvez porque gostassem, talvez porque não havia alguém mais disponível: de qualquer forma, lá iam eles atender a uma exigência da coletividade que precisava aparelhar alguns dos seus membros com aquela espécie de saber.

Integravam-se, tais profissionais, obviamente, num espiritualismo cristão que se tem confundido com a escolástica e até com o tomismo. Talvez usassem realmente o método escolástico. Na verdade, porém, o pensamento que de tal maneira se veiculou, tinha variados e imprecisos matizes — quem sabe se pela improvisação, pela indisciplina intelectual ou por alguma legítima determinação interior? Também não é justo reduzir-se tal esforço de formação filosófica àquilo que se processava no âmbito da Companhia de Jesus: outras Ordens religiosas, notadamente os franciscanos e os carmelitas, cada qual com a tradição dos seus doutores e o patrimônio dos seus compêndios, criavam os seus “estudos” — isto é: os seus cursos abertos quase sempre a estranhos e não somente aos seus clérigos; no caso particular de Pernambuco, é um tema a ser examinado ainda o que em semelhante matéria fizeram os padres da Congregação de S. Felipe Néri, os chamados Oratorianos que, mesmo em Portugal, tanto enfrentaram doutrinariamente os discípulos de Sto. Inácio.

Ao começar o século XIX, essa tradição começou a declinar — por causas ideológicas, sem dúvida, com as crises e as críticas decorrentes do naturalismo, do iluminismo e do enciclopedismo a confluirem no liberalismo, mas também por causas políticas e sociais. Os problemas da construção política do país ocuparam um lugar privilegiado nos espíritos, refletindo-se em debates jurídicos e econômicos. E o cerco feito pelo Governo às Congregações religiosas — umas, banidas, como a dos jesuítas; outras, extintas de vez, como a dos oratorianos, — veio acabando com o que, bem ou mal, o passado construiu.

Poderíamos condensar em uma frase toda essa situação dizendo que no Brasil, ao longo do século XIX, a Filosofia ins-

titucionalizada desaparece. Os indivíduos é que surgem e avultam. Com isso, modifica-se inteiramente a paisagem.

Posta, assim, a evolução de nossas atitudes filosóficas, dentro de um esquema geral que me parece justificado, tenho a impressão de que é fácil compreender-se o surto que presentemente se verifica: será consequência de uma re-institucionalização do ensino da Filosofia através de Universidades oficiais ou privadas, divulgando livros e noções entre os alunos, exigindo trabalho e produção aos professores, suscitando, em suma, um ambiente que, aliás, condiz com a intensificação de toda a nossa existência, inclusive no que se refere a empreendimentos editoriais. E é nessa moldura que se apresentam os estudiosos e se defrontam as tendências, ocorrendo uma proliferação de nomes e de esforços que é bastante simbólica e que vai passando a reclamar um trabalho crítico que não sei quando nem como estaremos em condições de efetivar. É possível, com efeito, que se andem a alternar por aí ora nomenclaturas exaustivas e indisciplinadas, ora preferências partidárias e localistas.

A primeira fase da evolução da nossa Filosofia, representada pelo ensino ministrado nos “estudos” das Ordens religiosas, identifica-se com a religião católica não somente oficial, mas, na verdade, tradicional e popular, crença comum do povo. Na mesma religião, vão assentar igualmente as doutrinas sociais e políticas de que se servirão, com algum ecletismo, os guias do período de nossa estruturação nacional, na primeira metade do século seguinte: valer-se-ão dela tanto Frei Caneca quanto Diogo Feijó, radicar-se-ão nesse terreno a poesia de Magalhães e o Direito de Autran. E haverá dessa forma um espírito comum em nossa civilização humanista, integrada na demais herança portuguesa. Assim, nas condições de nossa existência colonial e da que logo se lhe seguiu, as idéias filosóficas desempenharam bem o papel básico que lhes cumpria em nossa cultura e isso muito nos serviu, sobretudo quando entramos em uma fase diferente marcada pelo individualismo intelectual.

Nesta nova fase, correspondendo ao século XIX, quando não rigorosamente — em suas datas, ao menos em suas carac-

terísticas, vão predominar os traços que assinalai como de vocação e justificação.

É como justificação que olho, por exemplo, o sério e seguro trabalho de Soriano de Souza, a continuar a linha da tradição, mas fornecendo-lhe um travejamento e um perfil especiais. Com a sua adesão ao tomismo que se rearticulava na Europa, o que ele fazia era justificar as suas posições de homem crente e cidadão atuante — jurista, jornalista e político que foi; a filosofia era para ele um elemento de segurança intelectual, ao passo que no seu quase contemporâneo Farias Brito — e a indicação suponho que servirá ao conhecimento de um e do outro — era ela, integralmente, vocação.

A diferença estará nisto: não se imagina Farias Brito fazendo outra coisa a não ser procurar uma explicação filosófica para o universo e para o homem; Soriano, porém, pode ser não somente imaginado, mas concretamente visto, a ensinar o seu Direito e debater as questões do dia tanto no jornal quanto no parlamento. Um realizava-se com o ser filósofo; o outro filosofava para esclarecer e apoiar as jornadas diversas que a sua poderosa inteligência empreendia. Não serão dois polos, mas serão, certamente, dois tipos. Resumo neles duas das atitudes, que sinto, no modo de se ser filósofo — por vocação e como justificação, e foram elas as que suponho mais frequentes na segunda metade do século passado.

Farias Brito foi um caso a bem dizer único — acrescentando com isso a singularidade, tão mal compreendida ainda hoje, de sua reação ao ambiente da época. Foi único — embora outras vocações igualmente sinceras e profundas tenham talvez existido, umas abafando-se sem qualquer saída num país sem cátedras, sem editores e sem público, e outras encontrando saídas diferentes, sobretudo na literatura ou no Direito, um Graça Aranha e um Artur Orlando, quem sabe lá? Farias Brito foi único pela persistência e fidelidade, na batalha conduzida em silêncio e com sacrifício, para coroar-se, depois da morte, com um renome que perdura e se alarga.

Soriano, porém, no seu campo, entre os pensadores para quem a Filosofia é justificação, não está sozinho. Há uma pequena multidão em seu redor. Basta citar, perto de nós, quase todos os vultos maiores da chamada Escola do Recife, a começar por Tobias Barreto.

Em todos eles ou em sua grande maioria, a Filosofia não foi mais do que o instrumento de que se valeram para objetivos diversos, entre os quais os principais eram três: reformar a compreensão e o ensino do Direito, melhorar as instituições político-sociais e examinar mais realisticamente os problemas da nacionalidade. Eu mesmo, numa ocasião em que me foi dado analisar mais de perto esse grande movimento cultural ao mesmo tempo conservador e inovador, procurei mostrar como o impulso animador da Escola do Recife era uma implantação de realismo em nossos comportamentos mentais — não importando indagar aqui a razão de ser das críticas, que fazia os seus adeptos, aos comportamentos anteriores ou alheios. No plano específico do Direito com que tanto se preocuparam, interessava-lhes “conceituar o Direito não como decorrência de um princípio abstrato, de um estado de natureza alheio à sociedade, de uma definição teológica indiferente ao tempo e ao mundo, mas como realidade dentro da vida do homem que é uma vida somente possível na sociedade e na história” (*Gestos e Vozes de Pernambuco*, p. 181).

Procurando para essa tarefa uma fundamentação filosófica, o que deparam é o evolucionismo materialista. Praticam-no e pregam-no, — como se sabe. No entanto, ocorre um sucesso curiosíssimo: à maneira que avançam em suas reflexões, põem-se eles próprios — todos eles, frise-se — a atenuar as adesões anteriores, quando não a repudiá-las. Tobias é o primeiro a fazê-lo quando confessa a Gumercindo Bessa e a Sílvia Romero que anda a duvidar das suas dúvidas... Clóvis Beviláqua defende, no fim da carreira, “uma penetração mais extensa da Moral no Direito”. Artur Orlando acha um jeito de colocar o “ideal” entre as forças da história, o que arruina os determinismos da evolução. Sílvia Romero, nos campos largos da literatura, desmantela, de vez em quando, os seus esquemas de monis-

mo. E assim por diante. E era como se, através dos seus pró-homens, essa Escola que jamais se fechou em qualquer rigidez doutrinária, voltasse a pisar os chãos tradicionais, os da opinião comum da sua gente, os de um realismo mais exato e real a cujos olhos o universo não é somente matéria, mas espírito também, o homem não é apenas determinação, mas liberdade, e a história, além de fluxo, é descoberta e criação.

Por seu lado, o positivismo, mais ou menos contemporâneo da Escola do Recife, atendeu também a esse desejo de realismo cultural. Mas, aqui, dentro da mesma palavra, há que distinguir um sistema de princípios que culminou fazendo-se religião, e uma simples tendência que alterou certos caminhos mas acabou dispersivamente. Na verdade, além de suscitar discípulos que se integraram totalmente no pensamento de Augusto Comte e dos quais são exemplos ilustres, nos dias de hoje, os Srs. Ivan Lins e Paulo Carneiro, o positivismo foi um quase sinônimo de realismo cientista a influir em largos setores de nossa mentalidade, ora fazendo da ciência o todo da investigação intelectual, ora elevando o método científico a critério da indagação filosófica.

Como se vê, em tudo isso coexistem graus e nuances a que nem é possível aludir-se aqui.

No entanto, assim como a fase anterior teve o resultado benéfico de estabelecer e fixar uma tradição, esta a que me estou referindo agora, teve uma ótima consequência que terá sido a abertura de horizontes filosóficos em todas as atividades intelectuais. Antes, a Filosofia era uma disciplina a estudar-se em seus manuais próprios, nos seminários e colégios; agora, vem a ser um esforço generalizado e corrente, desempenhado por fora de qualquer sistematização, mas, também, de qualquer formalismo; serão poucos os filósofos diplomados, mas serão incontáveis os pensadores em cuja obra se insinuam capítulos ou páginas de real sentido filosófico, entremostrando uma preocupação que não deve passar despercebida. É uma época de aventura ou de individualismo — como quiserem, porém autêntica e séria. Cada um agia por impulso próprio — e era um impulso que obedecia apenas a suas exigências interiores. Esse

fato e o de que a meditação assim realizada envolveu uma variadíssima problemática humana, refletindo os interesses intelectuais de tanta gente ilustre, marcaram viva e utilmente a nossa evolução.

Depois, chegará um tempo em que reformas do sistema de ensino criarão Faculdades de Filosofia — e alteram-se, então as perspectivas. Vários ensaios haviam ocorrido antes, seja no campo do ensino oficial colocando-se classes de Filosofia no currículo secundário, seja no do ensino particular em que se destacou a iniciativa dos padres beneditinos de São Paulo instalando uma Faculdade agregada à Universidade de Lovaina e dali recebendo mestres destacados e ativos.

É ao funcionamento de tais cursos superiores que se prende, sem dúvida alguma, o surto atualmente verificado nos estudos de Filosofia entre nós, — surto que se releva até mesmo em publicações periódicas e em congressos, o que supõe uma etapa bem mais larga do que o mero esforço de trabalhadores isolados. Admito que outras causas concorrem também para isso, algumas delas bastante amplas, fazendo-se sentir em tudo, como sejam a onímoda intensificação das nossas atividades nacionais, a febre de afirmações que anda no mundo, o desenvolvimento da imprensa e a edição e até, um tanto suspeito, o aperfeiçoamento das artes da publicidade. E não sei até onde a ausência de testemunhos críticos isentos não terá favorecido as manifestações de um solidarismo compreensível entre indivíduos que acometem uma empresa áspera e têm necessidade de ajudar-se e prestigiar-se.

De qualquer maneira, a circunstância de já se terem podido levar a cabo levantamentos como os de Luis Washington Vita, de Geraldo Pinheiro Machado e dos outros que citei no começo, denota o progresso que entre nós vai realizando o cultivo da Filosofia.

Seria conveniente e necessário, a estas alturas, firmar-se uma espécie de mapa ou diagrama das correntes que sob as ondas se desenham nesse mar no entanto (quem sabe se por falta de prazos mais longos de observação) não existem ainda,

a meu ver, coordenadas suficientes. Por mim, dentro de certo relativismo, não me custa aceitar o esquema proposto por Luis Washington Vita que distingue quatro rumos: o cientificismo e analiticismo, o culturalismo e historicismo, o idealismo e existencialismo e, por fim, o neo-tomismo e espiritualismo cristão.

Naturalmente, semelhante classificação está, como estaria qualquer outra, sujeita a reparos, e haverá figuras que não se sentirão a gosto na localização que o autor lhes atribuiu: mas, por que discutir a esse respeito, quando o mesmo ocorreria com a que pretendesse substituí-la? Talvez não prevaleçam, noutro exemplo, para aproximar o idealismo e o existencialismo, razões idênticas às que justificassem a ligação entre o culturalismo e o historicismo. E valeria a pena indagar dos fundamentos que tem o autor para dizer que “o neo-tomismo no Brasil cresce dia a dia, seja pelas cátedras cativas que possui nas seis Universidades católicas, seja pela já mencionada tradição que vem desde os idos coloniais” (*Panorama da Filosofia no Brasil*, p. 142).

A fama que tenho em círculos da paróquia, de ser tomista, deveria fazer-me rejubilar com essa afirmação... No entanto, vêm-me à lembrança as perplexidades do sábio mestre Etienne Gilson, ao dizer que não sabe ao certo o que é o tomismo que se ensina por aí a fora (*Les Tribulations de Sophie*). Se sempre foi assim — e Gilson apresenta excelentes razões —, que não se há de dizer nos dias de hoje quando não mais os simples indivíduos, mas até Ordens religiosas célebres outrora pela unidade do pensamento, preferem jogar fora todas as bússolas dos seus roteiros? Talvez a moda esteja em manter-se o rótulo de católicas em realidades marxistas ou teilhardistas. Mesmo na esfera da Teologia em que a Igreja possui uma autoridade que não possui na da Filosofia, Gilson, cuja inteligência reputo admirável, pensa que Sto. Agostinho influi mais do que S Tomás. Isto, em tempos mais tranquilos e de doutrinas mais conscientes. Como, então, concluir da existência de Faculdades católicas um crescimento do tomismo? O que existe, quando muito, é a continuidade de uma tradição espiritualista que se preparou no período colonial, que veio conosco, em nossa cultura e em nos-

so ser, e por cuja força avultam alguns tomistas, é certo, porém, avulta, muito mais, uma dispersa e irregular atividade que esperamos venha a ser fecunda, um dia. É o mesmo, aliás, que acontece à sombra das outras bandeiras: o traço menos discutível da atualidade filosófica entre nós, é a multiplicação e a variedade dos esforços, sem muita fidelidade, às vezes, à lógica de suas origens ou à de seus desdobramentos. Quem sabe, porém, se não é isto apenas a manifestação particular, acentuada pelo precário amadurecimento inscrito em nossa curta história, — manifestação local, brasileira, — de um fenômeno universal?

Então, se tiver algum fundamento o que acabo de pensar e de expor, poderemos estabelecer uma correlação que não se me afigura artificiosa e cerebrina, entre as grandes etapas de nossa existência como nação, etapas da existência geral refletindo-se no ensino e no pensamento, — entre elas e as atitudes vitais assumidas pelos indivíduos que a história e a sociedade identificam e destacam por seu labor filosófico.

A princípio, durante o período em que fomos colônia, com o ensino da Filosofia institucionalizado em colégios e conventos no âmbito da religião oficial, predomina o caráter de profissão: a Filosofia dispõe de cadeiras e de cursos mediante os quais se articula em certos meios e se dissemina por toda parte uma consciência mais nítida do sentimento e da tradição gerais. É uma situação cujo aspecto as transformações ideológicas da segunda metade do século XVIII põem-se a alterar.

Sobrevém um período correspondente à nossa história sob a monarquia e a chamada primeira república, em que prevalece na indagação filosófica a ação de indivíduos isolados, a quem move ora a vocação pessoal para tais estudos, ora o desejo de justificarem intelectualmente suas idéias e suas opções em outros campos. O benefício que tal empenho proporciona, inscrevendo-se nos progressos da nossa cultura, é uma intercomunicação muito ampla da Filosofia com a ciência, com a política, com a sociologia, com as artes, com toda a nossa atividade intelectual em suma.

Por fim, depois da revolução de 1930 a que se seguiram múltiplas reformas do ensino, renasce a institucionalização do cultivo da Filosofia, ampliando-se de modo quase explosivo as atividades a isso correspondentes ou disso dependentes. Ainda não houve prazo para o aparecimento de destacados guias, nem para a clara definição quando não de sistemas, ao menos de correntes e de escolas; talvez não haja mesmo, em grande número de casos, uma adequação bastante entre o esforço feito e a evidência interior dos fins a serem atingidos; em outras palavras: é possível que a noção de um papel social a exercer, a preocupação administrativa ou pedagógica, o cuidado de um nome ou de uma carreira, sejam mais frequentes (como é naturalíssimo) do que a obediência a alguns daqueles "daimônios" que ditaram o destino de Sócrates. Ou o de Spinosa, o de Nietzsche, ou de Bergson. Ou o de Farias Brito.

Cabe então citar aqui as ponderadas e judiciosas palavras de Geraldo Pinheiro Machado, sobre o assunto: "o espírito brasileiro, em filosofia, caracteriza-se por manifestar-se, predominantemente, em estudos de lógica e em documentos de Filosofia aplicada — filosofia da arte, filosofia política, teoria da história nacional, filosofia da ação, filosofia religiosa, etc. As obras de filosofia pura são menos numerosas. Há mal nisto, mas há também certa normalidade sadia que supõe, de resto, a valorização do espírito filosófico. Em si mesma, a tendência de avaliar os domínios do fazer e do agir é filosófico, representando o esforço interpretativo da atividade humana. Nesse sentido, é uma tendência anti-pragmática. De fato, entretanto, essa tendência é ambivalente: pode ter o presuposto de uma boa filosofia, ainda que espontaneamente, e não é tarefa desejável para nenhum povo andar inventando metafísicas sucessivas; pode, por outro lado, significar despreço pela metafísica e o desejo de filosofar sem filosofia. Encontram-se no fenômeno brasileiro componentes dos dois tipos" (*A Filosofia no Brasil*, em apêndice à *História da Filosofia Contemporânea*, de Hirschherger, p. 226).

## Homenagem a Camões

## IV Centenário de Os Lusíadas

A Universidade Federal de Pernambuco, através de suas unidades de ensino e difusão cultural, associou-se às festividades comemorativas do IV centenário de publicação de *Os Lusíadas*, recomendando aos seus docentes que promovessem seminários, ciclos de estudos, debates e conferências visando ao estudo e maior compreensão da grande epopéia camoneana.

Antecipando-se aos simpósios e seminários que irão ser promovidos no segundo semestre deste ano pelo Centro de Estudos Portugueses do Instituto de Letras, a revista ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, fiel à sua missão de promover e difundir a cultura em todos os níveis, divulga neste número ensaios dos professores Nilo Pereira, José Lourenço de Lima e Joel Pontes, os quais buscam revelar aspectos sempre novos, dentro de uma perspectiva sincrônica, do poema épico mais característico do estilo novo do Renascimento.

O prof. Nilo Pereira, humanista e historiador, escreve sobre *Os Lusíadas como epopéia marítima* enquanto o prof. José Lourenço, titular de Filologia Românica, analisa alguns aspectos da língua poética de Camões. O prof. Joel Pontes, do Instituto de Letras, colabora com um estudo significativo: *Camões e o povo nos Lusíadas*.

Divulgando esses trabalhos, ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS associa-se às demais instituições que, no Brasil e no mundo, vêm comemorando o aparecimento de um livro que marcou um dos capítulos de maior grandeza na história cultural do Ocidente. — César Leal

## Os Lusíadas como epopéia marítima: - A sua estrofe mais portuguesa, com certeza

NILO PEREIRA

Por maiores que sejam as descobertas que *Os Lusíadas* possam ensejar — o próprio poema sendo a epopéia dos descobrimentos marítimos — será sempre para o mar, ou para os mares nunca dantes navegados — que nos teremos de voltar no estudo dessa criação múltipla, que é canto das glórias lusitanas.

A presença do mar, no poema camoneano, chega a ser a sua própria atmosfera. É como se estudássemos em versos a chamada Escola de Sagres, para citar o núcleo mais importante da ciência ou arte de marear, em Portugal. Quem o faria, com efeito, sem pensar nas sugestões do mar infinito e tenebroso? Quem o faria sem imaginar o Infante D. Henrique, da “íclita geração”, diante do apelo que vinha da imensidão marítima? Quem o faria sem ouvir o rumor em águas desconhecidas das caravelas, que eram as charruas do mar-oceano?

O velho do Restelo — “um velho de aspecto venerando” — podia ter as suas razões diante do que lhe parecia apenas aventura: — a civilização agrária tinha nele, decerto, a configuração dum pequeno mundo auto-suficiente, o homem lavrando o campo como “um bicho da terra tão pequeno”. Depois o horizonte alargou-se. Veio a dilatação da Fé e do Império. O visionário de Sagres tinha diante de si o duplo desafio: o mar, que seria o vasto Império, e a Fé, que seria a conversão dos infiéis, a implantação da Cruz de Cristo, a demonstração de que, ao lado do comércio, Portugal vai fazer de que a lei de Cristo há de prevalecer sobre a lei de Mafamede.

Mas isso não seria fácil ao arrojo dos nautas que foram peregrinos de terras distantes e misteriosas: — ao lado de tan-

to idealismo, de tanta coragem, havia a preparação científica, a certeza de que as navegações seriam a vitória da empresa lusitana. Havia o risco, e no risco estava a aventura; mas os portulanos, as cartas de marear davam um caminho seguro ao que parecia apenas a fantasia, povoada de terrores. Esse perigo punha na epopéia das navegações portuguesas a nota por excelência da tragédia a enfrentar e até um certo romantismo nessas viagens e que não era outra coisa senão “perigos e guerras esforçados”.

Tudo isso, segundo o próprio Camões, parecia exceder a própria mente humana. E talvez por essa razão Taine tenha dito que o século XVI era o maior século da História: — essas navegações davam ao heroísmo, no contexto histórico, nova e surpreendente dimensão. Eram heróis de novos mundos esses homens que, nas suas caravelas, se partiam em busca de novas terras, que dilatasse ao mesmo tempo a Fé e o Império. E veja-se bem o binômio camoneano: — primeiro a Fé, depois o Império. Isso como quem diz: primeiro a lei de Cristo, a verdade que se levava às almas, depois a extensão territorial prolongada nos mares, que eram um convite à expansão e ao desenvolvimento. Eis a epopéia marítima portuguesa. Com os “cristãos atrevimentos” alargava-se “a pequena Casa lusitana”. E nesse empreendimento quase sagrado, com algo ainda da Idade Média como ideal um tanto semelhante ao das Cruzadas, e muito do espírito moderno, sob o ponto de vista do humanismo teocêntrico, sem prejuízo da imagística mitológica que não tira a Deus, no destino do grande empreendimento, as decisões felizes e a certeza dos rumos traçados.

Mesmo assim, era necessário que Netuno e Marte obedecessem aos portugueses; e que os deuses, em concílio, reunidos para tomar conhecimento das navegações, fossem por sua vez benéficos e protetores, embora não exprimissem, na epopéia camoneana, senão algo muito do gosto do humanismo da época: — culturas que se misturam para a expressão moderna dum néo-classicismo. No caso de Camões, esse néo-classicismo será sempre português e sempre cristão. *Os Lusíadas* dão uma individualidade própria à língua portuguesa, como em outras par-

tes os Renascimentos — como manda dizer Jacob Burckardt — imprimiram a outras línguas, fixando-lhes mesmo a independência, a singularidade. Uma singularidade, uma plasticidade, uma agilidade que lhe permitem ser o mais alto representante do povo português como épico e como lírico, celebrando “os feitos valerosos” num tom que não chega a ser apologético nem impositivo. Ele bem sabe que está numa fase de transição, que descreve aquela odisséia dos mares, mas que, no final de contas, a lira fica ensurdecida ante a “austera, apagada e vil tristeza” que se abate sobre o povo, que talvez não entendesse bem, na época, a obra genial que parecia exagerar os fatos e os heróis, tornando-os quase lendários.

Camões comporta-se como um autêntico humanista, convém sempre acentuar. Todos os conhecimentos estão no seu poema. E tudo é possível encontrar em *Os Lusíadas*, desde o maravilhoso ao científico, desde a organização do Estado até às reações psicológicas do povo português: — o Renascimento, que é uma revolução da Cultura, encontra nele a universalidade da inteligência que, sem perder de vista os ideais da Idade-Média, ganhava com a Modernidade novos impulsos, novas conotações. O humanismo camoneano é todo ele voltado para o seu povo, a sua história, as suas lutas, a ânsia de ser maior. Isso não fará de Portugal uma outra Fenícia, porque nos tempos modernos o ideário é outro, e são outras as vivências criadoras.

Mas permitirá ao poeta visualizar outros horizontes, principalmente os que se alongam pelo mar infinito, por onde ondula também a sua alma de navegante e quase de aventureiro, por onde se vai o seu estro, falando à sua Pátria como ninguém jamais falou em termos tão persuasivos e tão poéticos — tão lógicos e tão mágicos — de tudo quanto dá a Portugal, nos séculos dos descobrimentos, novas perspectivas e glórias quase incomparáveis de gente navegante.

Sempre um relacionamento do poema com o mar, do homem com o desafio infinito, da terra com o desconhecido — eis o que Camões põe, de preferência, na sua criação imortal. A dimensão humana é pequena, limitada, impotente diante do que ele vai fazer, deixando-se ir pelos mundos que ora serão

chamados ao mundo, ora serão cristianizados, que a tanto leva a façanha dos rudes marinheiros. E tal é o arrojo, com efeito, que é preciso contar com o Céu, com a benignidade de Deus, para que a empresa, que é fantástica, seja bem sucedida. A última estrofe do canto primeiro do poema diz tudo:

No mar tanto tormenta e tanto dano,  
Tantas vezes a morte apercebida!  
Na terra tanta guerra, tanto engano,  
Tanta necessidade aborrecida!  
Onde pode acolher-se um fraco humano,  
Onde tem segura a curta vida,  
Que não se arme e se indigne o Céu sereno  
Contra um bicho da terra tão pequeno!

Em meio à grandeza que se canta, a pequenez do homem que tudo vai deixar para levar a outras terras as caravelas da iniciação, como chama Fernando Pessoa. Não raras vezes, o poeta se reconhece fraco ante o cenário que se descortina: — as lutas, os perigos, as guerras, os abismos, os fantasmas, o terrível ignoto, a legenda braviosa do mar abissal, a temeridade das travessias oceânicas. E só poderá dizer tudo isso, vencer em si mesmo o desafio da legenda, se for atendido nessa quase súplica em que põe a nota do Renascimento: — a imagem do homem, mesmo cristão, diante de certas coisas que outros gênios misteriosos também governam:

Dai-me uma fúria grande e sonora,  
E não de agreste avena ou frauta ruda,  
Mas de tuba canora e belicosa  
Que o peito acende e a cor ao gesto muda;  
Dai-me igual canto aos feitos da famosa  
Gente vossa, que a Marte tanto ajuda.  
Que se espalhe e canto no universo,  
Se tão sublime preço cabe em verso.

Machado de Assis altera o verso acima e diz num soneto de feição camoneana: — “E tão sublime preço cabe em verso”. Era justamente no verso, na epopéia, que o cronista haveria de

procurar a expansão maior da glória lusitana; e o poema é nitidamente português, apenas português, no qual, como salienta Álvaro Lins em conferência proferida no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, o herói é o povo. Vasco da Gama será a representação desse povo, o herói nacional, o desbravador; mas, na essência, o poema é todo ele uma história que se conta entre o homem e o mar, entre as caravelas e o Tejo, entre os nautas e as Tágides, entre o que está na face do oceano e o que não se sabe de suas profundezas nem das suas iras, entre o fantástico e o real.

Seria preciso que Júpiter assim o promettesse:

E porque, como vistes, tem passados  
Na viagem tão ásperos perigos,  
Tantos climas e céus experimentados,  
Tanto furor de ventos inimigos,  
Que sejam, determino, agasalhados  
Nesta costa Africana como amigo,  
E tendo guarnecido a lassa frota  
Tornarão a seguir sua longa rota.

A fala de Júpiter não é um consentimento que o poeta dos “cristãos atrevimentos” vai pedir: — é a definição da empresa, que começa em Sagres, com aquele homem místico que Zuzara dizia ter um ar de fortaleza” e tudo fazia, o sonhador animado pelo cientista, ao impulso da sua legenda que é o ideal de todas as navegações portuguesas: — *le talent de bien faire*.

Camões emprega todo o seu gênio, em *Os Lusíadas*, em difundir os feitos gloriosos, com um poder raro de comunicação, como um repórter ágil, de que falou Gilberto Freyre em recente conferência na Associação de Imprensa de Pernambuco. Era ao mundo do seu tempo que, como pioneiro da comunicação, assinalado por Gilberto Freyre, vinha contar tudo quanto os portugueses fizeram. E, tomado desse ideal cavaleiresco, como se escrevesse uma gesta medieval, ele então, poderá dizer:

Vereis amor da pátria não movido  
De prêmio vil, mas alto e quase eterno,  
Que não é prêmio vil ser conhecido  
Por um pregão do ninho meu paterno.  
Ouvi: vereis o nome engrandecido  
Daqueles de quem sois senhor superno,  
E julgareis qual é mais excelente,  
Se ser do mundo rei, se de tal gente.

Na verdade, quando Camões diz isso, quando afirma, quase enfaticamente, que é, decerto, melhor ser rei de tal gente, que do mundo revela a universalidade da sua temática, sem perder por isso, nem por um momento, o instinto nacional que anima a criação poética. Pelo contrário: — é para o mar português que ele convoca a Deus e aos deuses, as forças que aplacam os ventos e as tempestades, o amor que vai ser na história dos descobrimentos uma forma de não temer o desconhecido, a ponto de transformar os seres estranhos que os nautas cuidavam encontrar nas flores de Santa Maria do Infante D. Henrique.

O mar é a “constante” camoneana que embala o poema num sonho que é de pesadelos e de exaltações. Tudo se ergue sobre ele e flutuará à mercê dos seus destinos vários e longínquos. Ele é história, lenda, superstição, terror, mas a certeza de bem navegar e bem chegar: na Carta de Pero Vaz de Caminha ondulam as florestas como vagas dum oceano desejado e previsto.

Essa história está nesse poema de Fernando Pessoa:

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu  
Mas nele é que espelhou o céu.

Fernando Pessoa resume a história portuguesa do mar — do mar camoneano e heróico — quando faz, por assim dizer, o balanço dessa imensa aventura, isto é, desse imenso risco, que enche *Os Lusíadas* dum sopro trágico de fé, nesse outro poema:

Senhor, a noite veio e a alva é vil.  
Tanta foi a tormenta e a vontade!  
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,  
O mar universal e a saudade.

Mas a chama, que a vida em nós criou,  
Se ainda ha vida ainda não é finda.  
O frio morto em cinzas a ocultou:  
A mão do vento pode erguê-la ainda.

Dá o sopro, a aragem, — ou desgraça ou ânsia —,  
Com que a chama do esforço se remoça,  
E outra vez conquistemos a Distância —  
Do mar ou outra, mas que seja nossa!

*Os Lusíadas* são, assim, o poema da Distância: a distância que aproxima Portugal do Oriente e do Ocidente, a distância de que somos próximos, porque as naus do Venturoso aqui aportaram e tudo valeu a pena. Contemplo esse mundo sem fim, essa epopéia marítima que entra no Renascimento com uma força dantesca de lugares até onde só a imaginação podia ir. Há para esse poema milhares de leitores; cada qual escolhe o que mais lhe agrada; mas todos sentirão que estão no mar-oceano, em alguma nau que se vai, tangida pelos ventos e pelas correntes, como uma ave que está boiando à face das águas, de asas abertas. Por isso Joaquim Nabuco — que, incansavelmen-

te, explicou e interpretou *Os Lusíadas* nas Universidades americanas — disse que esse livro é para ser lido a bordo, à sombra do velame. Só assim se sentirá a sua alma, que é a alma do poeta, ele próprio um naufrago, conhecendo de saber próprio os perigos das tempestades. É num naufrágio — para que fosse ainda mais português — que o poema se salva com o seu autor, porque nos mares Portugal, que era ele, o cantor, não podia perder nem a rota nem a alma.

Esse homem múltiplo, em cuja lira soam todas as notas, em cujo braço há epopéia e em cujo coração há lirismo, foi assim magnificamente definido pelo prof. Edgar Barbosa: — “Luz do sol de Deus e dos raios do Olimpo, orquestração de clamores dos ventos, gritos de comando, ânsia de novas terras, vozes de novas gentes, o susurro das selvas e a revolta do mar”. Eis o poeta todo, na sua orquestração maravilhosa, no poder de unir a terra ao mar, o homem ao mistério, a charrua à caravela, a geografia à mitologia, tão fabuloso quando fala do Adamastor quanto lírico quando fala de Inês de Castro. Um poeta em que o elemento essencial é a água, salgada ou doce. Um poeta tão da água, dos mares e dos rios, que a fonte de Inês, em Coimbra, nasce das lágrimas da infeliz amante.

Lendo *Os Lusíadas*, como encontrar, em tão vasto mundo, a estrofe mais portuguesa, com certeza? Como encontrar aquela em que ele está todo inteiro, como todo inteiro está Portugal navegante e descobridor?

Difícil tarefa, sujeita, bem o sei, a controvérsias ou mesmo a contraditas. Onde a estrofe-síntese? Então, tudo aquilo não é Portugal, não é uma história que se perde no Oceano? Portugal, depois de toda essa glória, como um grande pássaro cansado e já sem horizontes, volta ao seu rochedo solitário, disse Nabuco. Tinha dado novos mundos ao mundo. Lançaram as raízes da Cristandade onde quer que isso foi possível. O cativo de D. Fernando, em Tânger, era só por si a página maior de Fé que imortaliza a “íclita geração, altos infantes”, porque ele não se deixaria resgatar para entregar Ceuta aos mouros. O cativo lhe valia a própria liberdade invisível, que era o prêmio do seu sacrifício. Camões resume os feitos gloriosos:

Assim foram cortando o mar sereno  
Com vento sempre manso e nunca irado.  
Até que houveram vista do terreno  
Em que nasceram sempre desejado;  
Entraram pela foz do Tejo ameno,  
E a sua pátria e Rei temido e amado  
O prêmio e glória dão, porque mandou  
E com títulos novos se ilustrou.

Era como que o fim de tudo, das façanhas que imprimiram ao Renascimento português, pelo poema de Camões, nova dimensão humana, o humanismo que não era só arte e beleza, mas heroísmo e abnegação.

Nenhuma estrofe resume tão bem o poema imortal, síntese da epopéia dos descobrimentos, como esta:

Mas em tanto que cegos e sedentos  
Andais de vosso sangue, ó gente insana,  
Não faltarão Cristãos atrevimentos  
Nesta pequena Casa Lusitana;  
De África tem marítimos assentos  
É na Ásia mais que todas soberana;  
Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegara.

Todo o ciclo português das navegações — incluindo o Brasil, a “quarta parte nova”, aí está. E mais estaria, se mais mundo houvera, que o sonho do Infante não tinha fim como o próprio mar lusitano, visto de Sagres.

# Camões e a Língua

JOSÉ LOURENÇO DE LIMA

O século dezesseis assinalou, para algumas línguas do Ocidente, a maturidade, ou seja, sua definitiva fixação.

A língua portuguesa teve em Camões, nesse século, sua maior figura. Seu gênio imprimiu à língua estruturas definitivas, pode-se, com certo exagero, afirmar. Já se disse que Camões está para o português como Ênio para o latim, Dante, para o italiano e Lutero, para o alemão. Muitas inseguranças fonéticas, morfológicas e sintáticas, até, do português medieval tiveram no grande épico-lírico o mestre que as remediou. Há, em Camões, uma singularidade: restaurou a presença do latim na feitura da língua portuguesa, que o português arcaico apresentava tão deformada, embora, paradoxalmente, mais vizinho do latim falado, de que era natural continuação, como as demais línguas românicas. É que o latim falado, deformava-se continuamente pela natural força centrífuga, que lhe comandava o destino, enquanto o português renascentista, influenciado pelo latim literário, era mais latim, sem deixar de ser, igualmente, mais português. Era necessário imprimir à língua uma disciplina que ela não conhecia nos textos arcaicos da Idade-Média, e tal disciplina, como era próprio da época, só lhe poderia advir pela influência do latim literário, aprendido nas grandes obras dos clássicos latinos de que se nutria o Renascimento, de par com a contribuição grega, transfundida através da cultura latina, enriquecida do saber helênico, sem o qual não teria sido o que foi.

Não se poderia conceber renascentista nas letras, sem uma língua que estivesse à altura desse novo espírito que precisava comunicar-se, expandir-se, através de um instrumento apropria-

do. A língua vinda da Idade Média não tinha condições de expressar o mundo de emoções e novas idéias que os tempos modernos suscitavam.

No caso de Portugal, surgiu um dilema inquietador: ou as novas idéias se difundiriam em latim, língua supra-nacional e comum à cultura do Ocidente, ou em espanhol, vizinho mais culto, mais polido, mais disciplinado, já vitorioso, com um acervo de obras que lhe testemunhavam a maioria.

Fazê-lo em latim não significaria uma *diminutio capitis*, pois que o latim era a língua da cultura, em geral. A literatura medieval portuguesa tem, no seu acervo, produções em latim, particularmente na Hagiografia e nos Livros de Linhagem. Também o próprio século XVI incorpora obras em latim, como o “*De rebus Emmanuelis gestis*”, de D. Jerônimo Osório. Seria o testemunho de apreço à língua tão nobre e tão rica, como aliás continuou a fazê-lo o Ocidente até princípios do século XIX. Mas, o latim seria um meio de comunicação privativo de pessoas de alto nível cultural. Seria privilégio de uns poucos.

O espanhol significaria, se a ele se recorresse, uma confissão irrecusável de minoridade para Portugal, em que pese à existência de obras bilingües, que se busca explicar, mas não justificar. Explicar pela vizinhança geográfica, pela identidade de formação, pelo espírito ibérico, enfim. Conhecemos a contribuição bilingüe de Gil Vicente para quem “na castelhana linguagem achará (alguém) quanto pedir”. E o próprio Camões, também escritor bilingüe, não esconde seu entusiasmo, quando confessa:

“escuta um pouco, nota e vê Umbrano,  
quam bem soa o verso castelhana”.

Era o espírito de seu mavioso mestre Garcilaso que a tanto o seduzira.

“A esta época o castelhana, desbastado e amoldado por mãos de mestres, adquirira a plenitude mórfica e estética, enquanto o vernáculo (o português) jazia em relativa bruteza,

rude e desacepilhado. Sá de Miranda esforça-se em vão por domar-lhe a braveza ao querer dobrá-lo às formas poemáticas da escola italiana, no que poetou em “*stil nuovo*”; bem melhor se sai na língua emprestada que na materna.

Mas a inferioridade caduca breve; para glória do gênio português, os quinhentistas, tomados de emulação, quase todos sem quebra da irmã mais adiantada e mais rica, não descansam enquanto não adereçam a língua natal com os mesmos dotes e valias.

Tanto os poetas e prosadores, como os gramáticos e retóricos, exaltam-na à compita com justo orgulho nativista, até que, como dizia o seu entusiasta Antônio Ferreira “senhora vá de si, soberba e altiva”. São considerações do Professor Ricardo Jorge, estudando a reciprocidade das culturas castelhana e portuguesa, no século XVI.

Escrever é comunicar-se através de vocabulário amplo, preciso, disciplinado.

Urgia ampliar os recursos de expressão. A central de abastecimento teria de ser o latim do qual era continuação a nascente língua portuguesa.

Desde os seus primórdios, na Idade Média, a língua começara a enriquecer-se com os termos alatinados vindos com as traduções.

Muito se deve, nesse sentido, a Frei João Alvares (Crônica do Infante Santo, sec. XIII) de quem disse um estudioso do mesmo século, ao examinar a linguagem daquele autor: “E que não faz o aliás erudito Frei João Alvarez? Parece quis trasladar todas as palavras latinas para o nosso idioma” (Apud Serafim da Silva Neto — História da Língua Portuguesa, p. 405).

E assim se vai formando o instrumento lingüístico que servirá, mais tarde, aos gênios literários de Fernão Lopes e Luís de Camões (id. ibid.).

Para o aperfeiçoamento da prosa muito concorreram os religiosos dos Mosteiros de Santa Cruz e Alcobaca, excelentes

tradutores do latim, francês e espanhol. No século XV, há o apogeu da prosa e declínio da poesia (Garcia de Resende) com os grandes cronistas, entre os quais avulta a figura de Fernão Lopes, criador da prosa artística: "Em suas mãos de artista, a língua perde a primitiva dureza e toma aspectos novos de flexibilidade e doçura". (Id. p. 408).

Para Southey, Fernão Lopes foi "o maior cronista de todas as épocas e nações", notadamente na sua Crônica de D. João I (Vida admirável do estupendo Mestre de Aviz).

Aubrey Bell — sobre Fernão Lopes: "o seu estilo é sempre claro e natural, servo fiel do assunto, reproduzindo admiravelmente a cor e o som dos acontecimentos narrados, de modo que nem as longas orações ficam obscuras ... A sua história está escrita com nobreza" (A Literatura Portuguesa, História e Crítica).

Fernão Lopes, cronista-mor foi nomeado por D. Duarte (1434) encarregado de "poer em caronyca as estorias dos reis que antygame em Portugal foron ..."

O século XVI, com o deslumbramento dos mundos novos que se abriam à curiosidade do homem, estava a exigir desse mesmo homem os meios de fixar para a posteridade tanta grandeza, inclusive a grandeza de suas potencialidades interiores. Descobriria, Portugal, novos mundos, e "mais mundos descobriria, se os houvera ..." Também descobriria o homem.

Jaime Cortesão escreveu a esse propósito palavras de profundo calor: "Esse é, na verdade, um momento magnífico. Quem abrange do alto os fatos da história universal, entre os fins do séc. XV e os meados do seguinte, tem a impressão deslumbradora de que uma gigantesca e poderosa mão, num gesto brusco, rasgou de alto a baixo o espesso véu que encobriu a terra para a entremostrarmos aos olhos assombrados dos homens, no esplendor da sua virgindade e formosura" (Silva Neto — op. cit. p. 443).

"... O homem do século de Quinhentos realizou um espantoso romance à Júlio Verne: foi de súbito arrojado sobre um planeta novo e imenso" (id. ibid.).

Tudo isso reclamava novos meios de expressão. Surgem os grandes humanistas. Aires Barbosa inaugura, em Salamanca, os estudos helênicos. André de Resende brilha, elevando a cultura portuguesa aos olhos da Europa. Estuda-se intensamente o latim. Também as mulheres de quem se motejava: "Mula que faz him! e molher que sabe latim tem má fim". Gonçalo Fernandes Trancoso (1681) afirmava que "o mancebo nobre deve ser douto na língua latina e grega".

Esta intensificação dos estudos latinos explica o crescimento quantitativo e qualitativo da língua portuguesa.

Os novos vocábulos possibilitam a expressão das novas idéias. Incorporam-se ao léxico não como neologismos propriamente ditos, pois que, sem eles, a pobreza dos primeiros séculos se manteria e a cultura não teria divulgação.

"É na língua, na qual quando imagina  
Com pouca corrupção crê que é latina" (I, 33)

buscou, o Poeta, em suas fontes, os novos recursos de expressão.

Antes de apreciar a posição de Camões no que concerne à língua, é de toda conveniência observar o que por ela fez Sá de Miranda, mestre de Camões e de Antônio Ferreira, entre outros.

A influência de Sá de Miranda, dos homens mais cultos do seu tempo, familiar de grandes vultos do Renascimento italiano e espanhol, Bembo e Garcilaso, como principais, foi enorme.

Todavia "o escritor não conseguiu, apesar de seus ingentes esforços, dar-lhe a maleabilidade que ela veio a adquirir nas mãos dalguns discípulos, notadamente, Camões", acentua o Prof. J. Tavares, à página 39, de sua obra "Como se devem ler os clássicos".

Outro que se notabilizou pelo enriquecimento e defesa da língua, foi o poeta Antônio Ferreira. Constituiu-se mesmo o guardião da língua, defendendo-a e batalhando pela sua preva-

lência sobre outros idiomas que a ela buscassem sobrepor-se. Censurava os escritores bilingües. Dele disse Diogo Bernardes:

“Verei com secos olhos seca a veia  
Que, dando à Pátria tantos versos raros  
Um só nunca lhe deu em língua alheia”.

A ele se deveu a introdução na literatura, do epigrama, da ode, do epitalâmio e da primeira tragédia Castro.

“Depois de Camões, ele foi o que mais enriqueceu o idioma, não só pelo seu pensar sublime, mas também pelo que imitou dos gregos e dos latinos, em cujas línguas era doutíssimo”. (Francisco Dias — Memórias da Literatura Portuguesa da Academia, p. 93, citado por Tavares).

Mas, o ponto alto no conhecimento, uso e aperfeiçoamento da língua, foi inegavelmente Luís de Camões.

“A língua pode dizer-se que foi Camões quem a criou, tal como ainda hoje se escreve e se fala, disciplinando-a, dobrando-a de todas as formas, tornando-a um dos mais belos instrumentos das literaturas modernas. A poesia na sua forma culta e literária, foi ele que a tornou compreensível e nacional, baseando-se na tradição do lirismo popular, libertando-a do convencionalismo clássico, dando-lhe os metros que mais quadram à locução vernácula, à fala, à cantiga, ao ouvido lusitano, escrevendo-a não para os eruditos, nem para os reis, nem para os cortesãos, nem para os sacerdotes, mas unicamente para o grande e incorruptível juiz supremo da arte — o povo”. São palavras, descontados os assomos de entusiasmo exagerado, de Ramalho Ortigão, no prefácio de *Os Lusíadas*, ed. do Gabinete Português de Leitura, 1880.

Nenhum testemunho parece mais valioso do que o de D. Carolina Michaelis: “Camões é um sábio artista da Renascença, possuidor da educação completa dos espíritos mais cultos da época. Imitou modelos antigos quanto à composição, e os italianos quanto à forma; é, apesar disso, moderno e nacional”. (*Os Lusíadas* — ed. da Biblioteca Românica).

É o mais clássico dos escritores do século XVI, sem deixar de ser um dos mais portugueses.

“Os Lusíadas nos dizem tudo quanto se sabe no séc. XVI” (Oliveira Martins — J. Tavares — op. cit. p. 44).

Toda a língua portuguesa de então se encontra em *Os Lusíadas*. Para Schlegel, “Camões vale por si só uma literatura”, e para Humboldt, “é o Homero das línguas vivas”.

Em matéria de vocabulário, todo o acervo de termos novos introduzidos na corrente do léxico está registrado no Dicionário de *Os Lusíadas*, organizado pelos sábios camoneólogos Afrânio Peixoto e Pedro A. Pinto. São cerca de 5.000 palavras diferentes que o Poeta empregou em seu poema.

O ilustre professor português Estanco Louro (citado por Serafim Silva Neto) se empenhou em fazer uma singular e curiosa distribuição desses termos. O Poema — ou Bíblia como chama com certo acento religioso — tem cerca de 55.000 palavras, distribuídas nas 1102 estrofes. Das 5.000 em apreço, 375 são de origem popular; 478, de linguagem erudita; 355, em desuso; 3.038, de uso normal; descontando-se 954 nomes próprios. (*Os Lusíadas e o Povo Português*. Lisboa, 1927).

Este levantamento é suficiente para se ter uma idéia da sua contribuição à língua portuguesa, n’*Os Lusíadas*, porque o lírico e o dramático estão aproveitados no épico. Pouco haveria o que acrescentar.

Camões conseguiu condensar no seu Poema o passado e presente da língua, com perspectivas futuras, pois que o que introduziu de novo se fixou e passou a constituir o cabedal de expressão lingüística de que se valeram seus contemporâneos e se valeriam as gerações futuras.

Poeta do povo, pois que Epopéia é poema fundamentalmente do povo, que lhe diz de perto, porque é a sua história, registra em sua obra termos populares vigentes à sua época e populares que eram vinculados à Idade Média, transmitidos pela tradição oral. É de interesse notar que esses termos popu-

lares ainda circulam no linguajar das nossas populações interioranas, às quais não chegaram ainda os benefícios da escola que disciplina a língua com o polimento, diria quase policiamento, no sentido autenticamente etimológico — *polis* — da linguagem erudita ou medianamente erudita. Eis uma pequena amostra nesse setor de contribuição popular: *abastar* — *abondança* — *alembrar* — *alimpar* — *Anrique* — *assoprar* — *bautismo* — *dereito* — *estâmagô* — *Federico* — *liança* — *peixe* — *prantar* — *reposta* — *resplandor* — *saluçô* — *sujugar* — *treição*, e muitos outros que o eminente filólogo e historiador da língua, Serafim da Silva Neto, insere em sua obra já citada.

Quanto à terminologia erudita, Camões revela-se o profundo conhecedor do latim, com o qual opera uma autêntica transfusão no vocabulário do século XVI, seu tanto enfermigo para lhe acompanhar o estro genial que para “tanto dizer” necessitava “com que dizer”. E o latim, ontem e hoje, será sempre o manancial inexaurível de que se valerão não só as línguas românicas, como as demais que necessitem de terminologia exata, precisa e concisa, para difundir as idéias de seus escritores. Sem o sentir, talvez, usa os termos eruditos com admirável segurança filológica, numa evolução lenta, quase latim, em formas intermediárias às hoje resultantes. Nessa linguagem, a transformação não é violenta. Aqui também “*natura non facit saltus*”.

Eis alguns exemplos expressivos: *abominabil*, *invencibil*, *terribil*, *visibil*, *feroce*, *audace*, *atroce*, *pertinace*, *aurífero*, *estelífero*, *belacíssimo*, *crástino divo*, *etéreo*, *ebúrneo*, *infando*, *mesto*, *niquícia*, *pudicícia*, *egrégio*, *ignaro*, *imbele*, e tantos, tantos outros.

À sua época, era freqüente entre os escritores o recurso à terminologia da fase arcaica, de certo para maior expressividade, consoante lhes convinha. Com esse procedimento, não se pode dizer que eram arcaizantes. Na antiguidade clássica latina, um escritor do porte de Salústio valia-se, para ser mais expressivo, de termos arcaicos. É um direito que assiste ao escritor que busca imprimir ao próprio estilo matizes que o leitor deve, se não aceitar, ao menos compreender. O prof. Silva Neto não registrou um grande número. Dos poucos que apon-

ta, vão alguns, aqui: *asinhar*, *madre*, *acude*, *esteis* (estejais), *imos*, (vamos), *sigue* (segue), *tereas* (tereis), *vedelos*, *cento* (cem), *uã*, *lhe* (lhes) *quem* ... *quem* (um ... outro), *foca* (masc.), *fim* (feminino).

Algumas particularidades sintáticas destaca o Prof. Silva Neto, valendo notar o particípio concordando em gênero com o complemento, quando auxiliado por *ter*:

“Depois de *ter pisada* longamente,  
cos delicados pés a area ardente” (I — 17).

Desejar com a preposição *de*:

“*Deseja de* comprar-vos pera genro” (I, 16).

Conjugação reflexa, em vez da passiva comum, com o agente expresso:

“Por ele o mar remoto navegamos  
Que só dos feios focas *se navega*” (I, 52).

A palavra *homem* equivalente a uma pessoa:

“... ou por segredos que *homem* não conhece”  
(II, 69).

*Ousar* seguido de infinitivo com *a*:

“*Ousou algum a ver* o mar profundo” (V, 86).

Dei-me o trabalho de fazer uma coleta de construções, encontradas ao longo do Poema, porque se repetem, nos dois primeiros cantos. Suponho não serem novidades, tantas, aos milhares, são as incursões dessa natureza.

*Que*, com valor causal:

“*Que* não é prêmio vil ser conhecido  
Por um pregão do ninho meu paterno” (I, 10).

*Que* — final (para que)

“*Que* se espalhe e se cante no universo  
Se tão sublime preço cabe em verso” (I, 5).

Agente da passiva com *de*:

“... Vereis amor da Pátria, não movido  
De prêmio vil, mas alto e quase eterno” (I, 10).

Como — com valor temporal:

“... Que debaixo da águas mole cresce,  
E, *como* é fora delas, se endurece” (I, 77).

Exemplos de *formas latinas* pouco evoluídas:

“A lei tenho dAquele a cujo império,  
Obedece o *visibil* e o *invisibil*” (I, 65).

“Mas o animal *atroce* nesse instante” (I, 88).

Particípio variando com o auxiliar *ter*:

“E porque como vistes, têm *passados*  
Na viagem tão asperos perigos” (I, 29).

Forma pronominal expletiva com o verbo *partir* é frequente:

“Logo cedo um dos deuses se partiu” (I, 41).

*Tanto que* — por *logo que*

“*Tanto que* estas palavras acabou” (I, 82).

Intercalação curiosa do advérbio em voz reflexa:

“Para se *aqui* deter não vê razão” (I, 44).

Infinitivo inflexionado, em vez do flexionado:

“E que do céu à terra enfim desceu  
*Por subir* os mortais da terra ao céu” (I, 65).

Em outro passo, inflexiona como fazemos hoje:

“Isto dizendo, mando os diligentes  
Ministros *amostrar* as armaduras” (I, 67).

A preposição *com* indicando simultaneidade no sujeito composto:

“Que eu, co’o grão macedonio e o romano  
*Demos* lugar ao nome lusitano” (I, 75).

*Aonde* — por onde

“Que *aonde* a gente põe sua esperança  
Tenha a vida tão pouca segurança” (I, 105).

Infinitivo flexionado, por ênfase:

“Que os mouros cautelosos se guardaram  
De *lhe mostrarem* tudo o que pediam” (II, 9).

Observa-se a forma arcaica *lhe* por *lhes*.

Transposição violenta de termos, ocorrência frequente no Poeta, que o torna, à primeira vista, de difícil compreensão. É a influência da construção latina, que dispunha dos casos, e o Poeta, não.

“Como os que, só das línguas que caíram  
De fogo, várias línguas referiram” (II, 11).

“A quem se o Rei mostrou sincero amigo” (II, 14).

“Mas, se *lhe* o regimento não consente” (II, 87).

“A grita se levanta ao céu, da gente” (II, 91).

O pronome apassivante *se* com verbo no singular e sujeito no plural:

“E como por toda Africa *se soa*

*Lhe diz*, os grandes feitos que fizeram” (II, 103).

Por que — no sentido de para que:

“Manda dois mais sagazes ensaiados  
*Por que* notem dos mouros enganosos  
A cidade e poder” (II, 7).

Expletivo com o verbo *embarcar*:

“Quando o Rei melindano *se embarcava*” (II, 92).

Formas pleonásticas abundam:

- “Não entra para dentro, obedecendo” (II, 15).  
 “Dentro no falso ria entrar queria” (II, 14).  
 “Feitos de armas grandíssimos fazendo” (II, 50).

Coletivo com verbo no plural:

- “O grande estrondo a maura gente espanta  
 Como se *vissem* horrída batalha” (II, 25).

Partitivo com advérbio:

- “Que assaz *de mal* lhe quero,  
 pois que o ano...” (II, 40).

*Fuge* — por *foge*:

- “Quando Mercúrio em sonhos lhe aparece  
 Dizendo *fuge, fuge* lusitano” (II, 61).

*Lhe* — por *lhes*:

- “A ferro e a fogo as gentes vão matando  
 Por roubar-*lhe* as fazendas cobiçadas” (II, 80).

Sujeito composto com verbo no singular:

- “... e partia  
 Para onde o sonho e o mouro *lhe dizia*” (II, 71).

Não constitui nenhuma glória, nem trabalho profícuo, submeter Camões a crivos de gramática normativa, fazendo-lhe o levantamento da sintaxe na variedade de seus aspectos. Um escritor desse porte, com as credenciais que o mundo culto lhe confere, paira muito acima das teias da gramática policialesca e estéril.

Se fizemos esta incursão é que pretendemos, também nisso, apontá-lo como mestre da língua no século de sua maioridade.

O Sr. Gilberto Freyre em recente e excelente conferência sobre Camões, mestre da Comunicação, melhor da Informática,

sob os auspícios da Associação de Imprensa de Pernambuco, aludiu aos acusadores, mais invejosos de que justos juizes do Poeta, que “não sabia gramática”. E quem a sabia, naqueles remotos tempos, melhor do que ele? A acusação pecava pela fonte altamente suspeita: Agostinho de Macedo, desvairado de inveja e despeito, porque nem do Poeta se poderia aproximar, “a fortiri” superá-lo.

As infrações, quando as há, se explicariam pela necessidade de expressão, pela ênfase e pela porta larga da licença poética. Camões não degradou a língua. Enriqueceu-a. Saber gramática é incomparavelmente mais fácil do que arquitetar e realizar tamanha obra.

Camões é mestre da língua, porque a elevou a alturas até então desconhecidas, imprimindo-lhe ressonâncias impressentidas com um poder de comunicação que o torna pintor e músico da palavra. “Musicalidade e sonoridade na comunicação. O que comunica, grava-se. É pictórico. Visualiza a informação. Para Voltaire foi como os pintores italianos, acentua o Sr. Gilberto Freyre, na sua conferência, para quem foi, igualmente, o Poeta o grande repórter que revelou África e Ásia à Europa. Repórter também fora chamado César, das próprias campanhas, tão bem fixa o que transmite e tão bem transmite o que fixa. Victor Hugo se orgulhava de ser repórter.

Não é difícil destacar tópicos de *Os Lusíadas* dos quais o Poeta surja com a força extraordinária dessa virtude pictórica, tantos e tão variados se encontram disseminados no Poema.

Destaque-se um, de todos os leitores conhecido e admirado, tomado ao episódio do Adamastor, tido como a mais vibrante prosopopéia da Literatura Portuguesa.

“Não acabava, quando uma figura  
 Se nos mostra no ar, robusta e válida  
 De disforme e grandíssima estatura;  
 O rosto carregado, a barba esqualida,  
 Os olhos encovados, e a postura  
 Medonha e má e a cor terrena e pálida;

Cheios de terra e crespos os cabelos,  
A boca negra, os dentes amarelos” (V, 39).

Completa o perfil do Gigante, na estrofe seguinte, com a mesma veemência e poderosa força imaginativa a cujo serviço está, prestimosa e harmoniosa, a língua.

“Arrepiam-se as carnes e o cabelo,  
A mim e a todos, só de ouví-lo e vê-lo” (Id., 40).

É o remate do quadro admirável.

A propósito destas virtudes pictóricas do Poeta, César Leal, também poeta, aprecia as qualidades de poeta barroco em Camões, nas minúcias e pompa com que descreve a indumentária do Gama e também na expressividade de sons e ritmos usados na *pintura* do Gigante Adamastor, (Estudos Universitários, números 2/3, abril 1967, p. 142).

O ensaio do crítico e poeta pernambucano é um estudo profundo e sério sobre Camões, que deve ser lido e estudado.

O mundo inteiro está celebrando o IV Centenário da publicação de *Os Lusíadas*, e celebrá-lo-á por séculos afora, que uma obra dessa feição desafia os séculos. É o “*monumentum aere perenius*” a que se referia Horácio. E celebra-o não como simples tributo a uma obra de gênio, que estivesse desatualizada, merecendo embora o respeito devido aos deuses mortos . . . A atualidade de Camões não se impõe como favor; impõe-se pelos seus merecimentos intrínsecos.

“Este poema pode continuar atual, isto é, presente e efetivo, se o soubermos ler. Ele apresenta, ao lado de um conceito de grandeza imperial superado, um sentido de confiança no homem e no seu destino que é bem dos nossos dias. As idéias com que o poeta joga, são válidas e exaltantes. A formulação poética atinge fulgurações que compensam um eventual esforço de leitura”. São palavras do Prof. Victor Ramos, da Universidade de São Paulo, no Prefácio de *Os Lusíadas*. Cultrix, 1972.

“A nossa língua, a nossa cultura, não dispõem, afinal, de tantas obras primas que nos possamos dar ao luxo de deixar de lado um monumento do porte de *Os Lusíadas*. A leitura da epopéia de Camões continua possível, ela nos enriquece, é vivaz e atual. Não se mumifica, nem se limita a um fim absolutamente gramatical e vocabular”, remata o mesmo Professor.

Nunca se faz tanto mal a Camões quando se pretende submetê-lo à famigerada e torturante análise sintática. Deleitavam-se com a tortura imposta antigos mestres que, embora talentosos, sofriam “du mal du siècle”. E como brilhavam seus olhos com o tontear do estudante em busca da oração chamada “principal” ou de uma cláusula tal ou qual, rica de sutilezas e de inutilidades! Camões, assim, não poderia deleitar, não atrairia, afugentava. Não foi sem razão que certo estudante, em desespero, desejou como vingança que, melhor fora no naufrágio que sofrera o Poeta, empenhado em salvar o manuscrito, salvo afinal, houvesse submergido com *Os Lusíadas*. E não estaria sendo torturado.

De Tácito dissera Mommsen — “Tácito não se traduz, sente-se”; de Camões poderemos dizer, parodiando: Camões não se analisa gramaticalmente, sente-se esteticamente pelo mundo de emoções que nos proporciona. “É, de fato, um poema universal. Em *Os Lusíadas*, respira-se saúde e alegria de viver; os deuses e os homens amam, brigam, são maliciosos, fanfarrões; os heróis acham-se ao nosso alcance. O veículo poético que movimentava esta humanidade é plástico e cambiante: vai da elegia do naufrágio da Sepulveda à retórica das invocações aos deuses; da descrição objetiva, seca e precisa, de uma tempestade no mar, ao derramamento do entusiasmo patriótico; da tragédia grega da partida das naus à comédia de Veloso que “mais apressado do que fora, vinha”; da sátira política à banalidade do quotidiano. A “*vis poetica*” era indissociável da “*vis erótica*”.

Circula pelo poema um ar de liberdade amorosa, de defesa dos direitos do amor, vive-se aí num clima de pan-erotismo saudável. Vênus é mais mulher do que deusa, o desejo de eternidade dos heróis consubstancia-se na Ilha dos Amores. Este

desejo de prazer, sublimado ou não, constitui mais um elemento humanístico presente na epopéia”. (Victor Ramos, op. cit.).

“Sua obra poética deve ser conhecida pelo leitor moderno e principalmente pelos estudantes e poetas jovens, pois é preciso saber o que num grande poeta pertenceu apenas ao seu tempo e o que, superando o próprio tempo, alcança o futuro, como parte inseparável do espírito humano, em todas as épocas”, observa César Leal, no ensaio já citado.

Creemos que a melhor homenagem que poderíamos prestar ao Poeta, neste ano quatricentenário, seria ler ou reler *Os Lusíadas*, com o desejo e o propósito de captar-lhes a mensagem de confiança no Homem, que é o centro e o móvel da epopéia, tão grande quanto a de Virgílio a quem seguira bem de perto, como fizera Dante, tão densa quanto a de Homero, a quem se compara, na expressão já citada de Humboldt.

Dos feitos portugueses, bem acima daqueles do sábio grego e do troiano, dissera o Poeta:

“... Que se cante e se espalhe no Universo  
Se tão sublime preço cabe em verso”.

De seu Poema, repositório do saber renascentista, nele acumulado e “também de experiência feito” porque o fez “vendo, vivendo e pelejando”,

“Qual Cânace que à morte se condena  
Numa mão a espada, noutra a pena”,

digamos reverentes:

Que se leia e se propague no Universo ...

## Camões e o povo em *Os Lusíadas*

JOEL PONTES

A aproximação entre Camões e o povo não é muito aparente em *Os Lusíadas*. Dir-se-ia que o poeta gastou-a na lírica, sobretudo com a medida velha, dando-se em seguida por livre para seguir seus modelos renascentistas. O convívio com o povo transparece de vários modos nas glosas, no uso das redondilhas, nas expressões populares (algumas ainda hoje em uso), nas circunstâncias de certos poemas graciosos. É fácil detectá-las. Não devia ser fidalgo aquele João Quaresma, da Índia, que chicoteou uma mulher, nem ela de alta jerarquia para Camões divertir-se com a surra:

Não torneis a ser errada,  
Nem condeneis a vós mesma,  
Pois estais já emendada;  
E não sereis por Quaresma  
Outra vez disciplinada.

Nem podia ser de sangue azul aquela dona que chamou Camões de diabo:

Já que chegais tanto ao cabo,  
Com as mãos postas aos Céus,  
Vou sempre pedindo a Deus  
Que vos leve este diabo.

A uma dama que estava doente, o poeta endereçou estrofe ambígua que não cometeria se alguém punisse por ela:

Que eu, por ter, fermosa Dama,  
A doença que em vós vejo,  
Vos confesso que desejo  
De cair convosco em cama.  
Se consentis que me vença  
Deste mal, não houve gente  
Da saúde tão contente,  
Como eu serei da doença.

A uma certa Catarina chamou má, mentirosa, malvada e cadela porque

Prometeu-me ontem de vir,  
Nunca mais apareceu;  
Creio que não prometeu  
Senão só por me mentir.  
Faz-me, enfim, chorar e rir:  
Rio quando me promete,  
Mas choro quando me mente.

Com o povo também se entende ao descrever aquela camponeza Lionor que vai para a fonte, descalça, pisando a relva — “vai formosa e não segura”. E mais: encontramos a marca popular quando faz teatro, notável principalmente nos criados de língua solta; nas endechas à cativa Bárbara, pretidão de amor; ou quando se torna conceituoso, falando com a sabedoria de adágios:

Nunca o prazer se conhece  
Senão depois da tormenta

x

Muitas vezes diz a boca  
O que nega o coração.  
Toda a cousa defendida  
Em mais estima se tem.

x

Nos “Disparates na Índia”, encontramos:

Quem torto nasce, tarde se endireita.

x

Honra e proveito não cabem num saco.

x

O abade onde canta aí janta.

x

Cobrir o céu cuma joeira

x

... andam emendando o mundo  
E não se emendam a si

além de vários outros ditos populares, em português e espanhol, trocadilhos, palavras vulgares. Nos poemas de medida velha, Camões dá voz ao povo e até alcança, nos temas pastoris, certa singeleza que começava a ser evitada no seu tempo, ou considerada de mau gosto por lembrar a Idade Média.

Tudo isto constitui o pagamento de Camões ao povo, que o estimava e com o qual viveu muitas das poucas alegrias da vida. Descobrir as marcas dessa convivência nos *Lusíadas* é, de certa maneira, unir aquele sentido da lírica, aqui citado, à postura solene da épica. Do mesmo modo seria pesquisa tendente à compreensão integral a que estudasse os pontos em que as meditações filosóficas de odes, oitavas, elegias e canções se repetem, se ampliam ou se modificam na epopéia. Para falar dos traços populares em *Os Lusíadas* — não tão patentes como nas redondilhas — poderíamos lembrar, desde logo, o caráter lúdico destas, e satírico em algumas partes, que só encontramos repetidos nas comédias. Como que o poeta sentia-se mais à vontade para exprimir o lado brincalhão do seu espírito em versos curtos e em termos, ou comportamentos, mais próprios do povo do que da elite de sangue, dinheiro ou cultura. Note-se que as cenas divertidas, ou menos hieráticas da epopéia, cabem na boca ou na ação de soldados, marinheiros rasos. Não é alegre o Velho do Restelo e, aliás, não está dito em nenhuma parte qual seja sua condição social. A ilação que costumeiramente se faz prende-se à descrição de mulheres a carpir a partida dos filhos, esposos e irmãos. Só neste desespero sente-se o povo, do qual o Velho, falando a seguir, segundo certos autores, seria porta-voz. Os versos que sugerem pobreza — e por associação povo — são estes:

Qual vai dizendo: Ó filho, a quem eu tinha  
Só para refrigério e doce amparo  
Desta cansada já velhice minha,  
Por que me deixas, mísera e mesquinha? (1)

(1) IV, 90.

A sugestão, porém, é mais da situação do que das palavras, porque mísera e mesquinha são os exatos adjetivos, e nesta mesma ordem, que Camões aplica à dama da alta nobreza da Galícia, à companheira do filho de Afonso IV, D. Inês de Castro. Quanto ao amparo da velhice, não é necessariamente de ordem material.

O pensamento contrário às navegações em águas desconhecidas devia ser motivado, na massa anônima, por superstições e receios quanto a destinos pessoais. Isso corresponderia a renitências medievais no espírito popular. No tocante à nobreza e burguesia, mais pragmáticas em sua oposição, prevalecia a preocupação política do despovoamento do reino e a dúvida sobre o bom sucesso econômico de tais empresas.

Por um lado, o Velho fala em termos de razão de Estado. A alegoria da Fama, à qual se dirige, é claro subterfúgio de quem não quer nomear diretamente o rei. Se Camões teve coragem para repreender D. Sebastião, como bem mostra Antônio Sérgio, escudado em Faria e Sousa, frei Bernardo da Cruz e outros, efetuando “o transunto muito fiel do grande protesto popular” (2), com mais razão tê-la-ia em relação a um rei já remoto quando foi publicado o Poema. Dá-se, porém, que num e no outro caso havia opiniões gerais firmadas e, apesar do Velho, a do povo era favorável a D. Manuel, em cujo reinado, após a viagem de Vasco da Gama, Portugal alcançou enorme desenvolvimento comercial. Na figura do rei, descansavam todos os êxitos felizes, pela concentração do poder em sua pessoa e decadência das instituições municipais. D. Sebastião, ao contrário, era um rei fraco, como aquele que fazia fraca a forte gente, impopular.

Por outro lado, vemos que a preocupação filosofante do Velho tem veemência propositada, a ponto de enganar e parecer o próprio pensamento de Camões, em 1959, assim pensava Antônio José Saraiva, 15 de maio de 1972, em artigo publica-

(2) *Ensaio*, tomo IV, cap. “Camões panfletário”, Lisboa, Guimarães Editores [1959]. Protesto, porque D. Sebastião desinteressava-se dos assuntos de governo, preocupado só de caça e montaria.

do na revista “Vida Mundial”, já não tem tanta certeza: “O Velho é e não é o próprio Camões; tem uma função doutrinária e tem uma ou várias funções estéticas”. O que nos chama a atenção é que a fala encerra o Canto IV sem aparente contradição. Encarando-a como expressão da contrariedade de uma parte da nação — parte esta composta de nobres e populares — e pondo-a em face da glorificação final dos nautas, a fala seria censura? ou o medo natural do desconhecido, do mar e do futuro?

Antônio Sérgio (3) se pergunta: como conciliar as duas atitudes da epopéia: a crítica do feito e a sua épica exaltação? E acredita que a explicação está em que Camões admitia ordens diferentes de realidade, como mais tarde Pascal: “Il y a trois ordres de choses: la chair, l'esprit, la volonté”. O Velho encarnaria a sabedoria do espírito, que tem por objetos a justiça, e a caridade. Neste caso, seria como um advogado do povo, considerada assim a maioria dos que embarcavam, e do povo, ainda, considerado nacionalmente — o povo português. Sua filosofia enxergava um conjunto de coisas que a imediatez da política portuguesa não podia alcançar. Camões não concordava com o Velho mas precisava dar-lhe uma aparente razão, com um intuito de ordem literária, como adiante veremos.

Antônio José Saraiva é mais incisivo: “O Velho do Restelo é o próprio Camões erguendo-se acima do encadeamento histórico e medindo à luz dos valores do humanismo europeu os acontecimentos por que se apaixona o vulgo e de que ele mesmo se faz cantor. Entra ele em contradição com a ação do seu próprio poema? Tanto pior para esta! Tal contradição não seria, de resto, a única, antes é bem característica da posição do autor de *Os Lusíadas* perante a matéria que narra, com a qual de modo algum se identifica” (4).

Não me parece muito importante procurar o aspecto doutrinário na contradição entre a fala do Velho e a glorificação

(3) *Ensaio*, tomo IV, cap. “Em torno das idéias políticas de Camões”.

(4) SARAIVA, Antônio José — *Luis de Camões*, Lisboa, Publicações Europa-América [1959] p. 124.

visada pelo poema. A importância política das navegações como que desvia os comentadores portugueses, e até brasileiros, da interpretação estética daquela passagem do poema. Em vez de procurarem observá-la como poderosa antítese, preocupam-se com velhas — já no tempo de Camões velhas — conspiratas de nobres, em Montemor-o-Novo, referidos em João de Barros, *Ásia*, dec. I, livro 4.º.

Ao Velho, desdenhoso do vulgo, como acentua Saraiva, humanista em situação de juiz, podemos contrapor a Ilha dos Amores, criação não menos típica de humanista. Ao homem de aspecto venerando, o feroso Lionardo. Às ameaças, o prêmio do amor desenfreado. Aos maus prenúncios do sábio, os risinhos das ninfas aconchegadas, e tudo o mais, que, cotejados os episódios, indica a contradição necessária, o colorido benéfico ao poema. O preto e branco, mais preto que branco, expulso pelas referências a cristais da máquina do mundo e palácio de Thetis, às cores de frutos, flores e cabelos das ninfas recém-banhadas. Se há contradição entre a veemência não contestada do Velho e o prêmio final aos portugueses, bendita seja.

Diremos de nossa parte que o poeta alcançava o quanto havia de sensato naquela condenação. Antecipava o ardor de Antero de Quental e de muitos outros que, antes e depois, acusariam o imperialismo como fator dos mais importantes para a decadência de Portugal. Mas como seria possível aos portugueses, sem o cometimento do erro, realizar mais do que a força humana prometia? E como, sem a sublimação deste mesmo erro, poderia o poeta escrever versos que fariam cessar a Musa antiga? A resposta ao Velho é o próprio poema. Se contradição existe, a vida de Camões e a obra estão cheias dela, como a reafirmar o grande espírito humano e não divino que ele foi. Convém extrairmos do episódio do Velho seu lado mais positivo, desde que tudo são provocações para procurarmos o entendimento à nossa maneira como outros o procuravam à sua. O Velho será então, um pensamento anti-aventura e anti-poesia, e, portanto, está certo que despreze o povo. Como personagem equivale a um arúspice de tragédia, não escutado porque há um sentido de predestinação no binômio glória-desastre que

cinge a história portuguesa de D. Manuel até D. Sebastião. Camões via os dois tempos e o Velho é produto dessa sabedoria. O futuro, previsível em 1572, haveria de provar que ele estava certo, mas o poeta pretendia fixar a glória e não o desastre. Há uma dramática necessidade de auto-engano sem o que o poema tornar-se-ia impossível. O Velho é o terno desastre na equação em que a Ilha dos Amores será a glória.

Situados estes extremos, é na parte intermediária que encontramos mais diretamente o povo — mosteirais e camponeses — cujo pensamento sabe-se que devia seguir o dos nobres, isto é, estaria dividido, com a desvantagem de nada pesar nas decisões reais. Ao longo do poema, Camões alude a outros povos europeus, africanos e asiáticos, sempre no sentido político, ou no religioso, que lhe é tão afim, nunca no social, mesmo quando fala do “torpe ismaelita” que só o não é quando aceita as alianças propostas por D. Manuel. Quanto ao português, estão fora da ótica do poema escravos e estrangeiros residentes pobres, judeus na maioria, e dois bandos são considerados: a arraia miúda, católica, lusitana e livre — que é chamada gente, povo, os pequenos — e seus representantes na armada, os soldados e marinheiros. O todo e a parte. O todo, no passado, presente e futuro. A parte, no presente da narração da viagem.

Na verdade, o primeiro grupo comparece nas reflexões e conselhos de modo expresso, iniludível. Mas também poderíamos identificar sua presença com escrutínio de palavras, imagens, anexins denunciadores do lastro popular da vida do poeta, tantos anos misturado à escória da Índia e, antes do exílio, bebendo numa Hipocrene de salão, mas igualmente de ruas e botequins mal frequentados. Por mais isentos que *Os Lusíadas* estejam da influência da plebe rude, por mais fidelidade que o poeta dedique à ideologia em que se educou e preceitos clássicos do gênero poético escolhido, escapam indícios de que o povo, mesmo não nomeado, estava presente a seu pensamento como sempre esteve envolvido em sua vida.

A finalidade inicial do poeta é celebrar os valentes que se libertaram da lei da morte, sob uma hierarquia estabelecida logo aos primeiros versos: guerreiros-navegantes, reis antigos e

D. Sebastião à frente. Favorecidos de Marte e Netuno; os de Ceres, Vulcano e Mercúrio não são para nada chamados. Os lusíadas, para ele, são aqueles, os escolhidos, a elite. Só depois é que a amável intervenção de Vênus alarga o sentido da palavra para quantos falam a língua portuguesa e isto mesmo em segundo lugar, porque seu primeiro argumento de simpatia é terem as qualidades do povo romano: as militares. A hierarquia inicial prevalece, mas é esta alusão à língua um aporte novo, elemento unitivo do conceito de povo, como, politicamente, se entendia desde o reinado de D. Dinis. Elemento caro também aos escritores da época, que se apuravam em celebrar-lhe a beleza, tão assemelhada à da língua latina, como Vênus acrescenta. A deusa encontra esse fator de unidade como se fora um *alter ego* do poeta, a ajudá-lo a inscrever o português anônimo nos *Lusíadas*.

Não exageremos, porém. Embora celebrando a todos, o poeta concentra-se nos nobres e comandantes de forças, desprezando a “fruta ruda”. Não se trata de uma opção de estilo — o grandiloquo — apenas. Ao grandiloquo do estilo corresponde o de personagens, nível social e ação. Se bem interpretamos o passo, não havia necessidade dessa alusão ao instrumento de pastores, bastando a súplica da “tuba canora e belicosa” às Tágides para estarmos informados da deliberação do poeta. Se ele diz que não quer algo, e sim outra coisa, a insistência em tornar claro o que despreza tem significação correspondente.

Começando pelo título, convém notar que a palavra *lusíada* não é, nem foi popular ao longo dos séculos. Carolina Michaelis de Vasconcelos (5) assinala o dilema de Camões, escolhendo a palavra para título, mas evitando-a no texto do poema, onde aparecem sinônimos, ou expressões de uso corrente, como *português*, *gente portuguesa*, *lusitana gente*, e mesmo eruditismos como *lusos*, *geração de Luso*, *pastores de Luso*, *lusitano*, sem que se repita a invenção de André de Resende “*sicut ab Aenea Aenadas dixit Virgilius*”. A palavra *lusíada* tinha curso na classe dos letrados, incluindo-se a “mocidade estudiosa de Lisboa,

Coimbra e Évora”. O povo, sem desconhecê-la, passou a identificar apenas o poema, ao invés de abarcar seu sentido completo, do qual o título é simples consequência. Não lhe falta outra razão além do artificialismo da palavra sempre que o poeta fala em “gente lusitana”, refere-se a guerreiros — e não a artífices, artesãos e lavradores — tendo até, essa expressão tão banal, algo de repúdio à noção de povo como parte pacífica e sedentária, isenta de heroísmo, de cuja maioria os combatentes saíam como minoria.

Contudo, os descendentes de Luso são mais numerosos do que eruditos capazes de entender a origem laboriosa do título. Camões não podia ignorar esta situação — ele, que tantas vezes queixou-se de ser a poesia pouco prezada pelos portugueses. A preferência pela palavra helenizada pode corresponder à atitude clássica de André de Resende, ou ao direito modelo etimológico de Virgílio; fato irrelevante. O resultado sempre será um afastamento em relação ao povo, mas também uma exaltação, pela semidivinização avocada na sua origem. Ainda que não o entenda, o povo português é caracterizado como descendente de um ser mitológico, convivente com os deuses. Camões não teria a veleidade de pensar que todos percebessem o valor, e até a intenção deste detalhe, e, assim, tomou o partido de falar aos cultos do mundo inteiro sobre seu povo, dispensando-se da glória imediata, de ser entendido pelos menos cultos. Atitude, de resto, própria dos humanistas, que desprezavam o povo não por ser povo mas devido à ignorância em que vivia.

É uma atitude correspondente ao pensamento social do tempo, também. Creditava-se ao povo, por inteiro, o solo — embora o rei fosse proprietário de grande parte do país (6) e “cerca de um quarto da superfície arável” pertencesse a mosteiros e a ordens de cavalaria, no qual “debalde o homem trabalhador buscava uma parcela de terreno, a preço conveniente,

(6) MAURO, Frédéric — *Études Économiques sur l'Expansion Portugaise*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

para cultivar” (7). Assim despossuído, o grosso dos 1.326.000 habitantes de Portugal (reinado de D. João III) teria pouca ou nenhuma expressão econômica. Frédéric Mauro, apoiado no brasileiro Celso Furtado (8) nota aquele “empire qui vivait d’une redistribution en Europe de produits de luxe, les épices, d’un prix très élevé sous une qualité très faible, ne nécessitant pas l’emploi d’une très grande main-d’oeuvre et la distribution en salaires d’une part trop importante du revenu”. No século XV, 600 famílias imigrantes, das mais ricas, compraram a dinheiro sua residência definitiva em Portugal. No começo do século XVII (Mauro cita o jesuíta Diogo de Aredo) não há uma só família da alta sociedade portuguesa sem sangue judeu nas veias e, ao mesmo tempo, a Inquisição estimava em 200.000 as famílias judaico-portuguesas. Abaixo dessa burguesia e da nobreza, cujos interesses se confundiam aos do clero, o povo nem dispunha de terra, nem de parte considerável na renda nacional, nem vislumbrava possibilidade de ascensão política — esta a depender do sangue de nascença, de ramalhudas árvores genealógicas — ou social, embora menos difícil — pela educação, casamentos e fortuna — sendo claro que neste caso indivíduos isolados se beneficiavam, passando a integrar a burguesia.

No entanto, as glórias das conquistas e descobrimentos ultramarinos eram, de certo modo, creditadas a todos quantos delas participavam: “ao reinado de . . .” Não dispo de condições para redistribuir terra, posições, renda nacional e o demais, Camões se ocupa do imponderável da glória e dá aos portugueses em geral — lusíadas — seu canto, de vez que não lhes pode dar a autoria dos feitos determinantes deste mesmo canto.

É uma colocação um tanto ambígua, que nos leva a pensar que o poeta, sem violentar o pensamento social de sua época e

(7) AZEVEDO, João Lúcio de — “Organização Econômica” in *História de Portugal*, ed. monumental comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade, dir. de Damião Peres, vol. III, III parte, cap. 3, Barcelos, Portucalese Editora, MCMXXXII.

(8) FURTADO, Celso — *A Economia Brasileira*, Rio, 1954.

país, teve a intuição de que os capitães sozinhos nada conseguiriam.

Uma força indeterminada de cobiça movia as massas. Sendo certo que “a soldadesca da Índia passava por ser a ralé do reino” (9) Camões, que com esta gente privou teria, talvez, suas dúvidas. Será esclarecedora uma leitura atenta do final do Canto VII. Nem era, tampouco, o povo todo soldadesca. O aldeão que perdia sua lavoura nas guerras, o conscrito jogado à morte sem brilho nem glória, o velho revoltado contra a aventura do ultramar, a mulher rezando nas muralhas ao começo de uma batalha — foram mais considerados por Camões do que o ideal cavaleiresco poderia desejar. Ele próprio deve ter sentido, alguma vez, como estava próximo ao povo, ao menos quando lhe faltava dinheiro; ou notoriedade bastante para ser recebido pelo rei, não obstante o sangue. O povo seria como se auto-retratou: humilde, baixo, rudo, não conhecido nem sonhado d’el-rei (10). E o poeta, em certos momentos, na Índia, em Moçambique, a viver da generosidade dos amigos, ou mesmo depois do retorno à pátria, deve ter sofrido como qualquer plebeu e meditado sobre a insuficiência do azulado no sangue, quando o animal humano se vê faminto e só.

Sua visão da História é menos a de Fernão Lopes que a do seu tempo, quando as Cortes nem eram mais convocadas. Os grandes capitães determinam os feitos importantes, enquanto a massa murmura, apenas, em segundo plano, seu coro de gemidos, quase sempre, ou de arquejos ansiosos na Ilha dos Amores. Como, porém, a ordem social é respeitada mas não de todo aceita por justa, Camões dá voz a rebeldias isoladas, sendo a dele próprio uma delas. Quando o personagem hierárquica ou socialmente inferior protesta contra ordens, leis e costumes ditados do alto, é invariavelmente derrotado. Luta, porém, até com desespero temerário, prolongando-se em Prometeu ou líder de si próprio.

(9) AZEVEDO, João Lúcio de — op. cit.

(10) X, 154.

A posição de Camões frente a essas ruturas da ordem varia como a de um juiz que, ante a mesma infração à lei age conforme os casos específicos: no de Baco, a antipatia que cerca o personagem e suas manobras identifica a condenação; no do velho do Restelo, há indícios claros de que a *arraia miúda* aprova-lhe as palavras e, como o poeta não esclarece posição própria, dir-se-ia que estuda os autos e transfere a prolação da sentença, embora saiba qual será; no próprio caso, no protesto contra o estado em que se encontrava (ampliado pelo desprezo dos portugueses — rei inclusive — à poesia) devia jurar suspeição e não o faz porque não encontraria quem lhe defendesse os direitos, ou julgasse. A seu ver, é tão notória a injustiça que se esquece de estar julgando causa própria, inocenta-se — mais ainda: apregoa o valor de sua poesia — e condena quantos o cercam, começando pelo rei até portugueses em geral. (11)

Na escala de valores de Camões, Deus é supremo. Em seguida, vêm o rei e os nobres: os vassallos são os membros, o rei é a cabeça, diz Vasco da Gama (12). Os homens, em geral, valem pelo engenho e pela espada, sendo ele, Camões, um expoente que se auto-afirma, militar e poeta. Do mesmo modo os povos, tomados nacionalmente. O grego:

... clara Grécia, o Céu penetras  
(E não menos por armas, que por letras). (13)

O veneziano:

Braço forte, de gente sublimada  
Não menos no engenho que na espada. (14)

O próprio poeta:

Para servir-nos, braço às armas feito,  
Para cantar-vos, mente às Musas dada. (15)

(11) VII, de 78 a 83.

(12) II, 84.

(13) III, 13.

(14) III, 14.

(15) X, 155.

Entendamos, porém, que a fé paira por cima de tudo e move por igual engenhos e dextrezas militares — forças a serviço da Cruzada. A noção social de povo perde-se dentro da religiosa de cristandade, da política de portugueses e da hierárquica, que só lhe permite relevar os chefes. Ademais, coexistiram em Camões o humanista e o militar. O primeiro, “sonhando, imaginando ou estudando” e o outro “vendo, tratando e pelejando”. O poeta é uma síntese dessas condições e não é motivo de espanto se o pacifista, que devia ser, e o universalista, cedem passo ao cantor da guerra e glorificador de guerreiros. Afinal, é esta, e não outra, a ótica dos narradores da história de Portugal em *Os Lusíadas*. Mesmo quando se tornavam auditores das profecias, nos cantos finais, não custa entendermos que, militares, queriam ouvir de batalhas e conquistas. O importante é notarmos que esses acontecimentos não são isolados da finalidade maior, que seria a implantação universal da fé em Cristo e conseqüente fraternidade dos homens na obediência a uma doutrina de amor. Assim, o poema trata da preparação de um futuro “quinto império”, por uma pequena cristandade sediada em uma praia ocidental da Europa, conduzida por barões, em nome de um rei absoluto. Daí, talvez, a impermeabilidade de Camões às civilizações do Oriente.

Antônio José Saraiva, de ordinário tão arguto, nota isto, ao focar o que lhe parece a ausência do povo. Para referir-se ao português, remonta a Fernão Lopes e aos tempos do primeiro Avis: “Falta um pano de fundo, um ser coletivo de que os indivíduos sejam formas transitórias. Quem lê Fernão Lopes fica impressionado com a formidável presença da cidade de Lisboa e dos povos do reino do princípio ao fim da *Crônica de D. João I*”. (16) Como comparar a importância política e social do povo no tempo em que uma revolução popular punha o Mestre no trono com a do tempo de D. Manuel? À autoridade que o povo conquistara, naquele então, correspondia a desordem nos quadros da nobreza, toda desorganizada e enfraquecida pela desunião. Muito outra era a situação no fim do

(16) *Luís de Camões*, cit.

século XV. Camões não tem o senso dos fenômenos históricos que se percebe na genialidade de Fernão Lopes; mas o que seria deste se nele fôssemos catar imagens poéticas?

O povo, em *Os Lusíadas*, não é o vistoso pano de fundo (aliás, preferíamos chamá-lo ator, coro, mas estamos aproveitando os termos de Saraiva) que se encontra na *Crônica de D. João I*, mas o é sem dar tanto na vista. Sempre está presente, quando Camões se refere às leis (“de rigorosas leis desalivaios”) e quando, corajosamente, critica reis e barões, como ao dizer que o povo só obedece a rei “mais que todos excelente” (17), o que vem a ser restrição de notável teor subversivo, e ao reclamar contra o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, conselheiro de D. Sebastião, acusando-o de “despir e roubar o pobre povo”. (18) Em certas ocasiões, a palavra é substituída por sinônimos, como gente, gentes, e em muitas torna-se difícil saber se mestrais e camponeses são compreendidos em seu contexto. No episódio de Inês de Castro, “povo” é usado como “pessoas” e, com toda a evidência, Camões está se referindo à nobres, pois não eram de outra categoria aqueles senhores que persuadiram Afonso IV a mandar assassinar a jovem galega. Aliás, ela mesma os chama de cavaleiros (19). Em outra ocasião, quem mata o conde Andeiro é o povo, quando era de todos sabido que fora o Mestre de Avis o matador, acompanhado por altas figuras que haviam tomado seu partido. A interpretação segundo a qual aquele ato era a consecução de um desígnio popular e seus executores representavam a arraia miúda, embora discutível, poderia ser considerada. Mas no caso de Inês não há o que se discutir e, por analogia, no do conde Andeiro também. Trata-se, em ambos, da indefinição do termo, social e semanticamente, como se fosse o plural de *homem*. Quando Camões diz

A gente e marinheiros trabalhavam (20)

pode-se entender, como José Maria Rodrigues nos seus comentários à Edição Nacional, que o poeta se refere à gente de ar-

(17) III, 93.

(18) VII, 85.

(19) III, 124 e 130.

(20) I, 48.

mas — capitães e soldados rasos — e marujos saídos das classes mais baixas, encarregados de serviços grosseiros a bordo.

Isto só é mencionado porque nos alerta para o fato de que tudo quanto ocorre na expedição de Vasco da Gama tem a participação popular pela presença desses soldados e marinheiros, como dos degredados, sendo possível que fossem homens do povo aqueles dois que desembarcaram em Mombaça para averiguar se ali viviam cristãos. (21) Camões não salienta esta parte dos navegantes, mas como já focamos a jocosidade como marca de suas glosas e redondilhas, lembramos o personagem Fernão Veloso, com todas as características do homem da rua. É ele quem desce à terra, em África, muito chibante e presumido de corajoso para logo voltar às carreiras com a negralha nos calcanhares. O comentário do acontecimento e sua resposta antecipam de pouco o episódio tenebroso do Adamastor, com um corte na ação e um contraste que eram bem da predileção do poeta:

Disse então a Veloso um companheiro,  
(Começando-se todos a sorrir):

— “Olá, Veloso amigo, aquele outeiro  
É melhor de decer, que de subir...”

— “Si é, — responde o ousado aventureiro —,

Mas, quanto eu para cá vi tantos vir  
Daqueles cães, depressa um pouco vim,  
Por me lembrar que estáveis cá sem mim”. (22)

Esse mesmo galhofeiro Veloso é contador de histórias capaz de distrair os companheiros, tanto assim que ele é quem narra o episódio dos Doze de Inglaterra, no canto VI, e ainda retorna ao poema no penúltimo para incitar os portugueses a perseguirem as ninfas despedidas da Ilha dos Amores.

(21) V, 35.

(22) V, 35.

Também de extração popular tem jeito de ser o soldado Lionardo, contracenante de Veloso na preparação do episódio dos Doze de Inglaterra e, como este, galgo luxurioso da caçada às ninfas. Se está em sua boca um verso em língua italiana, a única citação estrangeira de *Os Lusíadas*, isto pode ser levado à conta do pouco interesse de Camões pela caracterização dos tipos através da linguagem, como se pode reparar nas alusões mitológicas feitas pelo rei de Melinde e na uniformização de todas as falas em estilo grandiloquo.

Detalhes de anexins podem ser encontrados como:

Na pátria onde profeta ninguém é (23)

x

Que é fraqueza entre ovelhas ser leão (24)

x

Onde reina a malícia está o receio  
Que a faz imaginar no peito alheio (25)

x

Que outrem possa louvar esforço alheio,  
Cousa é que se costuma e se deseja,  
Mas louvar os meus próprios, arreceio  
Que louvor tão suspeito mal me esteja; (26)

Estes últimos versos são, dilatado, o dito "louvor em boca própria é vitupério". Também dir-se-ia de evocação vulgar aquele passo em que Camões conta que a coragem dos portugueses era tão grande que o Mar Vermelho ficou amarelo de medo:

(23) X, 119.

(24) I, 68.

(25) II, 9.

(26) III, 4.

E vereis o Mar Roxo, tão famoso,  
Tornar-se-lhe amarelo, de enfiado. (27)

Chega, porém, de esmiuçamentos que podiam se prolongar sem mais proveito. Vamos contrapor à alegoria do Velho a solução camoniana da Ilha. Quando ele prega a guerra de rotina, opondo-se às navegações de longo curso, quando se preocupa com o gasto de dinheiro e insulta o povo de néscio, este, ou a parte deste que navega de torna-viagem, é recebido em plano de igualdade pelos seres sobrenaturais, após desobedecer em tudo ao que a prudência do Velho recomendava.

"O Velho verbera, não que as conquistas se façam, mas o caráter contraditório da natureza humana que não se realiza plenamente, se não cortar o cordão umbelical que a prende à *mater* que a gerou. E no poema o paralelo é tão perfeito como a primeira tentativa de 'largada' que o que é posto em relevo, visualmente, na conquista de Ceuta são as 'mil aves andantes' que navegam para lá: e escusado será sublinhar a importância da metáfora das aves, já que estas claramente representam, misticamente, a negação da lei da gravidade, que prende os seres à terra" (28). Jorge de Sena, que assim pensa, mostra noutra parte do seu livro a importância de Thetis, a *madre* Thetis, que preside o rancho das ninfas amorosas. Não é uma deusa secundária mas, pelo contrário, das mais importantes.

Então, por nossa conta, entendemos que quando Vasco da Gama a possui, e os outros portugueses às demais ficções gentis, há uma conjunção de belezas puras que só em parte mínima é dádiva de Vênus, porque havia sido conquistada com valor. Tudo é beleza e amor quando homens e deuses passam a ser iguais, o que só se tornou possível porque Camões esqueceu-se de que era cristão e militar para ser todo poeta, e porque não poderia existir prêmio humano para aqueles heróis, senhores do impossível do mar e decifradores de mistérios.

(27) II, 48.

(28) SENA, Jorge de — *A estrutura de "Os Lusíadas" e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, Lisboa, Portugália Editora, [1970] p. 140.

Rompem cordões umbelicais representados pelo pensamento da Idade Média e separação até então relativamente mantida entre as ordens natural e mitológica, por se haverem tornado, até contra um deus, deuses na ilusão de um porto maravilhoso. E nem neste momento a hierarquia sofre dano. Thetis é de Vasco e não de outrem. Já se vê como o povo não podia ter aparência muito visível em *Os Lusíadas*. Thetis é a Fama e a Glória com que o povo néscio se enganava, na opinião do Velho. Thetis é o desmentido ao Velho, agora ludibriado pela imaginação do grande poeta. Vê-se que só existiu para que a Ilha subisse à flor das águas com todos os seus suspiros de amor. Praguejara, o do Restelo, que nenhuma cítara daria memória e fama aos portugueses, condenando *Os Lusíadas* antes de nascer. Mas como é produto do próprio Camões, sua função estética parece aclarada.

A máquina do mundo e o futuro se desvendam ao Homem, que outra coisa não representa Vasco da Gama na ocasião. É o Homem vitorioso, dono da natureza, que só outro Homem, dominador da poesia, pode celebrar. Por trás de Vasco, Liomardo, Veloso, os mais sem nome: por trás de Camões a tradição da poesia trovadoresca e jogralesca, a vontade nacional que pedia o sumo Canto dos tempos áureos que se estavam a terminar. E em tudo, mais perto ou distante, o latir do coração português do poeta, a sentir o efêmero e o eterno das glórias: a política do seu país e a literária da epopéia. A Ilha é a resposta ao Velho e também, como Jorge de Sena salientou, uma catarse total. A última, digamos, de Portugal imperial. Do mesmo modo, diríamos que a leitura do poema, em época como a nossa, em que os valores humanos se limitam pela massificação e o supremo saber tende a cifrar-se no fornecimento de dados a computadores, a leitura do poema é também catarse e não só para portugueses. Para qualquer ser humano que aceite, altivo, a condição de bicho da terra tão pequeno. Não era simples bicho, nem pequeno, quem o escreveu. Há um toque de redenção até em sua amargura, que é o eterno Prometeu que dorme em cada Homem.

## RESENHAS DE LIVROS

MÁRIO NEME — *Fórmula Política no Brasil Holandês*

Num tom indubitavelmente polêmico, sem que isso prejudique, no entanto, nem a firmeza da argumentação nem a boa base documentária, o Sr. Mário Neme contrapõe à generalizada afirmação de que o período de dominação holandesa no nordeste brasileiro representou um avanço em nossa formação política, a tese de que houve, então, um retrocesso em relação às práticas que havíamos recebido de Portugal e, ainda mais, ao pensamento de que tais práticas eram a simples exteriorização.

A própria natureza da ação aqui empreendida pela Companhia das Índias Ocidentais era contrário, em si mesma, ao desdobramento de qualquer realidade de política superior. Para aqui viera não um Estado, mas uma empresa. "A sua fonte de direito e autoridade era uma Companhia que visava estritamente à obtenção de proventos materiais; esse Estado, além de alheio aos desideratos do bem comum, apresentava-se destituído de um fundamento doutrinário, de um corpo de leis gerais razoavelmente codificadas, em condições de razoavelmente configurar um estado de direito; a ação dos dirigentes desse Estado estava condicionada pelos estritos objetivos de lucro da Companhia que os empregava, impossibilitando-os de agirem como governantes preocupados com o bem público", etc. (pág. 123). Este será o núcleo central da demonstração pretendida e realizada pelo autor. Para um lado e para outro, podem observar-se dois desdobramentos: o Estado holandês que, na verdade, não existia porquanto a congregação das sete províncias não chegara a uma definição política consistente, não se encontrava em condições de impor à Companhia outro rumo qualquer; e os indivíduos que da sede recifense governavam as terras conquistadas não traziam nem a vivência política que capacitasse a alterar semelhante estado de coisas, nem a intenção de fazê-lo. Tudo isso se refletia nos incessantes choques internos (que resultaram insolúveis, incólumes!) da administração holandesa. E não só impediu que, apesar dos êxitos obtidos, a conquista desse os resultados esperados, como — sobretudo — compôs, com a situação criada paulatinamente pelos portugueses desde a chegada de Duarte Coelho, um contraste que preparou, de longe, a derrota dos conquistadores.

Dentro desse quadro geral, dois aspectos são estudados particularmente pelo autor: a atuação de Maurício de Nassau e a reunião, em 1640, de um congresso de escabinos. Em torno do Conde João Maurício, há "um processo de glorificação" iniciado ainda em sua vida com a obra de Barléu e que se prevaleceu, no século passado, dos ressentimentos contra Portugal por uma geração bem próxima das lutas da Independência: transformaram-se atos seus de benevolência pessoal e paternalismo em benemerência política, esquecendo-se a orientação global do seu governo. Com relação aos escabinos, o Sr. Mário Neme retoma uma tese que sustentei em 1936 no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Per-

nambucano e, em 1954, pela imprensa local e que lhe é, aliás, desconhecida: a de que, em face das câmaras municipais portuguesas, nenhum progresso político significam. Segundo as palavras do Sr. Mário Neme, "a instituição do governo local no Brasil Holandês marcou um nítido retrocesso, do ponto de vista das conquistas democráticas, em confronto com o regime vigorante no Brasil Português" (pág. 250). Eu escrevera em 1954: "o significado do congresso de 1640 não é o de iniciar a democracia entre nós. É o de mostrar o senso político e a dignidade cívica que se haviam infundido em nós por nossa formação portuguesa. Ferindo questões sérias, descobrindo os ardis das propostas neerlandesas, não se atemorizando dos dominadores, equilibrando-se nobremente à igual distância da subserviência e da impertinência, esses brasileiros e portugueses de 1640 mostravam-se dignos descendentes daqueles que, já em 1549, em Olinda, se ajuntavam em Conselho e deliberavam em Câmara protestar junto ao Rei contra a possível retirada de Duarte Coelho".

Nas 257 páginas do seu livro *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*, com vários capítulos dedicados à liberdade de comércio e de consciência, à administração da justiça, às relações com os índios, etc., e valendo-se, inclusive, de copiosas indicações históricas do ilustre Professor José Antônio Consalves de Melo, da nossa Universidade, — o Sr. Mário Neme conclui que "os holandeses que desembarcaram em Olinda em fevereiro de 1630, nada tinham a ensinar aos pernambucanos em matéria de organização política ou em matéria de relações jurídicas".

LUIZ DELGADO

## NECROLOGIA

### PROF. LUIZ RODOLFO DE ARAÚJO JÚNIOR

A morte veio arrebatá-lo do convívio de sua família, de seus amigos, de amigos, de seus colegas, quando ainda em plena maturidade e reagindo corajosamente contra moléstias que, a despeito de pertinazes, não haviam logrado quebrantar-lhe o ânimo, a disposição de viver e lutar.

Sem dúvida, era o Prof. Luiz Rodolfo de Araújo um homem ainda relativamente moço pois tinha apenas 47 anos. Mas, sua grande disposição de viver vinha sobretudo de seu temperamento combativo, que lhe dava coragem para enfrentar e superar situações das mais difíceis.

Muito jovem ainda, quando fazia o curso ginasial no Colégio Marista, desta Cidade, foi vitimado por uma paralisia infantil, que tornou penosa e árdua a continuação de seus estudos. Mas a doença não o abateu. Antes, pelo contrário, dela saiu revigorado, ao menos espiritualmente, para a luta da vida.

E assim concluiu sua formação humanística e assim iniciou seu curso de bacharelado. Nos estudos universitários, teve a companhia e o incentivo valiosíssimo de seu irmão mais velho, o mestre universitário Rodolfo Araújo, homem também de disposição e coragem, iluminadas por uma profunda fé cristã e grande generosidade, virtudes e qualidades que influíram certamente na formação do então jovem Luiz.

Ei-lo finalmente diplomado pela velha e tradicional Faculdade de Direito que tanto amava, nos idos de 1948. A partir daí, graças à sua inteligência, à sua dedicação aos estudos, ao seu ânimo para o trabalho e ao seu senso de responsabilidade, sua carreira foi vertiginosa.

Logo foi aproveitado pelo antigo IAPETC, onde já trabalhava, sendo nomeado procurador daquela autarquia neste Estado, função que exerceria eficientemente até a morte.

Na advocacia, associado ao seu irmão mais velho, bem cedo se destacaria como advogado atuante e respeitado no foro do Recife. Seu nome foi se impondo dentre os seus colegas de profissão e não demorou a ser escolhido conselheiro da Ordem dos Advogados de Pernambuco, cargo que exerceu dedicadamente até pouco antes de falecer, quando um segundo e mais severo ataque da doença, que finalmente o abateria, obrigou-o a restringir, embora relutantemente, suas já numerosas atividades.

Como advogado também e jurista de notório saber é que Luiz Rodolfo foi nomeado e exerceu condignamente, por 2 mandatos sucessivos, as elevadas funções de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de nosso Estado.

Não seria, porém, no Ministério Público, nem na advocacia ou mesmo na magistratura eleitoral que o nosso pranteado colega e amigo encontraria o coroamento de sua carreira.

Estimulado talvez pelo exemplo do irmão mais velho, que desde 1946 vinha ensinando nesta Faculdade e de quem chegara mesmo a ser aluno, Luiz Rodolfo sentiu também muito cedo a atração para o magistério. Advogado militante e competente, percebeu ser no ensino do direito processual que melhormente atenderia à sua vocação de professor.

Logo apresentaria sua primeira tese, "Da Citação", que lhe valeria o título de livre docente da Faculdade de Direito. Pouco depois, no ano de 1964, pugnavam por uma das cadeiras de Direito Judiciário Civil, defendendo brilhantemente sua segunda tese, "Do Litisconsórcio Necessário Passivo em Mandado de Segurança".

Nela o ilustre mestre analisou com profundidade a doutrina nacional e estrangeira sobre o litisconsórcio necessário, sua regulamentação no Código de Processo Civil em vigor e no Ante-Projeto de autoria do Professor e Ministro Alfredo Buzaid, a natureza jurídica do mandado de segurança e, finalmente, o seu tema central, concluindo pela obrigatoriedade do litisconsórcio necessário passivo no mandado de segurança contra atos administrativos em geral, toda vez que da sentença de provimento resultasse um prejuízo jurídico a outra pessoa e de tal forma que a projeção desse prejuízo fosse condição necessária à realização do direito do impetrante.

Vitorioso no concurso, bem depressa se impôs o novo catedrático como mestre de raras qualidades. Ao preparo científico aliava a facilidade de expressão, a comunicabilidade com os alunos, que tinham nele, mais que um professor, um amigo.

Isto o fez muito querido do corpo discente da sua Faculdade, que o elegeu, por várias vezes, paraninfo ou homenageado das turmas de concluintes que havia ensinado.

A Universidade Católica não podia deixar de aproveitá-lo. E logo o convidou para professor titular de processo civil na sua Escola de Direito, onde também se destacou dentre os melhores mestres.

Aí temos, em rápidas pinceladas, um pálido retrato da vida e da carreira do grande mestre desaparecido. Por tudo isto e sobretudo pelas suas qualidades de amigo leal e destemido é que agora choramos o seu prematuro desaparecimento e lhe rendemos esta singela homenagem. — J. AJURICABA E SILVA

## JORDÃO EMERENCIANO (1919-1972)

A Universidade Federal de Pernambuco perdeu no dia 17 de fevereiro um de seus valores mais expressivos: o Prof. Jordão Emerenciano, titular de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras e fundador do Centro de Estudos Portugueses daquela mesma Unidade. Ultimamente, o Prof. Jordão Emerenciano vinha ocupando as funções de coordenador geral do Curso para Estudos de Problemas Brasileiros, tendo assegurado a essa disciplina um mecanismo estrutural que reunia em foruns, ciclos de estudos, seminários e debates não apenas estudantes, mas também homens públicos, jornalistas, economistas, historiadores e todos os que — como ele próprio dizia — se mostravam preocupados com o conhecimento dos problemas de nosso país.

Embora tendo ocupado numerosas funções públicas, entre as quais as de Chefe da Casa Civil no Governo do sr. Cid Sampaio, além de suplente de Senador da República durante um período de oito anos, foi sobretudo como professor que se revelou, em toda a plenitude, a personalidade de Jordão Emerenciano. Alguns dos estudos que escreveu — talvez os mais importantes — se encontram no prelo, tais como os ensaios sobre Gil Vicente, frei Luís de Souza e outros escritores portugueses clássicos e modernos. Graduado em Direito e licenciado em Biblioteconomia, mostrava-se preocupado com as questões relacionadas com o ensino de sua disciplina e a bibliografia. Com o objetivo de colocar ao alcance de seus alunos as fontes básicas para os estudos portugueses, publicou em 1965 o livro *Três instrumentos de trabalho*, lançado pela Imprensa Universitária e que, desde logo, passou a ser fonte indispensável de consulta, tanto para alunos quanto para professores e investigadores literários. Em 1966, participando do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, apresentou em Coimbra um trabalho sobre o fundador do Teatro português, intitulado *A hora de Gil Vicente*. Ainda em 1966, defendeu no I Encontro de Professores de Literatura Portuguesa, em Salvador, uma tese à que deu o nome de *Contribuição bibliográfica para estudantes brasileiros de literatura portuguesa*. Em 1968, organizou — como o fez durante 14 anos — o X Seminário de Literatura Portuguesa, ocasião em que apresentou mais um estudo de importância para os pesquisadores em Letras e Biblioteconomia: *Fidelino de Figueiredo, Bibliógrafo*.

Contudo, além dos estudos portugueses, a problemática de nosso país, inclusive da região, sempre constituiu para o Prof. Jordão Emerenciano um tema constante de suas dissertações: *A retirada para o Brasil, Notas à margem da interpretação marxista da história, D. João VI, o Rei e o Homem, Joaquim Nabuco e a Igreja, José Mariano ou o elogio da tribuna* são alguns de seus estudos publicados em suplementos literários, e revistas de cultura. Recentemente, conseguiu reavivar na memória das novas gerações a personalidade do Conde da Boa Vista, em um ensaio intitulado *Francisco do Rego Barros*, publicado no vol. I do *Estudo dos Problemas Brasileiros*, lançado pela Editora Universitária em 1971. Também nesse mesmo volume, figura um estudo seu sobre Oliveira Lima: *O pernambucano Oliveira Lima e a imagem do Brasil no estrangeiro*.

Quando o governador Agamenon Magalhães resolveu editar os *Anais de Pereira da Costa*, o Prof. Nilo Pereira, então deputado na Assembléia Legislativa, sugeriu que a coordenação dos trabalhos editoriais deveria ser entregue ao Prof. Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público. No desempenho desse cargo, nunca será demasiado ressaltar a importância da obra cultural realizada por Jordão Emerenciano, uma ação de primeiro plano, como se pode testemunhar através da edição de dez volumes daqueles *Anais*, contando sempre com o apoio do diretor da Imprensa Oficial, jornalista Cleofas de Oliveira, que supervisionou os trabalhos gráficos. Posteriormente, encarregou-se da edição de uma obra destinada a alcançar repercussões no mundo da medicina tropical: *Mourão, Rosa e Pimenta*, prefaciado por Gilberto Freyre.

Por tudo isso, o desaparecimento prematuro do Prof. Jordão Emerenciano, quando contava apenas pouco mais de cinquenta anos de idade, representa uma perda não só para Pernambuco, mas para toda a comunidade nordestina a que ele sempre serviu com muito espírito público. — CÉSAR LEAL

# O CÍRCULO DO TEMPO

JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
EDITORA UNIVERSITÁRIA  
RECIFE — 1972

DO AUTOR:

*Três Noites no Sobrado* (contos), Imprensa Universitária,  
Recife, 1969.

*Perspectiva do Homem na Obra de Camus* (ensaio), Imprensa  
Universitária, Recife, 1971.

*Uma geração vai, e outra geração vem, mas a  
terra para sempre permanece.*

*E nasce o sol, e põe-se o sol, e volta ao  
seu lugar donde nasceu.*

*O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o  
norte; continuamente vai girando o vento, e volta  
fazendo os seus circuitos.*

Eclesiastes, 1: 4-6

*O tempo ambíguo existe. Eis o crepúsculo  
e as horas funerais que foram dias.*

*(Tu te diluís no tempo entre os espaços).*

*Ó longínquo país, embarcações!*

Jorge de Lima

*O tempo passado e o tempo futuro,  
O que poderia ter sido e o que foi,  
Convergem para um só fim que é sempre*

[ presente.

T. S. Eliot

I

O tempo que passou, tempo exaurido,  
encontrará o atual tempo presente,  
num dia, num momento do futuro,  
num tempo que virá, um tempo ausente.

O tempo que virá, tempo futuro,  
também será passado como ontem,  
depois de por momentos ser presente,  
até que num só tempo os dois se encontrem.

O tempo que hoje corre e que é presente,  
também já foi futuro no passado  
e passado será, quando o futuro,  
o tempo que hoje corre houver tragado.

O tempo que em três partes se divide,  
é na verdade apenas um só tempo,  
que, desde o antigo Tempo Inicial,  
forma o contínuo círculo do tempo.

## II

A primavera em tudo se adivinha.  
Sangram as chagas perfumadas dos pinheiros,  
onde os tordos construíram os seus ninhos  
e o vento deixa parte de sua força;  
anda no ar a música das abelhas  
que procuram incansáveis o doce néctar  
das flores desabrochadas ao sol.  
O mundo enche-se de ruídos estranhos e felizes  
e a sua face, rubra se transforma  
ao florescer dos roseirais silvestres.

§

Desce sobre nós o fogo astral  
ressuscitando antigos corpos mortos.  
Caem do alto, em perpendicular,  
os milagrosos, soberanos raios,  
que se infiltram por dentro da folhagem  
e amadurecem as frutas nos pomares.  
O próprio vento parece ter parado,  
porque tudo está imóvel e em silêncio,  
como se o mundo tivesse mergulhado  
serenamente num profundo sono.  
É verão e a natureza vibra  
com a extraordinária força deste sol  
e o mundo novamente se transforma  
enquanto corre o tempo interminavelmente.

§

De ouro se cobrem as árvores  
abandonando o seu verde  
e os raios gastos, sem brilho,  
vestem ferrugem no outono.  
É a marcha ininterrupta  
dos dias, meses e anos,  
é o tempo que caminha  
mudando a cor dos cabelos.

O grande titã já não tem a mesma força,  
já não há tanto ardor nos soberanos raios  
e o vento corre outra vez na planície.  
Amadureceram as frutas nos pomares  
e uma a uma, começam a cair  
das árvores despidas de folhagem.  
De onde virá esta melancolia  
que lentamente se abate sobre o mundo?  
Já não se ouve a música das abelhas,  
os próprios pássaros já não têm o mesmo canto  
e os pinheiros, grandes solitários,  
não sangram mais em chagas perfumadas.  
Sopra do norte um estranho vento frio  
que deixa nus os ramos do arvoredos.  
Branças visões ao longe se antevêm:  
é outono  
e é outono que o inverno se anuncia.

§

Aonde irão as migradoras aves  
que em revoada fazem negro o céu?  
Procuram países quentes,  
perseguem a primavera,  
fogem do inverno cruel,  
da brancura desolada  
destas manhãs sem aurora.

Os pinheiros agora são fantasmas  
cobertos de alvas mortaldas.  
Solitários à beira dos caminhos,  
vêm passar os animais da floresta,  
em silenciosos, inaudíveis passos,  
sobre a imensa vastidão da terra branca.  
A impressentida luz solar adormeceu

por sobre as nuvens de cinza  
(novo teto do mundo nesta época).  
E até que ela novamente à terra desça,  
muitas luas e sóis transcorrerão,  
sem que a terra, no entanto, os possa ver.  
E durante muitos dias,  
apenas os grandes ventos  
percorrerão os bosques e as invernais campinas.  
Unicamente os lobos das florestas  
habitarão esta terra abandonada  
até que a irrompante luz do sol nascente,  
desça sobre nós, perpendicularmente,  
e o mundo se transforme à magia do seu toque,  
e voltem a sangrar os pinheiros em chagas perfumadas,  
e retornem as aves migradoras,  
construindo os seus ninhos nos ramos do arvoredos  
e as abelhas procurem outra vez  
na corola das flores o néctar precioso  
e misturem o seu canto com o dos pássaros,  
e a natureza ressuscitada vibre  
à luz do fogo astral de milagrosos raios  
e volte a florescer a roseira silvestre  
aberta em rubras rosas de veludo.  
Quando tudo isto acontecer,  
os tordos voltarão aos pinheirais  
e lá construirão seus ninhos novamente.  
E à noite, quando a enorme e branca lua  
surgir na linha infinita do horizonte,  
a solitária cotovia nos dará  
o seu canto mais puro.

## O ETERNO FLUIR DO TEMPO

*A Miguel Torga*

Nada existe de novo sobre a terra,  
contudo, cada aurora, cada amanhecer,  
nos traz um novo dia que não será  
absolutamente igual ao anterior,  
e o sol que hoje se põe,  
embora desça entre as mesmas colinas,  
não é igual ao sol que ontem se pôs.

Nada existe de novo sobre a terra,  
mas da semente que germina no campo,  
brotará amanhã uma nova flor,  
uma flor que não existia antes.

O fluir do tempo que se arrasta  
traz o mundo em constante evolução.  
Tudo se modifica com o correr dos dias,  
com o passar dos anos  
e com o lento caminhar dos velhos séculos.  
Por isso, não haverá motivo de admiração  
se amanhã alguém encontrar uma cidade  
onde hoje corre um rio,  
ou se hoje encontrar uma floresta  
onde ontem se erguia uma cidade.

A transformação das coisas é eterna,  
mas nada se transforma totalmente.  
Muda o envólucro, o núcleo permanece  
imutável como o núcleo do rochedo,  
daí, podermos dizer com voz salmódica:  
Nada existe de novo sobre a terra!

## ANUNCIAÇÃO DO TEMPO

Morria o sol em seus últimos raios  
na tarde velha que a memória perdeu  
e nesta mesma rua eu caminhava  
desligado do mundo em pensamento,  
e era estranho o profundo silêncio  
em que a terra inteira mergulhara  
àquela hora solene do crepúsculo.  
O mistério da luz do sol poente  
envolvia meus passos descuidados,  
a poeira da estrada percorrida  
e tingia de sangue o fim da tarde  
enquanto a voz da noite me chamava  
além do imprevisível de uma esquina  
àquele estranho encontro não marcado.  
À luz fugaz da tarde que morria,  
a cabeça pendida, os passos lentos,  
um misterioso vulto caminhava  
ao meu encontro ou em busca de si próprio.  
Parando à minha frente o estranho ser,  
senti que os seus olhos me buscavam  
e se prendiam a mim com insistência.  
E qual não foi também o meu espanto  
ao descobrir na sazoadada face  
o rosto de um antigo companheiro  
há muito tempo guardado na memória.  
A história uma vez mais se repetia,  
e à semelhança dos dois clássicos brados  
também a minha voz se fez ouvir:

*Ora, tu por aqui, meu velho amigo!*

Mas o silêncio sepultou-me a voz,  
aquele olhar sofrido me fitava  
e alguns instantes, ou séculos que foram,  
sobre nossas cabeças transcorreram  
até que a grave boca se entreabriu  
em distantes palavras como estas:  
“Está próximo o tempo da verdade.  
Não queiras saber o que dizem astrólogos e

[ cartomantes

nem o que está escrito nos horóscopos  
ou guardado nas bolas de cristal dos falsos magos.  
As coisas futuras pertencem a um outro tempo:  
o contínuo, esperado e imprevisível tempo do devir.  
Esquece o que te ensinaram os velhos mestres,  
a inútil ciência e a vã filosofia,  
porque a humana sabedoria nada pode  
contra as inexoráveis trombetas do Juízo.  
Esquece as equações e os teoremas  
e os cálculos de física nuclear.  
Não queiras conhecer outros planetas  
quando nem sequer conheces a ti próprio.  
Está próximo o tempo dos grandes eventos:  
o tempo da besta e do dragão,  
dos terremotos, das grandes tempestades,  
da destruição das cidades do pecado.  
As novas Babilônias, Sodomas e Gomorras  
cumprirão novamente seus destinos,  
e o fogo em que arderem tingirá o céu  
e não ficará pedra sobre pedra.  
Oceanos e rios secarão suas águas  
para dar passagem a reis e seus exércitos  
e o troar das batalhas encherá a terra  
e toda a terra tremerá  
ante o ódio dos sangrentos contendores  
até que a besta e o dragão  
sejam vencidos pelo Cavaleiro da Luz  
e arremessados ao negrume dos abismos insondáveis.

Só então os falsos profetas calarão suas vozes  
e os vivos encontrarão seus mortos  
e todos estarão unidos para o mesmo fim.  
Tudo isto me foi dito e confiado  
para que eu viesse e percorresse a terra  
e avisasse aos homens que  
está próximo o tempo da verdade".  
Caía a noite sobre a tarde morta,  
sinos tocavam à hora do crepúsculo  
e os primeiros vaga-lumes lampejavam  
enquanto as sombras lentamente devoravam  
os passos do meu perdido companheiro.

## CIDADE ADORMECIDA

O misterioso pássaro abriu as asas negras  
e espessas sombras desceram sobre o mundo.  
Os fantasmas do rio ergueram-se das águas.  
Onde estarão os velhos tempos mortos?  
Onde estarão?

O pássaro de sombras abriu seu único e grande olho,  
fitando a terra, debruçado no alto.  
Os edifícios abriram também seus olhos quadrados.  
O que farão agora os habitantes da cidade?  
Os fantasmas do rio vagueiam pela noite solitária.  
Onde estarão os velhos tempos mortos?  
Onde estarão?

Unicamente silêncio na cidade adormecida.  
As luzes varam as tortuosas ruas,  
as sombras escondem-se nas esquinas  
e o vapor de mercúrio arde nas avenidas.

## NO MEIO DO CAMINHO

*A Arlene de Albuquerque Ferreira*

Não esperes que alguém te mostre uma estrada.  
Escolhe no labirinto do mundo  
os estranhos caminhos da tua vida,  
e segue com pé firme  
o destino que traçaste.  
Não hesites diante da primeira encruzilhada,  
resolve apenas que direção tomar:  
a direita ou a esquerda,  
depressa, não vaciles.  
Não te preocupes com o que possa haver  
ao fim deste ou daquele caminho,  
nem tentes adivinhar que surpresas te esperam  
além da curva da estrada.  
Nada disso importa,  
de nada vale saber com antecipação  
os acontecimentos futuros.  
Espera, porque o tempo ao tempo se revela.  
Segue além da curva da estrada,  
enfrenta a tua verdade,  
é esse o teu caminho.  
Tens pela frente vales e montanhas,  
mas é esse o teu caminho.  
Não confies no barco em que atravessarás o rio,  
confia nos teus braços:  
talvez tenhas que nadar até à outra margem.  
Não esperes ajuda,  
nem sigas a rigor  
os conselhos que ouvires:  
a ajuda, é possível que nunca te seja dada,  
e os conselhos, esses de nada te servirão,  
porque os outros, por mais que te conheçam  
e se digam teus amigos,

jamais te conhecerão tão profundamente  
para te dizerem com acerto:  
"Faz isto... Faz aquilo..."  
Pisa o chão que te espera,  
confia em ti como se não houvesse mais ninguém no  
[ mundo,

e quando estiveres no meio da estrada,  
ao sentires vacilar a tua força,  
se tiveres necessidade de conforto,  
lembra-te da flor que abriu junto ao teu caminho.

I

(*Abertura*)

São antigos luminares  
presos a um teto de chumbo,  
constelações navegando  
nas águas mortas do mundo.

Branças estrelas perdidas  
em águas não navegadas,  
tochas vivas acendendo  
outras tochas apagadas.

Nebulosas como polvos,  
tentáculos em espiral,  
ocultos nos precipícios  
da escuridão sideral.

Inatingíveis galáxias,  
distantes pontos perdidos  
nas sombras de outras idades  
dos mundos desconhecidos.

Fogo de raios solares,  
no ponto neutro da linha  
do meio-dia, ilumina  
o azul das águas marinhas.

II

(*Temas*)

- 1 — A luz que rompe as trevas  
mostrando o bom caminho ao viajante  
ilumina também a minha estrada
- 2 — A luz milagre-astral  
flutuando nas águas do infinito  
dirige os navegantes no maralto
- 3 — A luz ouro-intangível  
penetrando no âmago da terra  
desfaz a escuridão de tantas sombras
- 4 — A luz solsticial  
incandescentes chamas no Zodíaco  
ateia fogo ao teto do universo
- 5 — A luz crepuscular  
clarão rubro de sangue no horizonte  
devora a luz do dia que agoniza.

### III

#### (Variações)

1 — Espessas sombras noturnas  
pesando como metal  
dentro do ventre da noite,  
peso de aço de punhal.  
Branca luz sublunar  
rasgando trevas pesadas  
liberta escuras veredas  
das sombras acorrentadas.  
E iluminando o caminho  
do noturno viajante,  
clarão de muitas estrelas  
acende um teto distante.

2 — Ondas marinhas levantam  
rumores, vozes do mar;  
na costa o farol lampeja,  
reflexos vivos no olhar.  
Maralto de muitas águas  
onde não chega o farol,  
de noite a luz das estrelas  
de dia o fogo do sol  
indicam aos navegantes  
esses celestes luzeiros,  
nos mares misteriosos  
desconhecidos roteiros.

3 — Fugindo ao olho do sol  
as densas sombras noturnas,  
feridas de madrugada  
morrem às luzes diurnas.  
E a treva que antes reinava  
na terra, noite sem lua,  
morta por raios solares  
sobre o invisível flutua.  
De novo brilhando a luz  
em plenitude total,  
se acendem raios no céu,  
como em polido metal.

4 — Subindo além do Equinócio,  
o sol — estopim de fogo —  
incendeia céus e mares,  
devora tudo em seu forno.  
Na fornalha do verão,  
braseiro solsticial,  
rebrilham flechas em chamas,  
incandescente metal.  
E o fogo do sol lavrando  
no Zodíaco dourado,  
acende as suas fogueiras  
sobre o universo abrasado.

5 — Descambando entre colinas  
ou no raso do horizonte,  
ferido, tinto de sangue,  
cai o sol agonizante.  
Leva o dia atrás de si,  
morrendo aos poucos também  
e as sombras da morte chegam  
na noite que sobrevém.  
Finalmente morre o sol  
depois de grande agonia  
e a noite veste o seu luto  
até nascer novo dia.

Distantes sinos tocando  
ao fim de uma tarde morta,  
despertam dormidas sombras  
da noite que sempre volta.

E sobem no ar opaco  
os tinidos do metal  
enquanto os pássaros buscam  
seu refúgio vegetal.

Na leve sombra que paira,  
fundem-se cantos perdidos:  
os dos sinos que badalam  
e os de um juriti ferido.

E na mata uma araponga,  
solta o seu canto de ferro,  
ferindo as últimas luzes  
que as longas trevas encerram.

Os sons da tarde adormecem  
no céu de tons purpurinos,  
quando o silêncio das sombras  
sepulta as vozes dos sinos.

Quando o sino da memória  
dobrar a tempos perdidos  
e os dias todos ficarem  
nas lembranças esquecidos;

quando o sol da primavera  
tiver o peso do chumbo  
e as recordações da vida  
mergulharem mais a fundo;

quando a existência já longa  
estendida em linha reta  
penetrar dentro da névoa  
que termina a estrada aberta,

outros sinos tocarão  
anunciando o final  
de um tempo que é sepultado  
aos sons do gasto metal,

e outro tempo sem idade,  
sem passado e sem futuro,  
terá seu nome gravado  
na pedra cinza de um muro.

## GERMINAÇÃO DA VIDA

A névoa que recobre  
o tempo do verão,  
esconde o sol de pedra  
que incendiava o chão.

E a luz aprisionada  
no inverno sempre ausente,  
permite florescer  
a vida na semente.

A vida que germina  
com susto e timidez,  
mas que se fortalece  
de um mês a outro mês.

A vida que povoa  
os longes da paisagem,  
detida no horizonte  
por invisível margem.

A vida verde, verde,  
fugindo da prisão,  
já que fechada estava  
nas dimensões do grão.

Fugindo sempre mais  
do fogo do verão,  
expulsa a pedra amarga  
e torna verde o chão.

O chão, terra plantada,  
onde o milho floresce,  
e quando o tempo ajuda  
o fruto sempre cresce.

O fruto da semente,  
espiga amadurada,  
na terra florescida,  
a vida germinada.

## PÁSSAROS NA COLHEITA

*A Marcus Accioly*

Do ferro que se abate  
ferindo a terra, o chão,  
o canto parte alado  
anunciando o grão.

O canto-ferro sobe,  
no ar, som de metal;  
um eco agudo, pássaros  
em meio ao milharal.

A terra fecundada,  
ao homem recompensa,  
fazendo vir do chão  
uma verdura imensa.

E sendo boa a terra,  
as plantas crescerão  
e as flores que nascerem  
em frutos mudarão.

E sendo bom o tempo,  
de o fruto amadurar,  
no vento o cheiro doce  
as aves vai chamar.

Rasgando a carne rubra,  
os bicos-picaretas,  
se antecipando ao homem  
começam a colheita.

E arribações sem fim  
de pássaros com fome,  
procurarão os frutos  
plantados pelo homem.

Sendo chegado o tempo  
alegre da colheita,  
por pássaros e homens  
a safra será feita.

E a mão do homem, pássaro  
humano, não alado,  
se fechará em torno  
do grão frutificado.

Por seu trabalho, o homem  
se vê recompensado,  
colhendo finalmente  
o fruto amadurado.

## PAISAGEM RURAL

A cerca, o pasto, o gado,  
vaqueiros na paisagem,  
chocalhos badalando,  
novilhos na pastagem.

A mata, o rio, o sol,  
os pássaros voando,  
um cheiro bom, de terra,  
o camponês plantando.

A cana, a erva, o verde,  
a vida vegetal,  
suor de muitos braços,  
trabalho de animal.

A pedra, o barro, a estrada,  
a usina fumaçando,  
aboios de vaqueiros,  
as boiadas passando.

O açude, a pesca, os peixes,  
a vara de bambu,  
os camarões nas pedras,  
traíras e muçus.

A caça, o cão, o homem,  
o estrondo da espingarda,  
um pássaro ferido,  
rumor de muitas asas.

O inverno, a chuva, o vento,  
ondula o capinzal,  
o açude e o rio invadem  
o mar-canavial.

A farda, o sabre, o rifle,  
soldados de polícia,  
relembra cangaceiros  
nos tempos da milícia.

A taipa, o barro, as casas,  
ao longe o povoado,  
o mundo ali é estreito,  
parece ter parado.

A igreja, o sino, o padre,  
um coro, vozes, cantos,  
a festa, a romaria  
e a procissão dos santos.

## PAISAGEM DE SILÊNCIO

*A Ariano Suassuna*

§ — Silêncio mineral,  
vozes de pedra,  
na paisagem de sol  
da terra acesa.

Fogaréu crepitando  
no chão de rochas,  
um incêndio geral  
de muitas tochas.

Um incêndio de luz  
dentro do tempo,  
que cresce sempre mais  
à voz do vento.

Que mata ou afugenta  
a pouca vida  
que resta na paisagem  
seca e sofrida.

Paisagem de silêncio  
e vozes mortas,  
caladas como pedras,  
ecos de rochas.

§ — Silêncio mineral  
sobre a campina  
de areia, pedra e sol,  
luz que calcina.

E mata o verde morto  
que jamais nasce,  
e o quadro continua  
com a mesma face:

A face incendiada  
de muitos sóis,  
ardendo na fornalha,  
rubros metais.

Ardendo em fogo vivo,  
queimando sempre,  
destruição total  
da vida ausente.

Paisagem-solidão,  
facheiros secos,  
oásis que morreram  
nesses desertos.

## CHÃO-DE-PEDRA, SOL-DE-FOGO

O rijo sol-de-fogo,  
a pedra, a planta brava,  
ausência d'água, a seca,  
a vida que se acaba.

O homem que resiste,  
guardando a vida, a morte,  
comendo o pão-de-pedra  
no chão da própria sorte.

A terra que se acende,  
o fogaréu, as chamas,  
calor de muitos sóis,  
braseiro que se inflama.

Os bichos que agonizam,  
o chão estorricado,  
o mundo se acabando  
ou sendo devorado.

O tempo que parou,  
a pedra calcinada,  
sinais tristes de fome,  
a morte de emboscada.

O céu azul, sem nuvens,  
cobrindo a terra morta,  
no chão-de-pedra em brasa  
a vida sempre aborta.

Um sopro de esperança,  
o tempo que se muda,  
o homem espera e reza  
que venha logo a chuva.

O azul do céu se esconde,  
as nuvens nascem grossas,  
os pingos caem gordos,  
das pedras nascem roças.

A madrugada canta,  
os galos desafiam,  
o mundo ressuscita  
nas vozes que se agitam.

O milho verdeja,  
o sol doura as espigas  
e os homens na colheita  
entoarão cantigas.

## FRUTO-FLOR DE SOL-VERÃO

Na terra dura  
não nasce o grão,  
não brota o fruto  
da flor do chão.

Da flor do chão,  
chaga da rocha,  
da terra acesa  
como uma tocha.

Como uma tocha  
ou um ferro em brasa,  
calor de incêndio  
que tudo arrasa.

Que tudo arrasa,  
tudo destrói,  
menos a pedra,  
que nada rói.

Que nada rói,  
nada consome,  
que engole o homem  
morto de fome.

Morto de fome,  
ainda luta,  
plantando a vida  
na terra bruta.

Na terra bruta,  
chão que é só pedra,  
ou ramos secos,  
nem sombra de erva.

Nem sombra de erva  
ou planta viva,  
somente fogo,  
ferve a saliva.

Ferve a saliva  
do chão de pedra,  
onde só rocha  
nascendo medra.

Nascendo medra  
a flor do grão,  
fruto da rocha,  
de sol-verão.

## CANTO MARINHO

A areia branca  
da praiamar,  
reflete o brilho  
do teu olhar.

Um brilho intenso  
de azul-celeste  
ao mesmo tempo  
suave e agreste.

Azul tão puro  
de pedra rara,  
água-marinha  
brilhando clara.

Azul das ondas  
no mar de areia,  
canto de espuma,  
voz de sereia.

Um canto novo  
de mar salgado,  
canção marinha,  
som naufragado.

Um canto puro  
de diamante,  
que vem no vento  
do mar distante.

Um canto eterno,  
vozes do mar,  
que vem do fundo  
do teu olhar.

Olhar que prende,  
que é vivo, atrai,  
olhar que afoga  
quem nele cai.

A água, o fogo,  
o céu, o mar,  
a terra e o tempo  
no teu olhar.

O mundo inteiro  
quer naufragar,  
nas águas mansas  
do teu olhar.

## ITINERÁRIO AQUÁTICO

§ — Do seio da terra nasce  
por entre pedras e relva,  
cristalino olho-d'água  
que ao sol da manhã se espalha.

Branças águas deslizando,  
sem leito delimitado,  
vão levando de passagem  
cantigas soltas no vento.

Àquela corrente fraca,  
outras correntes se juntam,  
e o olho se faz riacho,  
cavando um longo caminho.

§ — Lento arrastar de serpente  
de prateadas escamas,  
segue o riacho lambendo  
os rebordos do seu leito.

Suas águas generosas  
vão molhar bocas sedentas  
e fertilizando terras  
onde plantações verdejam.

Àquele riacho estreito,  
outros riachos se juntam,  
e as águas multiplicadas  
cavam seu leito mais fundo.

§ — Nascente, riacho e rio,  
três coisas antes distintas,  
que, dentro das mesmas águas,  
correm no mesmo destino.

E o corpo mole do rio,  
no leito duro de rochas,  
parece um vasto lençol  
estendido, quase sem dobras.

No seu caminho traçado  
pelo destino fatal,  
o rio acaba tragado  
nas verdes ondas do mar.

## A CAMINHO DO MAR

A Mauro Mota

Águas de sombra navegam  
no manso correr do rio  
reverdecendo as pastagens  
queimadas ao sol do estio.

Pastagens de verde luz  
onde o vento corre à solta  
e bebe o cinza das águas  
do rio que vai e não volta.

Do rio que segue caminho  
sem nunca poder parar  
e vai conhecendo terras  
nesse eterno caminhar.

Do rio que corta as cidades  
como a faca corta um fruto  
e às vezes leva nas águas  
o crepe negro do luto.

Do luto que há de vestir  
quando à morte se entregar  
ao brônzeo dobre a finados  
do enorme sino do mar.

## LENDA MARINHA

São águas do mar mais fundo  
onde navegam mistérios,  
onde repousam marujos  
nos marinhos cemitérios.

Águas de mares remotos,  
mares jamais navegados,  
onde os navios do silêncio  
adormecem encalhados.

Águas mortas, esquecidas,  
habitadas por sereias,  
que ensaiam cantos exóticos  
nas brancas praias de areia.

Águas há muito perdidas  
nas cartas e nos roteiros  
dos antigos navegantes  
e dos piratas primeiros.

São águas de pura lenda,  
onde os búzios cantam alto  
e os grandes ventos nos levam  
perdidos neste maralto.

## A ILHA

### I

Onde as águas escuras do mistério  
se enovelam em negros torvelinhos,  
onde afloram as rochas de coral,  
onde habitam dragões, monstros marinhos;  
onde o tempo não reina e é tudo igual,  
não há velho nem novo, é tudo eterno,  
onde moram os raios do astro-sol,  
não existe verão nem há inverno,  
de mistério e beleza ergue-se a ilha  
da vertigem das águas oceânicas,  
e na areia da praia, alguma filha  
dos pastores que habitam o litoral,  
pesca búzios e conchas e mariscos  
arrancados das águas de metal.

### II

O romper da manhã desperta a ilha,  
surge o sol, surge a luz, o mundo nasce,  
toda a treva da noite que se acaba  
vai morrendo no dia que renasce.  
Nas ramagens das tílias, nas acácias,  
cantam bandos de pássaros selvagens,  
e há mugidos distantes, pelo vento,  
de novilhos perdidos nas pastagens.  
Quando a noite retorna e o sol se põe  
e o vermelho do céu devora o mar,  
abandonam as sombras seus porões,  
as gaivotas procuram seus refúgios  
e os pastores em volta das fogueiras  
tocam estranhas canções, soprando búzios.

No maralto das lendas impossíveis,  
navegam caravelas de outros tempos,  
levando nos porões, acorrentada,  
a saudade dos negros e dos ventos.

Entre as brumas cinzentas da incerteza,  
enfrentando tufões e maremotos,  
rasgam as águas sem fim do oceano,  
indo em busca de algum país remoto.

Sob o fogo do sol ou das estrelas,  
perseguem sempre o horizonte azul.  
Olhando a bússola, o timoneiro vira  
o leme e toma a direção do sul.

Mas quando um porto encontram e as amarras  
atam ao cais de pedra rija e fria,  
desaparece o mar e as caravelas  
e outro sonho mais alto principia.

ÍNDICE

O Círculo do Tempo .. . . . . .	5
O Eterno Fluir do Tempo .. . . . . .	9
Anunciação do Tempo .. . . . . .	10
Cidade Adormecida .. . . . . .	13
No Meio do Caminho .. . . . . .	14
Invenção da Luz .. . . . . .	16
Vozes de Sinos .. . . . . .	20
Memória .. . . . . .	21
Germinação da Vida .. . . . . .	22
Pássaros na Colheita .. . . . . .	23
Paisagem Rural .. . . . . .	25
Paisagem de Silêncio .. . . . . .	27
Chão-de-Pedra, Sol-de-Fogo .. . . . . .	29
Fruto-flor de Sol-Verão .. . . . . .	31
Canto Marinho .. . . . . .	33
Itinerário Aquático .. . . . . .	35
A Caminho do Mar .. . . . . .	37
Lenda Marinha .. . . . . .	38
A Ilha .. . . . . .	39
Negreiros do Maralto .. . . . . .	40

Composto e impresso nas oficinas gráficas  
da EDITORA UNIVERSITÁRIA  
da Universidade Federal de Pernambuco



